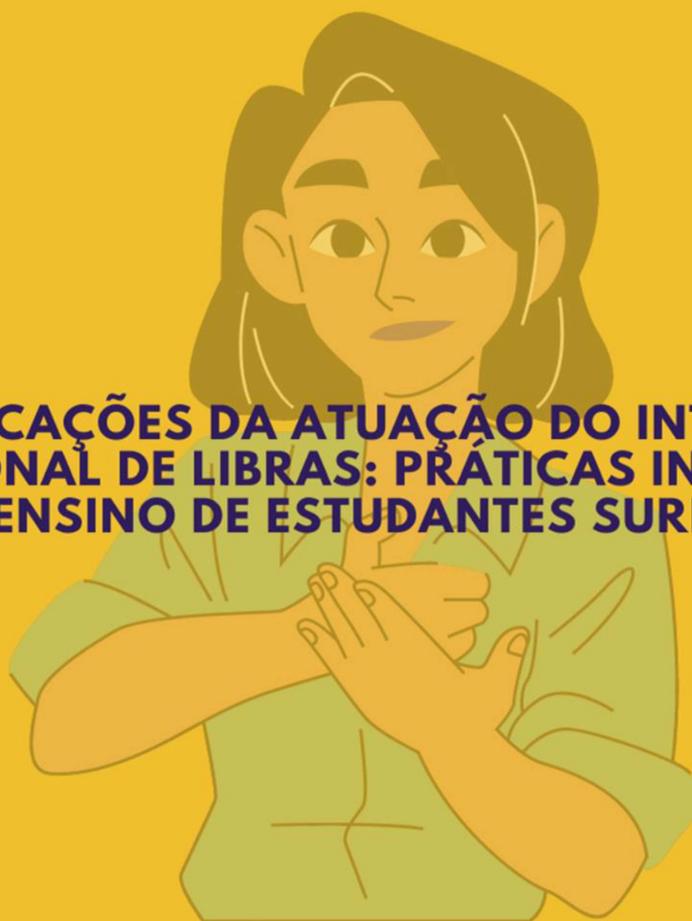


**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

MICHELLE SANTOS SILVA

**IMPLICAÇÕES DA ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE
EDUCACIONAL DE LIBRAS: PRÁTICAS INCLUSIVAS DO
ENSINO DE ESTUDANTES SURDOS**



**SÃO LUÍS
2022**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

MICHELLE SANTOS SILVA

**IMPLICAÇÕES DA ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS:
práticas inclusivas do ensino de estudantes surdos**

São Luís
2022

MICHELLE SANTOS SILVA

**IMPLICAÇÕES DA ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS:
práticas inclusivas do ensino de estudantes surdos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA), Mestrado Profissional em Educação como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Iris Maria Ribeiro Porto

Área de Concentração: Gestão e Formação de Professores na Educação Básica.

Linha de Pesquisa: Formação de professores e práticas educativas.

São Luís
2022

Silva, Michelle Santos.

Implicações da atuação do intérprete de Libras: práticas inclusivas do ensino de estudantes surdos / Michelle Santos Silva. – São Luís, 2022.

161 f

Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Íris Maria Ribeiro Porto.

1.Intérprete de libras. 2.Contexto educacional. 3.Professor. 4.Mediador.
I.Título.

Elaborado por Giselle Frazão Tavares - CRB 13/665

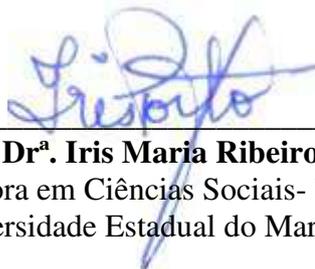
MICHELLE SANTOS SILVA

**IMPLICAÇÕES DA ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS:
práticas inclusivas do ensino de estudantes surdos**

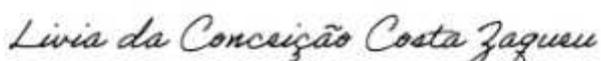
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA), Mestrado Profissional em Educação como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Iris Maria Ribeiro Porto
Doutora em Ciências Sociais- UFPA
Universidade Estadual do Maranhão



Prof.^a Dr.^a Livia da Conceição Costa Zaquero
Doutora em Distúrbios do Desenvolvimento- Universidade Presbiteriana Mackenzie
Universidade Federal do Maranhão- UFMA



Prof.^a Dr.^a Sandra Regina Rodrigues dos Santos
Doutora em Políticas Públicas em Educação - UNICAMP
Universidade Estadual do Maranhão- UEMA



Fonte: <https://franciscanos.org.br/vidacrista/a-familia-como-vai>.

A Deus, por suas bênçãos cotidianas, inspiração e força que me sustenta em todos os momentos.

Aos meus pais: Adonias Sousa Silva e Rosa Helena dos Santos, pela educação pautada no amor, respeito, pelos exemplos de honestidade e determinação.

AGRADECIMENTOS

A Deus por derramar diariamente bênçãos em minha vida, proporcionando experiências inesquecíveis ao longo dessa trajetória. Agradeço por cada inspiração, por fortalecer-me quando o desânimo e o cansaço se aproximavam.

Aos meus pais, Adonias Sousa Silva e Rosa Helena dos Santos, meus primeiros educadores.

À minha avó, Gregória Costa Santos, por ser uma inspiração para mim.

Às minhas irmãs, Jane Carla dos Santos Silva, Rita de Cássia dos Santos Silva e Fabiana Santos Silva, que participaram de cada momento desta trajetória.

Aos meus sobrinhos, Jéssica Samara Silva Costa, Sérgio Gabriel Silva Costa e Heitor Felipe Santos Araújo, presente de Deus em minha vida.

Ao meu tio José Ribamar Costa Santos e sua família: Josileide dos Passos Santos, Ester dos Passos Santos, Estela dos Passos Santos e Rute Lia dos Passos Santos por todo auxílio e parceria neste percurso.

A meu primo, José Antônio Rosa Filho, pela escuta e apoio com palavras de incentivo.

À Maria do Nascimento Santos Coelho (in memoriam), agradeço pelo carinho, dedicação, cuidado e pela confiança, serei eternamente grata a Deus por tê-la conhecido.

Agradeço especialmente à prof.^a Dra. Iris Maria Ribeiro Porto por cada orientação realizada, por suas palavras repletas de sabedorias, carinho e empatia, sempre incentivando e valorizando cada palavra construída.

À prof.^a Mestra Maria José Santos Rabelo, pelo convite a participar da iniciação científica para desenvolver pesquisas direcionadas para inclusão e escolarização de estudantes surdos, início da caminhada nessa trajetória da Educação Especial e Inclusiva.

À prof.^a Dra. Maria de Fátima Rios, por apresentar-me o universo da iniciação científica e as discussões acadêmicas, por meio do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica- PIVIC, o início da minha jornada na pesquisa.

À Rosení Santos Araujo Gomes e Rafael Mendonça Mattos, pela amizade, companheirismo, confiança, apoio nos momentos de fragilidade e por cada palavra de incentivo no decorrer da caminhada.

Aos colegas da 2^a turma do Mestrado em Educação (PPGE/UEMA) em especial: Ana Regina de Araujo Ferreira, Fernando Vinicius Pereira de Almeida, Emília Luenna Palhano Galvão, Carla Daniele Souza Chagas, Daniel Bergue Pinheiro Conceição.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação de Professor, Saberes e Práticas de Ensino (GEPS/UEMA), em nome da professora Dra. Iris Maria Ribeiro Porto, pelos aprendizados construídos no decorrer deste processo que contribuíram significativamente para minha formação continuada.

Ao grupo de Pesquisa Questões Educacionais: desigualdade, inclusão e diversidade nas perspectivas socioeconômica, étnico-racial e de gênero (GEDDIN/UEMA), em nome da professora Dra. Márcia Cristina, pelo aprendizado e discussões necessárias à minha formação.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial na Educação Básica (GEPEESP/UFMA), na pessoa da professora Dra. Lívia da Conceição Costa Zaqueu, pela aprendizagem e pelas discussões em torno da Educação Especial e Inclusiva.

À Universidade Estadual do Maranhão e ao Programa de Pós-graduação em Educação- PPGE, por contribuir para minha formação continuada no Mestrado Profissional em Educação possibilitando reflexões sobre a práxis pedagógica, oportunizadas por meio das aulas ministradas, seminários realizados, por me proporcionar momentos relevantes que me possibilitaram perceber a realidade sob inúmeros aspectos.

A coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UEMA), Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Duarte, pelos direcionamentos precisos e importantes para o desenvolvimento das atividades.

Ao Prof. Dr. Severino Vilar de Albuquerque e à Prof.^a Dr.^a Nadja Fonseca que estiveram à frente da coordenação do PPGE quando ingressei no mestrado. E a todo corpo docente do respectivo Programa, pois cada um contribuiu para a minha formação proporcionando debates que possibilitaram o meu crescimento intelectual e profissional.

À Annanda Crystina Chagas Santos, secretária do PPGE/UEMA, pelo profissionalismo, empatia, suporte e orientação quanto aos procedimentos necessários neste processo de formação.

À Secretaria Municipal de Educação- SEMED, por meio da Superintendência de Educação Especial- SAEE pelos dados obtidos nesta pesquisa.

À Natália Amorim da Silva, pela mediação no diálogo com os intérpretes durante o desenvolvimento da pesquisa.

Aos intérpretes de Libras da rede municipal de educação que aceitaram participar desta pesquisa.

Enfim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se consolidasse.



Fonte: <https://blog.signumweb.com.br/curiosidades/importancia-do-tradutor-e-interprete-de-libra>

“Quando há na sala de aula a presença de um IE, a realidade educacional, embora ainda ofereça grandes barreiras à aprendizagem, sofre algumas alterações substanciais, podendo trazer benefícios ao aluno surdo, pois esse intérprete traduz não apenas o que se ensina em sala de aula, mas também os comentários dos alunos ouvintes e do professor, tornando assim o ambiente escolar mais acessível ao aluno surdo”.

Cristina Lacerda

RESUMO

A pesquisa intitulada Práticas Inclusivas de Intérpretes Educacionais de Libras: implicações da atuação profissional para o ensino de estudantes surdos, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA) tem como foco um estudo sobre o intérprete educacional de Libras. Nesse sentido, teve como objetivo analisar as práticas inclusivas do intérprete educacional de Libras no apoio ao ensino do estudante surdo na escola comum. Assim como, reconhecer na história da Educação Especial o lugar do intérprete educacional de Libras, identificando sua relação dialógica com o professor regente da disciplina no contexto da sala de aula comum. O método utilizado na pesquisa foi o Histórico-Dialético para fomentar discussões direcionadas à formação, atuação e atribuições do intérprete na sala comum do ensino regular. Quanto aos objetivos é uma pesquisa Exploratória, quanto ao procedimento de coleta de dados, é do tipo Levantamento e, com relação ao Pesquisador/participantes é uma pesquisa Qualitativa, na perspectiva de promover a investigação direcionada ao cotidiano da sala de aula com a finalidade de apreender os desafios, as competências e os procedimentos do intérprete no contexto escolar. Utilizou-se o questionário como instrumento para a coleta de dados, sendo composto por perguntas abertas e fechadas, aplicado on-line por meio da plataforma Google Forms. A técnica de análise de conteúdo utilizada nesta pesquisa foi a análise temática segundo a concepção de Bardin (2016). Os participantes da pesquisa foram 07 (sete) intérpretes de Libras que atuam no contexto educacional na rede pública de ensino, 6 (seis) professores que possuem estudantes surdos em suas respectivas salas e 1 (uma) técnica de acompanhamento dos ILS. Fundamentou-se teoricamente os estudos em Brito (2016), Quadros (2004), Veiga (2018), Minayo (2009), Gil (2008), Bardin (2016), Alarcão (2001) dentre outros pesquisadores da área da Educação Especial e Inclusiva. Os documentos consultados foram: LDBEN Lei nº. 9.394/96, Lei da Libras nº 10.436/2002, Lei 12.319/10 que regulamentou a profissão do tradutor e intérprete de Libras, Decreto nº 5.626/05, dentre outros. Os achados da pesquisa demonstram que dentre as dificuldades do intérprete no ambiente educacional estão o acesso ao planejamento do professor acerca das atividades a serem realizadas em sala de aula em tempo hábil, o que inviabiliza a sua organização pessoal para escolher as estratégias para interpretar os conteúdos. Essa situação demonstra que a parceria entre professor e ILS em uma perspectiva colaborativa ainda não se efetivou. Quanto prática do intérprete no contexto educacional, os dados demonstram que está relacionada com uma atuação técnica e pedagógica, uma vez que os estudantes apresentam lacunas em seu processo de escolarização e essa condição requer uma prática que perpassa a melhor estratégia para exercer a interpretação. Os participantes destacaram que é importante haver a parceria com o professor para que o trabalho possa ser realizado proporcionando ao estudante concretizar a sua aprendizagem. No ambiente escolar o intérprete está envolvido com as práticas de ensino e geralmente diante das fragilidades educacionais do estudante surdo eles se sentem corresponsável pelo ensino do estudante surdo contribuindo para uma atuação pedagógica o que o faz estar em contato com as estratégias educacionais. Conclui-se que a prática desenvolvida pelo intérprete de Libras corresponde a uma prática técnica e pedagógica, visto que no contexto educacional o conhecimento técnico irá sustentar as escolhas pedagógicas referentes às estratégias de ensino para que o estudante desenvolva as habilidades pretendidas em seu processo de aprendizagem. Nesse sentido, foi construído um produto educacional em forma de E-book contemplando diálogos, estratégias e sugestões de forma a contribuir com a prática do intérprete e do professor em sala de aula na perspectiva do planejamento colaborativo.

Palavras-chave: intérprete de Libras; práticas inclusivas; professor; ambiente educacional; estudante surdo.

ABSTRACT

The research entitled Inclusive Practices of Educational Interpreters of Libras: implications of professional practice for the teaching of deaf students, linked to the Graduate Program in Education, Professional Master's in Education, of the State University of Maranhão (PPGE/UEMA) focuses on a study on the educational interpreter of Libras. In this sense, it aimed to analyze the inclusive practices of the educational interpreter of Libras in supporting the teaching of deaf students in ordinary schools. As well as, to recognize in the history of Special Education the place of the educational interpreter of Libras, identifying his dialogic relationship with the regent teacher of the discipline in the context of the common classroom. The method used in the research was the Dialectical-Historical to promote discussions aimed at the formation, performance and attributions of the interpreter in the common room of regular education. As for the objectives, it is an Exploratory research, as for the data collection procedure, it is of the Survey type and, in relation to the Researcher/participants, it is a Qualitative research, in the perspective of promoting investigation directed to the daily life of the classroom with the purpose of apprehend the challenges, skills and procedures of the interpreter in the school context. The questionnaire was used as an instrument for data collection, consisting of open and closed questions, applied online through the Google Forms platform. The content analysis technique used in this research was thematic analysis according to the conception of Bardin (2016). The research participants were 07 (seven) interpreters of Libras who work in the educational context in the public school system, 6 (six) teachers who have deaf students in their respective classrooms and 1 (one) technique for monitoring the ILS. The studies were theoretically based on Brito (2016), Quadros (2004), Veiga (2018), Minayo (2009), Gil (2008), Bardin (2016), Alarcão (2001) among other researchers in the field of Special Education and inclusive. The documents consulted were: LDBEN Law n°. 9,394/96, Libras Law n° 10,436/2002, Law 12,319/10 that regulated the profession of Libras translator and interpreter, Decree n° 5,626/05, among others. The research findings demonstrate that among the difficulties of the interpreter in the educational environment are the access to the teacher's planning about the activities to be carried out in the classroom in a timely manner, which makes it impossible for their personal organization to choose strategies to interpret the contents. . This situation demonstrates that the partnership between teacher and ILS in a collaborative perspective has not yet taken place. As for the interpreter's practice in the educational context, the data show that it is related to a technical and pedagogical performance, since students have gaps in their schooling process and this condition requires a practice that permeates the best strategy to perform interpretation. The participants highlighted that it is important to have a partnership with the teacher so that the work can be carried out, allowing the student to achieve his learning. In the school environment, the interpreter is involved with teaching practices and, generally, given the educational weaknesses of the deaf student, they feel co-responsible for the teaching of the deaf student, contributing to a pedagogical performance, which makes them in contact with educational strategies. It is concluded that the practice developed by the Libras interpreter corresponds to a technical and pedagogical practice, since in the educational context technical knowledge will support pedagogical choices regarding teaching strategies so that the student develops the desired skills in their learning process . In this sense, an educational product in the form of an E-book was built, contemplating dialogues, strategies and suggestions in order to contribute to the practice of the interpreter and the teacher in the classroom from the perspective of collaborative planning.

Keywords: Libras interpreter; inclusive practices; teacher; educational environment; deaf student.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Estudos acadêmicos sobre ao intérprete educacional.....	41
Quadro 2	Escolas da rede municipal que têm intérprete de Libras no contexto da sala de aula...	60
Quadro 3	Entrevista com a Técnica de acompanhamento dos IE/SEMED.....	64
Quadro 4	Intérpretes educacionais participantes da pesquisa.....	76
Quadro 5	Professores participantes da pesquisa.....	78
Quadro 6	Formação dos intérpretes educacionais.....	78
Gráfico 1	Atuação inicial enquanto intérprete de Libras.....	82
Quadro 7	Competências necessárias para a prática do ILS.....	83
Quadro 8	Atuação profissional do intérprete de Libras.....	85
Quadro 9	Desafios enfrentados na atuação educacional.....	86
Quadro 10	Atividades realizadas pelo ILS na sala de aula.....	87
Quadro 11	Professor e intérprete e a elaboração do planejamento.....	88
Quadro 12	Acesso ao planejamento das atividades a serem realizadas.....	89
Gráfico 2	Sala de aula inclusiva.....	91
Quadro 13	Percepção do estudante surdo diante da prática do ILS.....	92
Quadro 14	Estratégias utilizadas pelo ILS para proporcionar o entendimento do estudante surdo.....	93
Quadro 15	Atuação do intérprete no contexto educacional.....	97
Quadro 16	Prática do ILS no formato das aulas síncronas e assíncronas.....	99
Quadro 17	Experiências durante o desenvolvimento da prática no período da pandemia.....	101
Quadro 18	Dificuldades do intérprete no ambiente educacional.....	102
Quadro 19	Elemento importante para atuação do intérprete em sala de aula.....	104

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CECEN	Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
ILS	Intérprete de Língua de Sinais
IE	Intérprete Educacional
L1	Língua Brasileira de Sinais
L2	Língua Portuguesa
LDBEN	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
Libras	Língua Brasileira de Sinais
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAES	Processo Seletivo de Acesso Ao Ensino Superior
PIBIC	Programa Institucional de Iniciação Científica
PIVIC	Programa Institucional Voluntária de Iniciação Científica
PPGE	Programa de Pós- Graduação em Educação
Prolibras	Proficiência na Tradução e Interpretação de Libras – Português - Libras
SAEE	Superintendência de Educação Especial
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Maranhão
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TLIS	Tradutor Intérprete de Língua de Sinais
UEB	Unidade de Educação Básica
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Dos procedimentos metodológicos	20
1.2 Participantes	24
1.3 Procedimentos de coleta e tratamentos dos dados	24
1.3.1 Análise dos dados.....	28
1.3.2 Aspectos Éticos	29
2 SER INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ESPAÇO DA INCLUSÃO: construção da identidade profissional	32
.....	32
Fonte: http://cristianelibras.blogspot.com/2013/04/tils-tradutores-e-interpretres-da-lingua.html	32
2.1 A formação do intérprete educacional de Libras	40
2.2 Atuação do ILS na sala comum do ensino regular	46
3 O TRABALHO MEDIADOR DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NAS RELAÇÕES DE CONHECIMENTO NA SALA DE AULA	51
3.1 A Tênu Fronteira entre a Interpretação e o Ensino no Trabalho do Intérprete Educacional de Libras	66
3.2 A neutralidade e imparcialidade do ILS na interpretação	72
4 PRÁTICAS INCLUSIVAS DE INTÉRPRETES EDUCACIONAIS DE LIBRAS: implicações da atuação profissional para o ensino de estudantes surdos	78
4.1 Amostra	79
4.2 Intérpretes Educacionais de Libras - SEMED/ São Luís e suas implicações sobre a prática em sala de aula	80
4.3 As implicações da atuação do ILS e o ensino do estudante surdo na perspectiva da gestão - SEMED	111
5 O INTÉRPRETE, O PROFESSOR E O ESTUDANTE SURDO: a tessitura dessa relação	128
5.1 A participação dos ILS e professores na elaboração do E- book- produto educacional	130
6 CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS	132
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICE	140
ANEXOS	153



Fonte: <http://edmarciuscarvalho.blogspot.com/2010/10/lei-regulamenta-profissao-de-tradutor-e.html>

As práticas inclusivas precisam convergir para a construção de significados e assim contribuir para o desenvolvimento das pessoas com e sem deficiência. [...] (Quixaba 2015)

1 INTRODUÇÃO

O intérprete de Línguas de Sinais - ILS é um profissional que promove a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa (BRASIL, 2010). Nessa perspectiva, é relevante pontuar que a Libras é a língua oficial da comunidade surda. Dessa forma, ela corresponde à primeira língua - L1 e a Língua Portuguesa, à segunda língua - L2 na modalidade escrita.

O ILS é uma figura que vem consolidando a sua atuação no âmbito acadêmico. Ainda assim, existem poucos estudos no Brasil e no cenário mundial, tanto no que diz respeito ao intérprete de maneira ampla, quanto a pesquisas que remetem ao intérprete educacional especificamente. Sendo o ILS um profissional que está inserido no espaço da inclusão possibilitando à pessoa com surdez exercer a sua cidadania, é importante conhecer o percurso histórico desse profissional, o seu processo de formação, profissionalização até a sua atuação no contexto educacional. Nesse percurso, surgem indagações pertinentes a esse profissional: Como o intérprete de Libras se insere nesse contexto? Qual a sua formação para efetivar essa proposta na ambiência escolar?

A trajetória do intérprete de Libras até a oficialização da profissão perpassou momentos significativos nos espaços religiosos até a regulamentação legal. Dessa forma é importante destacar nesse percurso que a profissionalização e inserção do ILS nesses espaços inclusivos está atrelada à história da educação da pessoa surda e sua inclusão no espaço escolar.

A inclusão de estudantes surdos no ensino regular foi construída historicamente por meio de processo social que possibilitou a promoção e adequação das políticas educacionais e favoreceu a inserção deles no processo educacional na classe comum. Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN Nº 9.394/96 orienta para a inclusão de estudantes com deficiência na sala comum do ensino regular.

A escola historicamente se caracterizou pelo entendimento de uma educação que delimitava o acesso à escolarização como privilégio de um grupo social, um processo muitas vezes excludente e que foi legitimado nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo da inclusão e exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam

excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos modelos, homogeneizadores, aceitos na sociedade.

Nesse sentido, percebemos que a LDBEN Nº 9.394, de acordo com Brasil (1996) em políticas públicas, estabelece o marco da educação inclusiva no Brasil. Em seu artigo 3º, inciso I do Título II, expressa o princípio da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, e em seu artigo 4º, inciso III do Título III, o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Apropriar-se dessa proposta é tornar-se instrumento do desenvolvimento dessa realidade, percebendo o estudante em sua necessidade de inclusão no contexto escolar e social com objetivos de crescimento e satisfação pessoal nessa inserção. Inicialmente houve o reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira - Libras em 2002, como língua oficial do Brasil por meio da Lei 10.436, que foi regulamentada com o decreto 5.626 de 2005, reconhecendo-a como a língua oficial da comunidade surda, configurando o reconhecimento da Língua de Sinais como instrumento de comunicação da comunidade surda. Com essas reflexões iniciais, surgem perguntas que despertam o desejo de melhor conhecer sobre a temática.

Para Felipe (2007), a Língua de Sinais consiste na comunicação entre os indivíduos surdos por meio do contato visual sendo os sinais feitos pelas mãos, expressão facial, corporal onde tudo acontece simultaneamente. Assim, o intérprete da Língua Brasileira de Sinais está presente no processo de inclusão da pessoa com surdez, uma vez que, no campo educacional ele promove a comunicação entre o professor regente da classe comum e o surdo e entre este e os estudantes ouvintes, decodificando os conteúdos da Língua Portuguesa para a língua de sinais do país e vice-versa. O ILS acompanha o estudante na sala de aula, no entanto, não tem a função de substituir o professor, mas desenvolver tarefas educativas diferenciadas que contribuem para que o estudante surdo possa ter uma aprendizagem significativa. Mas no cotidiano da sala de aula, como essa relação acontece? Essas orientações são compreendidas e aceitas?

A profissão do ILS foi tornando-se requisitada a partir da inclusão do estudante surdo no ensino regular e a necessidade de possibilitar o acesso à comunicação em sala de aula. A necessidade da presença desse profissional no contexto educacional evidencia para o compromisso que este deve assumir com seu processo de formação inicial e continuada, tendo bem definido o nível de escolaridade que almeja atuar, considerando a relevância dos aspectos linguísticos e culturais, essenciais ao realizar uma interpretação, a fim de concretizar a

mediação entre os professores ouvintes, que utilizam a língua oral, e os estudantes surdos, usuários da Libras.

Com a finalidade de oferecer uma educação com equidade, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) pontuou ações que direcionavam para a necessidade de a escola, como instrumento e elaboração de difusão dos saberes, comprometer-se com a transformação da realidade das pessoas com deficiência para que elas fossem realmente incluídas e não somente inseridas nesse ambiente.

É nesse contexto que se tem a necessidade do tradutor/intérprete de Libras para promover a comunicação entre as pessoas surdas e as ouvintes. No entanto, é notório que somente a presença desse profissional não é suficiente para afirmar que a inclusão já se concretizou nos espaços sociais, mas a admissão do ILS constitui uma das etapas relevantes para que a comunicação entre as pessoas com surdez e as não surdas possa acontecer.

De acordo com suas atribuições, a presença do intérprete da língua de sinais na sala de aula transforma a realidade escolar e ocasiona benefícios ao estudante surdo, pois ao fazer a interpretação, ele não contribui somente com o conteúdo ministrado pelo professor regente da sala de aula comum, mas por meio dos comentários dos estudantes ouvintes, oportuniza ao estudante surdo uma aprendizagem e um ambiente escolar acessível à sua especificidade.

Nesse sentido, as atribuições do intérprete correspondem à promoção da comunicação nesse ambiente educacional para que seja possível ao estudante surdo a concretização do aprendizado, o que favorece o desenvolvimento da autoestima e realização pessoal. Outro fator relevante nesse percurso, foi o reconhecimento da profissão do intérprete de Libras concretizado em primeiro de setembro do ano 2010 por meio da Lei 12.319/10 que regulamentou a profissão do intérprete de Libras.

Dessa forma, entende-se que o campo de atuação do ILS é bem amplo podendo este atuar como intérprete de Libras educacional, guia intérprete, trabalhando com pessoas surdo-cegas, mediando a comunicação por meio da Libras tátil e intérprete em outros espaços extraescolar, desenvolvendo suas atividades em eventos, palestras e igrejas dentre outros.

Ressaltando a importância da formação, a Lei 12.319/10 no artigo 6, inciso II ratifica que esse profissional deverá “interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didáticas pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares” (BRASIL, 2010).

Nesta perspectiva, a oportunidade de estudar e desenvolver pesquisas relacionadas

ao processo de aprendizagem de estudantes surdos foi oportunizada durante a graduação realizada na Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, período que participei da iniciação científica, inicialmente do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica- PIVIC pesquisando sobre afetividade na avaliação da aprendizagem na EaD¹: uma análise da expressão de alunos em fóruns de discussão no AVA², em parceria com a prof^a. Dra. Maria de Fátima Rios. O referido trabalho foi muito significativo porque inseriu-me no universo da pesquisa, proporcionando conhecimentos relevantes que contribuíram para ampliar meu olhar para a dimensão das discussões sociais e acadêmicas.

Posteriormente, realizei pesquisas direcionando os estudos para a Educação Especial e Inclusiva relacionadas ao processo de aprendizagem de alunos com deficiência, especificamente aos alunos surdos. Dessa forma, participei do Programa Institucional de Iniciação Científica- PIBIC-FAPEMA pesquisando sobre a gestão escolar e a inclusão de alunos surdos na escola de Ensino Médio e pelo Programa Institucional de Iniciação Científica- PIBIC- UEMA sobre o processo de aprendizagem do aluno com surdez incluso em escola de Ensino Médio da rede pública estadual ambos orientados pela professora Mestre Maria José Santos Rabelo.

A pesquisa realizada também possibilitou a premiação em 2017 no Seminário de Iniciação Científica- SEMIC/UEMA, na condição de bolsista destaque em que foi possível representar a área da Educação no evento científico e o curso de Pedagogia com um relevante reconhecimento pelo estudo realizado. Assim, a relevância das pesquisas contribuiu para a escolha do Trabalho de Conclusão de Curso- TCC sobre a Inclusão em uma escola pública estadual: um estudo sobre o processo de aprendizagem de uma aluna com surdez na escola de Ensino Médio.

Motivada pela experiência das pesquisas anteriores e para prosseguir os estudos direcionados à Educação Especial e Inclusiva, observando os desafios da inclusão no cotidiano escolar, considerei necessário ampliar o estudo sobre a temática Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós Graduação da UEMA, direcionando a investigação para o intérprete Educacional de Libras entendendo a relevância desse profissional para inclusão de alunos com surdez no cotidiano escolar, com a finalidade de promover discussões na academia sobre as atribuições desse profissional e questionando se o intérprete de Libras é um professor, corresponsável pelo ensino considerando o contexto da sala de aula, ou apenas um mediador conhecimento.

¹ Educação à Distância- EaD.

² Ambiente Virtual de Aprendizagem- AVA.

Diante do exposto, o problema investigado referiu-se às práticas inclusivas do intérprete educacional sobre as quais se indagou: Quais as implicações da atuação do Intérprete Educacional de Libras a partir dos elementos que compõem sua identidade profissional e suas práticas inclusivas no apoio ao ensino do estudante surdo na escola comum?

Considerando as discussões apresentadas a partir da questão central deste estudo, entende-se como os intérpretes de Libras desenvolvem suas práticas no contexto educacional e como os professores entendem a presença desse profissional na sala de aula. Assim como, possibilita a compreensão referente ao estabelecimento das relações entre as atribuições do professor e o intérprete educacional de Libras na sala comum e, se nesse contexto, como os estudantes surdos entendem o trabalho do intérprete educacional e fazem a separação entre as ações desses dois atores que estão presentes na sala de aula.

Para responder a esses questionamentos, foram selecionados 07 (sete) intérpretes que atuam em escolas na Educação Básica de São Luís e 06 (seis) professores que desenvolvem sua prática docente em escolas que têm sala de aula inclusiva, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, por meio da Superintendência de Educação Especial - SAEE, uma vez que a secretaria forneceu o quantitativo de intérpretes vinculados à rede municipal de educação possibilitando o acesso a esses profissionais em consonância com os critérios estabelecidos no procedimento metodológico da pesquisa.

A partir destas questões, delineou-se, como objetivo geral para nortear este processo de pesquisa: Analisar as implicações da atuação do Intérprete Educacional de Libras a partir dos elementos que compõem sua identidade profissional considerando suas práticas inclusivas no apoio ao ensino do estudante surdo na escola comum.

E os objetivos Específicos, que dão origem aos capítulos, são os seguintes:

- Compreender na história da Educação Especial o lugar do intérprete de Libras para a compreensão da trajetória pedagógica desse profissional;
- Identificar a identidade profissional do intérprete de línguas no espaço da inclusão;
- Reconhecer o trabalho mediador do Intérprete de Libras nas relações de conhecimento na sala de aula;
- Identificar práticas inclusivas de intérpretes educacionais de Libras, bem como as implicações da atuação profissional para o ensino de estudantes surdos;
- Reconhecer a tênue fronteira entre a interpretação e o ensino no trabalho do intérprete de Libras;

- Elaborar um produto educacional em forma de E-book, no contexto de escola, o intérprete, o professor e o estudante surdo, a tessitura dessa relação, para auxílio profissional do intérprete de Libras.

Dessa forma, identificou-se um campo de investigações e deste campo surgiu este Projeto que acreditamos que possa contribuir para (re) pensar as práticas do intérprete de Libras educacional no processo de inclusão na escola comum do ensino regular.

Para atender aos objetivos elencados para a pesquisa, a dissertação foi organizada em 5 (cinco) seções, sendo a primeira constituída da introdução, contendo a apresentação do tema com o recorte histórico referente à profissão e atuação do intérprete de Libras, a relevância da pesquisa, a problematização, a escolha do problema, a escolha do lócus, o produto técnico tecnológico da pesquisa (e-book), o objetivo geral e os específicos e a estruturação do texto da dissertação.

Na segunda seção, refletimos sobre a atuação do intérprete de Libras no espaço da inclusão apresentando os fatores que contribuíram para a construção da identidade profissional, a formação necessária para habilitar o ILS a desenvolver a sua prática nos diversos espaços sociais. Apresentamos o contexto histórico referente à atuação do intérprete de Libras e o campo de atuação desse profissional destacando as suas competências, a relevância da profissão para a Educação Especial e Inclusiva. Discorremos sobre a relevância da formação do intérprete educacional de Libras fundamentados nas orientações dos dispositivos legais que versam sobre a profissionalização e atuação do ILS no contexto no contexto escolar.

Na terceira seção, dialogamos sobre o trabalho mediador do intérprete de Libras nas relações de conhecimento na sala de aula, pontuando a relevância desse profissional para o processo de ensino aprendizagem do estudante surdo. Nesse aspecto, apresentamos a relevância da ética no exercício da profissão, assim como a neutralidade e a imparcialidade durante a interpretação considerando a subjetividade do indivíduo da fala. A partir desses elementos, destacamos que existe uma tênue fronteira nas relações estabelecidas na escola entre o intérprete, o professor, o estudante surdo e o processo de ensino e aprendizagem.

Na quarta seção, apresentamos os dados coletados referentes a práticas inclusivas dos intérpretes de Libras e como elas contribuem para o ensino de estudantes surdos. Neste espaço, apresentaremos as falas dos participantes e analisaremos o que dizem sobre a profissão e atuação no contexto educacional promovendo as discussões com os teóricos, autores e pesquisadores que estudam e discutem a temática. Alguns questionamentos a serem respondidos nesta seção estão em torno do ILS no contexto escolar ao desenvolver sua

prática: se realiza um trabalho técnico, pedagógico, ou técnico e pedagógico, a SEMED e a formação continuada direcionada para o TILS, o olhar do ILS, do professor e da secretaria em relação à prática do intérprete em sala de aula.

Na quinta seção, apresentamos o percurso metodológico utilizado para a materialização do E-book, produto educacional que foi desenvolvido com a colaboração dos participantes da pesquisa. Apresentamos a composição da proposta e do objetivo do e-book, objetivando contribuir com o intérprete educacional de Libras e professores da educação básica e o processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos a partir da concepção da realização de um planejamento realizado de forma colaborativa.

Nas considerações finais, sexta seção, fizemos um resgate das etapas realizadas a partir do objetivo e da questão norteadora deste estudo, apresentando como os resultados estavam alinhados com a proposta inicial, o que nos faz inferir que há necessidade de ampliar as discussões referentes à prática do ILS quanto à atuação no ambiente educacional.

1.1 Dos procedimentos metodológicos

A metodologia é a base em que a pesquisa se estrutura de forma a delinear as etapas que serão desenvolvidas para que seja possível alcançar os objetivos traçados para o estudo. Dessa forma, esse percurso é indispensável para um estudo, uma vez que é preciso definir as escolhas teóricas e os instrumentos que possibilitem atrelar os estudos existentes ao objeto a ser pesquisado, dialogando com os resultados encontrados por meio da investigação realizada que poderá ratificar ou refutar as hipóteses levantadas no desenho metodológico inicial. Minayo (2009) expressa da seguinte forma:

Metodologia da pesquisa é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas e a criatividade do pesquisador, sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas. (MINAYO, 2009, p. 26)

Conforme Minayo (2009), a pesquisa se assemelha a um trabalho artesanal, que requer do artista: dedicação, atenção e muita criatividade para materializar a sua obra. De igual maneira acontece com a pesquisa científica em sua organização inicial: é necessário o zelo com as escolhas teóricas, com a formulação da hipótese, com o método, com as técnicas, enfim o cuidado indispensável com as etapas que fazem parte da elaboração de um projeto seguindo o ritmo estabelecido pelo pesquisador. Esse ritmo é o que a autora acima citada

denomina ciclo da pesquisa, destacando que esse momento inicia com uma pergunta e termina com uma resposta, que por sua vez dá origem às novas interrogações.

Com a finalidade de compreender a formação, a atuação e as competências do intérprete de Libras no contexto educacional e como ele desenvolve suas atribuições nesse espaço, na perspectiva da inclusão de estudantes com surdez no cotidiano escolar, foi utilizado o método histórico dialético na tentativa de responder a questão central desta pesquisa, uma vez que foi realizado o recorte histórico sobre a profissão do intérprete de Libras, apresentando o percurso e presença deste profissional no contexto educacional, pontuando o que está previsto na legislação referente às suas atribuições e o que realmente acontece no cotidiano escolar. Para compreendermos com clareza a relevância do método em uma pesquisa, Minayo (2009, p. 12) corrobora enfatizando que é preciso entendermos inicialmente o objeto, uma vez que o objeto das Ciências Sociais é histórico.

O objeto das Ciências Sociais é histórico. Isso significa que cada sociedade humana existe e se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular e diferente de outras [...] igualmente, as sociedades vivem o presente marcado por seu passado e é com tais determinações que constroem seu futuro, numa dialética constante entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo.

De acordo com a contribuição de Minayo, todo objeto de pesquisa tem uma história que o constitui e que foi construída em um determinado espaço, apresentando características particulares. Sendo assim, é necessário conhecer os aspectos presentes em sua história que os caracterizam, uma vez que esses aspectos contribuem diretamente para a construção do presente que contribuirá para as vivências futuras. Dessa forma, tem que haver o diálogo entre os fatos históricos para que seja possível compreender a sua ação e organização no presente.

Nessa perspectiva, destacando a relevância da dialética na perspectiva de Gil (2008, p. 13) de que “A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.” Nesse sentido, temos a compreensão de que a dialética contribui para o entendimento da realidade a ser pesquisada por promover a conexão entre o marco histórico e a realidade existente no contexto atual de forma que se torna inviável estudá-los de forma isolada de fatores sociais, políticos, econômicos e culturais.

A escolha do método histórico-dialético no estudo justifica-se por tornar oportuno examinar as informações históricas na tentativa de propiciar o entendimento de questões atuais, tornando possível a compreensão e/ou refutação da realidade do objeto investigado.

O materialismo Histórico fundamenta-se no método Dialético e suas bases foram também definidas por Marx e Engels [...] quando um pesquisador adota o quadro de referência materialismo Histórico, passa enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. A partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua relação com as superestruturas (políticas, jurídicas etc.) é que ela procede à interpretação dos fenômenos observados. (GIL, 2008, p. 22).

De acordo com os estudos acima, o materialismo Histórico está respaldado no método Dialético atrelado à concepção materialista apresentado por Karl Marx e Friedrich Engels para compreender um fato social, em que enfatizam a dinamicidade da história, ou seja, o movimento material da história em que deve haver o diálogo entre os estudos realizados que promovem essa discussão referente ao objeto com os fenômenos experienciados. Ainda nessa perspectiva, temos que a escolha deste método oportuniza analisar as contradições nas situações existentes na sociedade e nas relações estabelecidas entre os indivíduos, como podemos observar nas considerações a seguir:

O método materialista Histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento pela materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento apoiado no princípio de contradição) as leis fundamentais que definem a forma organizativa, material dos homens durante a história da humanidade. (TAZONI- REIS, 2020, p. 72).

A autora destaca que o movimento ocasionado pelo materialismo Histórico-dialético promove o debate acerca dos acontecimentos que envolvem os indivíduos, sendo importante revisitar, por meio da pesquisa, a história da humanidade para perceber as lacunas e contradições existentes nesse percurso. Essa atitude contribuirá para que seja possível constituir as bases de dados sólida e inteligível viabilizando a compreensão da realidade apresentada na sociedade contemporânea. Ainda para promover a relevância do método Histórico-dialético, a autora pontua para interpretar a realidade.

Então, considerar o método Materialista Histórico e Dialético como instrumento teórico e metodológico para a investigação da realidade, significa compreender esse processo de interpretação e análise que vai do empírico (realidade aparente, imediata) ao concreto (realidade pensada, compreendida) no mundo como ele é. (TAZONI- REIS, 2020, p. 75).

Por meio do método supracitado, é possível compreender as problemáticas que envolvem a sociedade, possibilitando a expansão do olhar investigativo por que perpassam as situações aparentes, as respostas imediatas para uma interpretação fundamentada nos acontecimentos históricos que contribuíram para a solidificação de uma determinada realidade. A contribuição do método Histórico Dialético para as discussões no campo educacional está relacionado com a compreensão dos fenômenos que existem nesse ambiente.

O que importa para um método de interpretação da realidade - no nosso caso, um método de produção de conhecimento em educação e ensino - é descobrir as leis dos fenômenos de cuja investigação nos ocupamos; importa nos captar detalhadamente as articulações dos problemas em estudo, analisar as evoluções, rastrear as conexões entre os fenômenos que os determinam e que os envolvem. O método Materialista Histórico e Dialético nos dá condições de empreender esse movimento. (TAZONI-REIS, 2020, p. 71).

Para Reis (2020, p.71), a contribuição do método Materialista Histórico para as pesquisas educacionais corresponde às discussões no campo da educação, que constitui o método de produção de conhecimento, assim como os percalços que interferem no processo de ensino-aprendizagem. Direcionar as investigações para os entraves presentes no ambiente escolar está relacionado ao conhecimento dos amparos legais presentes nas políticas educacionais e suas diretrizes, assim como na possibilidade de investigar os avanços e as fragilidades que permeiam esse processo.

Quanto aos objetivos propostos, a pesquisa é Exploratória. De acordo com Gil (2008, p. 27) “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Ressaltando que esta tem como característica o levantamento bibliográfico e documental, ampliando as percepções acerca do objeto em questão possibilitando uma visão mais aguçada e, conseqüentemente, uma investigação mais coerente em relação aos procedimentos adotados.

Quanto ao procedimento de coleta de dados utilizou-se neste estudo a abordagem Qualitativa, uma vez que essa abordagem visa à compreensão de uma realidade específica, cujos significados são vinculados a um dado contexto. Ludke (2014, p.102) complementa dizendo que na abordagem qualitativa “A análise dos dados, geralmente, dá-se ao longo de toda investigação, por meio de teorizações progressivas, em um processo interativo com a coleta de dados”.

Corroborando com essa concepção, Minayo (2009) diz que a pesquisa Qualitativa é relevante porque responde a questões particulares, com os significados, os valores e, esses elementos, não podem ser quantificados. Nessa perspectiva, compreendemos que a pesquisa é um trabalho artesanal

A pesquisa é um trabalho artesanal que não prescinde da criatividade, realiza-se fundamentalmente por uma linguagem baseada em conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. A esse ritmo denominamos ciclo de pesquisa, ou seja, um peculiar processo de trabalho em espiral que começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que por sua vez, dá origem a novas interrogações. (MINAYO, 2009, p. 26).

1.2 Participantes

A pesquisa foi realizada com intérprete de Libras que desenvolve sua prática no ambiente educacional, vinculados a Secretaria Municipal de Educação de São Luís, na Superintendência de Educação Especial - SAEE, uma vez que a secretaria tem em seus dados a relação e o quantitativo dos intérpretes de Libras que atuam no contexto educacional, inseridos na rede pública de ensino.

Participaram da pesquisa 07 (sete) intérpretes de Libras que atuam no contexto educacional na rede pública de ensino, 6 (seis) professores que têm estudantes surdos em suas respectivas salas e 1 (uma) técnica de acompanhamento dos ILS. Nesse sentido, foi elencado como critério de inclusão para o ILS: ser intérprete de Libras e responder ao questionário. Para os professores: ser professor de estudante surdo, ter o intérprete na sala de aula e fazer a devolutiva do instrumento de pesquisa. Para a Técnica de acompanhamento dos ILS: aceitar participar da entrevista e responder as perguntas apresentadas. A finalidade foi apresentar o olhar dos participantes sobre a atuação do intérprete de Libras no contexto educacional.

1.3 Procedimentos de coleta e tratamentos dos dados

Foi necessário consultar livros, artigos científicos, revistas (impressos ou reproduzidos eletronicamente) por envolver estudos referentes ao intérprete de Libras no contexto educacional publicados anteriormente. Sendo assim, Gil (2008, p. 50) em concordância com seus estudos compreende que é importante ter uma base de um material já elaborado.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários.

A referência expressa que a fundamentação teórica é uma fonte relevante para enriquecer um estudo. Os registros contidos nos livros e artigos científicos propiciam ao conhecimento de situações ocorridas no passado, sendo imprescindível para estudos históricos, uma vez que esses subsídios apresentam dados acerca da temática, o que torna possível fazer o delineamento do percurso realizado e suas particularidades facilitando a compreensão da realidade apresentada, assim como as suas contradições.

Foram utilizados na pesquisa documentos oficiais, uma vez que foram consultados os amparos legais, leis, decretos e resoluções que asseguram e oficializam os direitos e deveres da profissão do Intérprete de Libras e sua atuação no contexto educacional. Foi realizada a pesquisa de Levantamento, uma vez que a investigação empírica como já referenciado, realizou-se com os intérpretes de Libras que atuam no contexto educacional na tentativa de alcançar os objetivos estabelecidos para esta investigação. Minayo (2009, p. 26) discorre sobre a relevância da pesquisa de campo dizendo que esse tipo de pesquisa realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses e de construção de teoria.

Para a coleta de dados, foi utilizado o questionário contendo perguntas abertas e fechadas. Assim, podemos entender, a partir das reflexões de Minayo, que essa técnica possibilita ao pesquisador se aproximar dos participantes para obter informações que atendam aos objetivos propostos, podendo ser obtidas tanto as que forem expostas quanto as que estejam sendo apresentadas de forma latente, indicando a necessidade de novas investigações. Expressando a relevância de utilizar o questionário atrelado à entrevista na perspectiva de obter os dados de acordo com os objetivos delineados, Gil (2008, p. 121) corrobora explicando sobre a técnica do questionário.

[...] Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa [...]

Podemos ressaltar que por meio do questionário, o pesquisador tem a possibilidade de transportar os objetivos da pesquisa em perguntas direcionadas aos participantes para que estes possam fornecer os dados referentes às problemáticas que os envolvem. Ao elaborar as questões que compuseram esse instrumento, a pesquisadora estava conectada às problemáticas de sua investigação para que as respostas obtidas fossem compatíveis aos questionamentos existentes na investigação. Desta forma, para compreender

a atuação profissional do intérprete de Libras educacional apresentando as competências e perfil, foi necessário observar o contexto social e histórico que envolve a inclusão da pessoa com surdez, assim como as atribuições do professor e do intérprete de Libras no contexto escolar.

Sendo assim, por meio dessas técnicas buscou-se compreender a relação entre as atribuições do professor e o intérprete de Libras na perspectiva da inclusão de estudantes com surdez no cotidiano escolar na rede municipal de São Luís, observando o contexto social e histórico que envolve esses sujeitos. Nesse sentido, poderá ser uma oportunidade para obtenção de dados relevantes que ainda não se encontram em fontes publicadas, tendo em vista a necessidade de analisar as suas percepções acerca das atribuições do intérprete de Libras educacional.

Foi realizada a entrevista com a técnica de acompanhamento dos ILS vinculados à SEMED, a fim de obter informações mais específicas referentes ao objetivo desta pesquisa, tendo em vista a aproximação do pesquisador com o participante. Nesse sentido, a entrevista “[...] permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. (LUDKE, 2014, p. 178). Observa-se ainda que

A entrevista é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizado por iniciativa do entrevistador. Ele tem o objetivo [] informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e a abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo. (MINAYO, 2009. p. 64)

Os dados da entrevista possibilitaram conhecer as especificidades da prática do intérprete de Libras que atua no contexto educacional e suas implicações quanto à necessidade do planejamento individual do intérprete em parceria com o planejamento do professor para a dinâmica das aulas na perspectiva inclusiva.

Foi elaborado um roteiro para a entrevista de forma semiestruturada com duração de 45 minutos, contendo quatorze perguntas para fins de orientação, uma vez que essa técnica [...] combina com perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada. [...] (MINAYO, 2009. p. 64).

As etapas da pesquisa constituíram-se da fase exploratória, planejamento das ações, intervenção, avaliação e organização do produto final da pesquisa. No percurso da pesquisa, houve uma alteração no planejamento inicial do Plano de Obra, em decorrência da

pandemia ocasionada pelo coronavírus (COVID-19), vírus transmissível que exigiu medidas de segurança rigorosas e para impedir sua disseminação foi decretado pelas autoridades competentes, sob orientação da Organização Mundial de Saúde - OMS, o lockdown (isolamento social total, confinamento). A partir desse cenário, a sociedade, as instituições a nível mundial tiveram suas atividades presenciais suspensas. Diante dessa realidade em que os encontros presenciais não eram recomendados, todos os sistemas de ensino tiveram que reorganizar as aulas a partir de novas estratégias na perspectiva de continuar suas ações que foram iniciadas antes da pandemia.

Assim, depois de um período necessário para reorganizar o planejamento, com as adequações necessárias para o momento pandêmico iniciado em 2020 e que esteve muito presente em 2021, com a readequação do planejamento para a concretização das atividades a partir dessa realidade no formato do ensino remoto, as aulas foram ofertadas de forma virtual com as aulas síncronas e assíncronas por meio das plataformas digitais e/ou atividades impressas de acordo com a realidade e a demanda de cada instituição. Dessa forma, a aplicação do questionário com os intérpretes de Libras educacional foi realizada por meio do *Google Forms* e a entrevista com a técnica de acompanhamentos dos intérpretes de Libras da SEMED de forma presencial na sala do SAEE.

A primeira etapa foi destinada para a realização da revisão da literatura com a finalidade de conhecer as pesquisas realizadas e suas abordagens que corroboram com a temática em questão, possibilitando uma base teórica consistente. Foram definidos os critérios para a escolha dos participantes, o campo de ação e os instrumentos que estivessem conectados com o objetivo da pesquisa. Organizou-se as seções com a fundamentação teórica, fez-se o contato com a instituição participante para apresentar a finalidade da pesquisa e solicitar a autorização para submissão do projeto ao Conselho de Ética em pesquisa com seres humanos - atividades desenvolvidas no ano de 2021. Na segunda etapa, as ações foram direcionadas para a escolha do produto educacional, realizadas concomitantemente com a dissertação de mestrado, selecionando o conteúdo e os tópicos para compor o material a partir da colaboração dos intérpretes de Libras, professores e da técnica de acompanhamento dos ILS/SEMED, instituição a que os intérpretes estão vinculados.

A terceira etapa foi destinada à aplicação dos questionários por meio do *Google Forms* e realização da entrevista com os participantes da pesquisa. A quarta etapa correspondeu à análise dos resultados obtidos por meio da coleta de dados e discussões com a literatura que versa sobre a temática. Na última etapa, foram realizados o planejamento, a escrita dos capítulos, a diagramação e a versão final do produto da pesquisa.

1.3.1 Análise dos dados

A técnica de análise de conteúdo utilizada nesta pesquisa foi a análise temática segundo a concepção de Bardin (2016), em que nesse tipo de análise o estudo fundamenta-se na centralidade do conteúdo a ser pesquisado. Nessa perspectiva, realizamos inicialmente a leitura do material que subsidia a pesquisa, objetivando compreendê-lo para posteriormente analisá-lo em sua totalidade. Analisou-se as informações obtidas, que de acordo com a autora, esse processo é relevante para “descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2016, p. 68).

A partir dos dados obtidos, foi realizada a análise e interpretação dos dados, que conforme as orientações de Gressler (2007), representa a aplicação da lógica dedutiva e indutiva do processo de investigação. Gil (2008, p. 157) corrobora pontuando que “As respostas fornecidas pelos elementos pesquisados tendem a ser as mais variadas. Para que essas respostas possam ser adequadamente analisadas, torna-se necessário, portanto, organizá-las, o que é feito mediante o seu agrupamento em certo número de categorias”.

Essa fase da investigação visou evidenciar a articulação entre as informações obtidas na literatura relacionada à temática e das obtidas no campo do estudo, a relação dos seus resultados com estudos anteriores, a confrontação dos objetivos do estudo e seus resultados alcançados. Visualizou também os ganhos para a comunidade escolar que tem estudantes surdos matriculados e que constitui um espaço inclusivo e, por fim, propiciou elaborar sugestões para investigações futuras.

Os achados da pesquisa poderão contribuir para ampliar os debates favorecendo informações que permitam desencadear uma nova postura acerca da formação e atribuições de professores na perspectiva da inclusão no cotidiano escolar, não só para os sujeitos envolvidos no estudo, mas para toda a academia, o que significa dizer educadores e sociedade em geral.

Toda pesquisa apresenta riscos, bem como eventuais constrangimentos decorrentes das perguntas propostas nos questionários, desistência de participantes e/ou fornecimento incompleto de informações. Por isso, o participante teve o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa, total ou parcialmente, tendo antes o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejasse. Até mesmo aceitando participar, ele poderia retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, o que não ocorreu, não havendo qualquer penalidade ou prejuízo, de acordo com a Resolução n. 466/2012 e a Resolução n. 510/2016.

É importante ressaltar que a pesquisadora garantiu o anonimato dos participantes e as informações desta pesquisa se constituíram confidenciais, utilizando os dados obtidos somente para fins acadêmicos e científicos para a dissertação de Mestrado ou publicação de artigos acadêmicos, capítulos de livros, assim como em apresentações e eventos acadêmicos.

Assim, como está posto, os benefícios da pesquisa correspondem às reflexões sobre atuação do intérprete de Libras no contexto educacional e suas implicações, conforme a legislação e o que acontece no cotidiano escolar. Com a realização deste estudo, almejamos delinear o perfil do intérprete de Libras que atua no contexto educacional, uma vez que os resultados poderão indicar caminhos que possibilitem a compreensão das competências e particularidades desse profissional no espaço escolar, assim como poderá contribuir para ampliar os debates favorecendo informações que permitam desencadear uma nova postura acerca da formação e atribuições de professores na perspectiva da inclusão no cotidiano escolar, não só para os sujeitos envolvidos no estudo, mas para toda a academia, a saber educadores e sociedade em geral.

Nessa perspectiva, como produto educacional, foi elaborado um E-book direcionado às práticas dos intérpretes educacionais de Libras, contendo orientações referentes à inclusão de estudantes com surdos e, nessa perspectiva, fornecer pistas para que intérprete e professor regente possam vislumbrar sugestão de ações teórico-metodológicas para a adequação do planejamento curricular inclusivo, levando em consideração a especificidade do estudante com surdo.

1.3.2 Aspectos Éticos

Esta pesquisa foi submetida à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, por meio da Plataforma Brasil (Parecer nº 4.683.454), para análise do projeto, uma vez que se realizou com seres humanos, de acordo com o anexo B. Após as etapas referentes à submissão, foi aprovada, protocolo CAEE nº 42553221.4.0000.5554, iniciando-se os procedimentos para a coleta de dados. Quanto aos resultados, eles serão divulgados por meio de artigos científicos em eventos acadêmicos, eventos locais, nacionais e internacionais e em outras instâncias públicas e privadas que atuam nessa área.

A intervenção neste projeto ocorreu por meio da construção do produto de pesquisa materializado em um E-book. A sua elaboração aconteceu por meio das informações obtidas no que concerne ao entendimento referente à profissão do intérprete pela comunidade escolar e pelas necessidades e/ou fragilidades, contidas nos questionários, quanto ao desenvolvimento de suas atribuições no contexto escolar por meio do exercício de sua

atividade profissional, apresentando as ações inclusivas e, nessa perspectiva, o que é de competência do intérprete e o que corresponde ao professor regente, fornecendo pista para que ambos possam vislumbrar a adequação do planejamento curricular levando em consideração a especificidade do estudante com surdez.

A dinâmica do protocolo do estudo previu a participação dos intérpretes de forma que as etapas fossem cumpridas a partir do contato inicial através da aplicação dos questionários e da culminância na concretização do produto em sua fase final, contendo os subsídios relevantes que irão contribuir de forma significativa aos profissionais que atuam como intérpretes de Libras, professores no contexto escolar, estudantes surdos e não surdos, assim como a comunidade acadêmica e, por fim, a sociedade.

Dessa forma, na primeira seção, apresentam-se os aspectos introdutórios pontuando os aspectos históricos e a justificativa sobre a escolha desta temática. Na segunda seção, descrevemos o referencial teórico metodológico, caracterizando o campo de investigação, os participantes da pesquisa, o método e a abordagem que foram utilizados na pesquisa, os instrumentos e a análise para a coleta de dados. Entre os autores que sustentaram teoricamente este estudo por meio de suas pesquisas realizadas estão, Bardin (2016), Lacerda (2019), Albres (2012), Alarcão (2001), Minayo (2009), Ludke (2014), Gressler (2007), Ampessan, Guimarães e Luchi (2013), Brito (2016), Quadros (2004), Santos (2018), Brasil (2010), Girke (2018) dentre outros. Os documentos legais utilizados foram: LDBEN (9.394/96), Lei da Língua Brasileira de Sinais nº 10.436, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/15, Língua Brasileira de Sinais – Libras nº 10.436/02, Decreto nº 5.626/05. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 regulamentou a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras Lei nº 12.319/10,

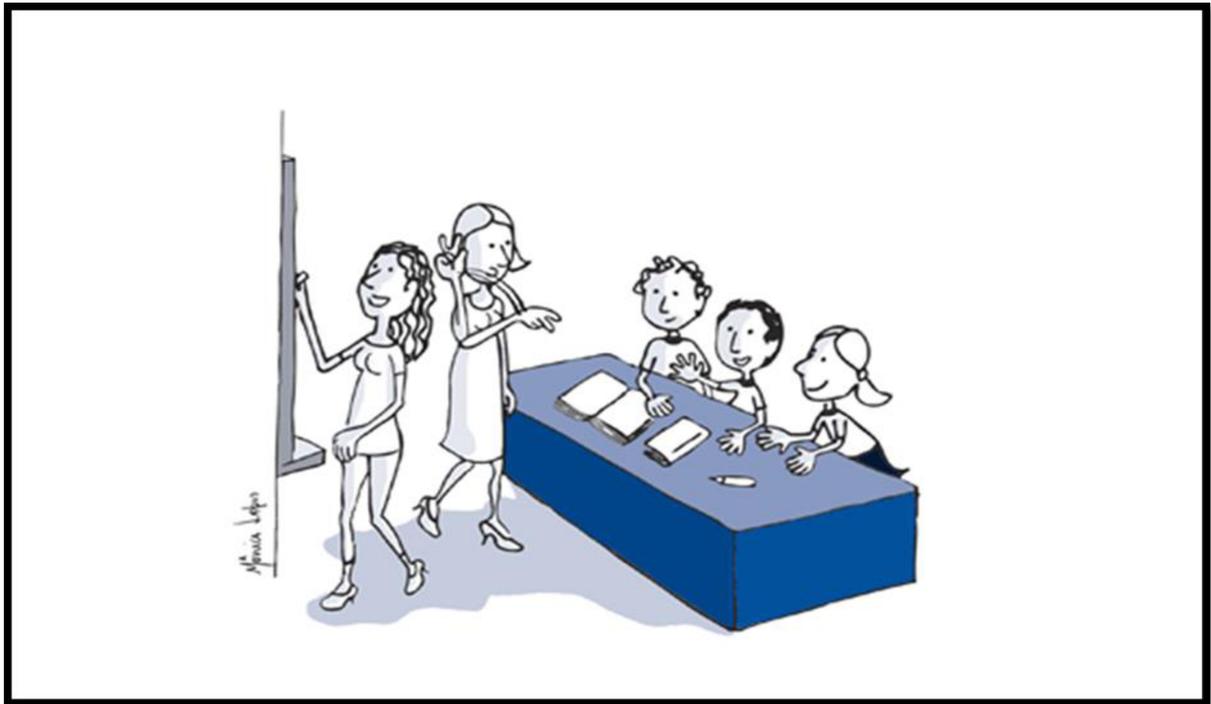
Na terceira seção, *Ser intérprete de Libras no espaço da inclusão: construção da identidade profissional*, discorremos sobre a formação necessária para o intérprete de Libras, apresentamos o contexto histórico referente à atuação do intérprete de Libras e o campo de atuação desse profissional, destacando as suas competências, para que seja possível compreender a relevância da profissão do intérprete de Libras para a Educação Especial e Inclusiva. Além disso, enfatizamos a relevância da formação do intérprete educacional de Libras, na qual a discussão ocorre em torno das orientações dos dispositivos legais que versam sobre a profissionalização e atuação do ILS no contexto educacional; discorremos sobre o campo de atuação desse profissional e suas especificidades no que se refere às suas competências.

Na quarta seção, *O trabalho mediador do intérprete de Libras nas relações de conhecimento na sala de aula*, pontuamos a relevância do ILS para o processo de ensino aprendizagem do estudante surdo e o compromisso ético do ILS no exercício de sua profissão; A neutralidade e imparcialidade do ILS na interpretação são aspectos discutidos na seção, em que serão abordados conceitos referentes à relevância da neutralidade e imparcialidade do ILS durante a interpretação levando em consideração a subjetividade do indivíduo da fala; A *Tênue Fronteira entre a Interpretação e o Ensino no Trabalho do Intérprete de Libras*, discorrendo sobre a relevância das relações estabelecidas pela escola, o intérprete e os estudantes com surdez para concretizar a inclusão nesse ambiente.

Na quinta seção *Práticas inclusivas de intérpretes educacionais de Libras: implicações da atuação profissional para o ensino de estudantes surdos*, apresentaremos as falas dos participantes, analisando o que dizem sobre sua profissão e atuação no contexto educacional, promovendo as discussões com os teóricos, autores e pesquisadores que estudam e discutem a temática. Alguns questionamentos a serem respondidos nesta seção estão em torno de: No contexto escolar o ILS desenvolve um trabalho técnico, pedagógico, ou técnico e pedagógico? A rede municipal de ensino promove formação continuada direcionada para o TILS? A formação complementar que o ILS participa atende a sua necessidade profissional?

Na sexta seção, apresenta-se o *E-book*, percurso metodológico para sua materialização e colaboração dos participantes no processo de elaboração. Os elementos abordados no E-book são: Apresentação, destinada à composição da proposta e do objetivo do e-book; o primeiro capítulo intitulado o professor, o intérprete no contexto da sala de aula, pontua como essa relação é construída nesse espaço destinado ao ensino e aprendizagem. O segundo capítulo terá como título: Competências do intérprete de Libras da Educação Básica; o terceiro contemplará as Diretrizes da rede municipal e as Diretrizes Nacionais da Educação. No quarto capítulo, foram intituladas práticas do intérprete de Libras no ambiente educacional. E, por fim, as considerações reflexivas e as referências.

2 SER INTÉRPRETE DE LIBRAS NO ESPAÇO DA INCLUSÃO: construção da identidade profissional



Fonte: <http://cristianelibras.blogspot.com/2013/04/tils-tradutores-e-interpretres-da-lingua.html>

“[...] O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele[...] É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História”. (Paulo Freire, 1996)

O percurso histórico referente à profissionalização do intérprete de Libras está atrelado à inclusão da pessoa com surdez nos espaços sociais, políticos e culturais da sociedade. Nesse sentido, é notório destacar que, de acordo com o período histórico, as nomenclaturas atribuídas à pessoa que apresentava alguma deficiência eram modificadas, representando o pensamento de determinada época. Por esse motivo, a pessoa com deficiência não podia exercer a sua cidadania e recebia denominações que contribuíram para acentuar a exclusão, a segregação até chegarmos nas discussões atuais direcionadas para as ações na perspectiva da inclusão.

Tendo em vista a delimitação do nosso objeto de estudo para as ações dos intérpretes no contexto educacional e tendo como suporte o contexto observado na história, percebemos que as atividades desse profissional inicialmente estavam relacionadas às práticas religiosas, com destaque para as ações direcionadas à caridade, assim como às relações familiares, uma vez que constituíam-se pertencentes ao contexto parental conforme observamos nas orientações para a prática profissional, documento que foi organizado pela Fundação Catarinense de Educação Especial

Os intérpretes de língua de sinais tiveram vários deslocamentos históricos, tornando necessária uma desconstrução da realidade anterior. Como processo histórico, podemos notar algumas principais ascensões dos intérpretes. Como por exemplo os que eram familiares de surdos, aqueles que iniciaram seus trabalhos na educação e permaneceram nela atuando como intérpretes, e os que se tornaram intérpretes educacionais por aprenderem a LIBRAS em alguma comunidade religiosa. (AMPESSAN, GUIMARÃES, LUCHI, 2013, p.12)

O documento referenciado evidencia que o processo histórico referente à profissionalização dos intérpretes de Língua de Sinais foi caracterizado pelas ações em torno da filantropia com fins religiosos e/ou familiar, em que existia o entendimento do trabalho voluntário e não como uma profissão com direito à remuneração e ao reconhecimento profissional, sendo necessário haver a desconstrução dessa realidade observada nesse percurso. Ampessan, Guimarães e Luchi (2013) pontuam que, embora o ILS tenha sua base de aprendizagem no contexto religioso, faz-se necessário ter bem definido a relevância da sua atuação profissional dentro do contexto educacional. Assim,

O intérprete que aprendeu a LIBRAS no espaço religioso para atuar na educação deve estar ciente de que estará assumindo um papel profissional, com atribuições específicas, nesse caso, a função de intermediar os conhecimentos dos professores por meio da língua de sinais para o surdo, e vice-versa. (AMPESSAN, GUIMARÃES, LUCHI, 2013, p.12)

Como evidenciam Ampessan (et al 2013), de forma precisa e pontual, o ILS tem que ter bem definida a sua participação no ambiente escolar, compreendendo dessa forma que nesse contexto tem atribuições bem específicas, destacando que deverá mediar os conhecimentos apresentados pelos professores para a Libras proporcionando o entendimento e a participação do estudante surdo, assim como deste para com os professores. Na perspectiva de aprofundar as discussões, os autores supracitados intensificam o marco da presença do ILS para atuar no ambiente educacional a partir da inclusão do estudante surdo na sala de aula e a relevância de assegurar o direito deste ao acesso à escolarização na classe comum do ensino regular. Deste modo,

A presença do intérprete no espaço educacional ocorreu no momento em que os surdos começaram a frequentar as salas de aula, esse movimento se deu em virtude do movimento de inclusão escolar. A partir de então surgem as seguintes questões: os surdos, estando na escola, como aprenderiam os conteúdos? Quem seria o profissional que faria essa intermediação? Assim, esses antes intérpretes religiosos, familiares e educadores de surdos começaram a interpretar nas escolas. (AMPESSAN, GUIMARÃES, LUCHI, 2013, p.12)

De acordo com essa referência é perceptível que a partir da inclusão do estudante surdo na classe comum é que o ILS assume uma nova postura pertinente a essa realidade que perpassa a atuação anterior de forma voluntária nas estâncias religiosa e familiar. Nessa configuração, o intérprete adentra os espaços educacionais com a incumbência de promover a acessibilidade ao estudante com surdez no ambiente físico-escolar quanto ao conhecimento e discussões existentes na escola. Nesse sentido,

Conforme a comunidade surda foi se constituindo enquanto grupo com identidade própria, o intérprete foi se fortalecendo enquanto profissional; porque o ILS surge mediante a organização dos surdos, assegurando-lhes o direito do exercício da cidadania, sendo um elo da comunicação entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte. (SCHEFER, 2018. p. 24)

O recorte histórico da atuação de intérpretes de língua de sinais inicia-se na Suécia, tem seus registros no século XIX em decorrência de trabalhos religiosos e, também, por conta de que a “criação de cinco cargos de conselheiros para surdos ocorreu em 1938, sendo ampliado para mais de 20 devido à demanda de trabalho, pela procura de surdos”. (BRIEGA, 2019. pg. 31).

Quadros (2004. p. 13) evidencia que, “em 1938 na Suécia o parlamento sueco criou cinco cargos de conselheiros para surdos que imediatamente não conseguia atender a

demanda da comunidade surda, em 1947, mais 20 pessoas assumiram a função de intérprete”. Ainda nessa perspectiva, observa-se que houve um avanço nesse campo, tendo em vista que

Em 1968, por uma decisão do Parlamento, todos os surdos teriam acesso ao profissional intérprete livre de encargos diante de reivindicações da Associação Nacional de Surdos. Neste ano, também foi criado o primeiro curso de treinamento de intérprete na Suécia organizado pela Associação Nacional de Surdos, junto à Comissão Nacional de Educação e à Comissão Nacional para Mercado de Trabalho. Em 1981, foi instituído que cada conselho municipal deveria ter uma unidade com intérpretes. (QUADROS, 2004, p.14)

Ao analisar a trajetória dos intérpretes de Língua de Sinais, Brito (2016) indica que em 1964 nos Estados Unidos tem-se organização da categoria profissional do intérprete de língua de sinais e no Brasil os registros referem-se à década de 80 em que o movimento de linguistas e comunidade surda iniciaram a luta pela legitimação da língua de sinais e da profissão dos intérpretes, em conformidade com esse marco inicial.

A atuação no espaço religioso iniciou por volta dos anos 80. Os intérpretes advindos desse espaço para a educação tinham em si o mesmo intuito de “ajudar” o surdo, caracterizando assim, um desconhecimento da função do intérprete, impossibilitando, muitas vezes, de ver o surdo como um cliente que recebe um serviço. (AMPESSAN, GUIMARÃES, LUCHI, 2013, p.12)

Por meio desses registros, é perceptível como a profissão do intérprete de Libras a nível mundial foi sendo solidificada nos espaços sociais a partir da necessidade da pessoa com surdez nesses ambientes. A partir de suas reivindicações para acessibilidade, as organizações foram se ajustando de forma a oferecer um atendimento qualificado, por meio do treinamento dos intérpretes. Nos Estados Unidos, os registros indicam que a atuação profissional dos intérpretes de Libras tem seu início em 1815 com a presença do intérprete Thomas Gallaudet para o ensino de Laurent Clerc, que era surdo. Em 1964, foi fundado o Registro dos Intérpretes (RID) para surdos contendo o registro para atuação do intérprete no país, como podemos observar a seguir:

Em 1815, Thomas Gallaudet era intérprete de Laurent Clerc (surdo francês que estava nos EUA para promover a educação de surdos). Ao longo dos anos, pessoas intermediam a comunicação para surdos (normalmente vizinhos, amigos, filhos, religiosos) como voluntários utilizando uma comunicação muito restrita. Em 1964, foi fundada uma organização nacional de intérpretes para surdos (atual RID), estabelecendo alguns requisitos para a atuação do intérprete. Em 1972, o RID começou a selecionar intérpretes oferecendo um registro após avaliação. O RID apresenta, até os dias de hoje, as seguintes funções: selecionar os intérpretes, certificar os intérpretes qualificados; manter um registro; promover o código de ética; e oferecer informações sobre formação e aperfeiçoamento de intérpretes. (QUADROS, 2004, pg.14)

No Brasil, a atuação de intérpretes de língua de sinais tem seu registro no ano de 1980, nesse período caracterizado pelo trabalho voluntário. Em 1988, tem-se o registro referente ao I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS, que teve como finalidade promover o intercâmbio entre intérpretes do Brasil, propiciando na ocasião a avaliação referente à ética intérprete, enquanto profissional. No ano de 1989, na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu o primeiro curso de Libras que, de acordo com os estudos de Brito (2016), nesse período o intérprete trabalhava de forma clandestina e a língua de sinais era utilizada na sociedade secretamente, uma vez que nesse período a modalidade de educação à pessoa surda correspondia à comunicação total - o oralismo. Sendo assim, o surdo deveria aprender a leitura labial para entender o que diziam seus professores. Esse direcionamento foi realizado no primeiro Congresso Internacional de Surdos Mudos, que aconteceu em Paris, em 1878, no qual

[...] sustentou-se que o melhor método de ensino seria aquele que combinasse a articulação com a leitura das palavras nos lábios, mas conservando o uso de gestos como medida de auxílio entre professores e aluno durante o período inicial. Porém, em 1980, quando se realizou o segundo Congresso, em Milão, foi rechaçado o uso simultâneo de fala e gesto e o método recomendado foi o oral puro [...] (SOARES, 2014, p. 12)

A oralização era o foco, pois acreditava-se que a língua de sinais era improdutiva e insuficiente para educar, o que ocasionou o afastamento de professores surdos. Essa abordagem ocasionou uma lacuna no processo educacional da pessoa com surdez, visto que desconsiderava as particularidades da cultura surda contribuindo para a defasagem no âmbito escolar. Nessa perspectiva,

[...] a partir do Congresso em Milão, em 1880, a filosofia educacional começou a mudar na Europa e, conseqüentemente, em todo mundo. O método combinado, que utilizava tanto sinais como o treinamento em língua oral, foi substituído em muitas escolas pelo método oral puro, o oralismo. Os professores surdos já existentes nas escolas naquela época, foram afastados, e os alunos desestimulados e até proibidos de usarem as línguas de sinais de seus países, tanto dentro quanto fora da sala de aula. Era comum a prática de amarrar as mãos das crianças para impedi-las de fazer sinais. Isso aconteceu também no Brasil. Mas, apesar dessas repressões, as línguas de sinais continuaram sendo as línguas preferidas das comunidades Surdas por serem a forma mais natural delas se comunicarem. (FELIPE, 2007, p. 152)

Com a constatação de que a pessoa com surdez, com abordagem oralista, não conseguia estabelecer a comunicação com as pessoas ouvintes e nem oralizar de maneira satisfatória, buscou-se outras formas de desenvolver a linguagem dessa pessoa. Após o fracasso do oralismo, a modalidade adotada para o ensino da pessoa surda foi a Comunicação

Total que correspondia à proposta do uso simultâneo das duas línguas, sinais e fala. Assim como o oralismo, esse método não obteve resultados favoráveis à pessoa com surdez, pois não contribuiu para a aprendizagem de estudantes surdos, o que direcionou para necessidade de estudar outra forma para viabilizar a comunicação. Dessa forma, a educação da pessoa com surdez perpassou por três modalidades de ensino: oralismo, comunicação total e bilinguismo, o que caracterizou os avanços no percurso histórico e contribuiu para a compreensão e inclusão da pessoa surda na sociedade contemporânea.

Em 1992, a FENEIS promoveu o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais. O evento fomentou diálogos acerca das experiências desses profissionais em suas atuações nas diversas regiões do país, assim como ocorreu a votação do regimento interno do Departamento Nacional de Intérprete, que foi aprovado resultando em sua fundação posterior a essa etapa. Outro aspecto relevante foi que surgiu o primeiro código de ética dos intérpretes brasileiros, posto que

Neste mesmo encontro, o intérprete de língua de sinais Ricardo Sander apresentou uma tradução do código de ética dos intérpretes norte-americanos, *Interpreting for Deaf People*, datado de 1965, que após ser discutido e sofrer algumas alterações, deu origem ao primeiro Código de Ética dos Intérpretes brasileiros de língua de sinais. (SANTOS, 2018, p. 19)

Em 1994 a Conferência Mundial ocorrida na cidade de Salamanca, na Espanha, elaborou a resolução das Nações Unidas que versava sobre os princípios, política e prática em Educação Especial. Ela foi adotada em Assembleia Geral, na qual foram apresentados os Procedimentos necessários à equidade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência ampliando as discussões para a elaboração de diretrizes e políticas educacionais. De acordo com Cunha (2016, p. 139), em 1999 a Política Nacional para a integração da pessoa com deficiência, por meio do Decreto nº 3.298, “definiu a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino”.

Nessa perspectiva, a Convenção de Guatemala, ocorrida em 1999 promoveu discussões referentes à eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência (até então denominadas) e o favorecimento pleno de sua integração à sociedade. Ela foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001 onde foi ratificado o direito à igualdade, dizendo que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as pessoas sem deficiência, sendo relevante para o processo de escolarização da pessoa com deficiência, uma vez que exige uma revisão da Educação Especial suprimindo os entraves ao ingresso à escolarização. (BRASIL, 2005).

Em 2001 houve a instituição das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, por meio da Resolução CNE/CEB Nº 2, que afirma no Art. 2º que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.” E o parágrafo único do Artigo 3º orienta que “os sistemas de ensino devem fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva”. (BRASIL, 2001, p.1). Essa Resolução especifica o público da educação especial, bem como os tipos de escolarização que serão oferecidos a ele.

O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei 10.172 de 2001, destaca que a concretização de uma escola inclusiva que atenda às necessidades educacionais das pessoas de acordo com a sua particularidade era a meta para essa década. Além disso, as barreiras a serem ultrapassadas eram referentes à oferta de matrículas para estudantes com deficiência na classe regular, à formação dos professores à acessibilidade e ao Atendimento Educacional Especializado.

Em 2002 foi sancionada a Lei nº 10.436/02, conhecida como a Lei da Libras, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como língua oficial do país juntamente com a Língua Portuguesa. Ela foi regulamentada pelo decreto 5.626 de 02 de dezembro de 2005. Compreende-se em Brasil (2005), no capítulo V, as orientações referentes à formação do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa, pontuando que essa formação poderá acontecer em cursos de profissionalização, de extensão universitária e/ou de formação continuada em instituições de ensino superior, sendo que a certificação desses profissionais deverá ser realizada por instituições de ensino superior e/ou demais instituições credenciadas pelas secretarias de educação. Desse modo,

No dia 24 de abril de 2002, foi homologada a lei federal que reconhece a língua brasileira de sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras. Tal lei representa um passo fundamental no processo de reconhecimento e formação do profissional intérprete da língua de sinais no Brasil, bem como, a abertura de várias oportunidades no mercado de trabalho que são respaldadas pela questão legal. (BRASIL, 2004, p. 15)

Nesse sentido, Brito (2016) diz que a Secretaria de Educação Especial por meio do Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em 2008 promoveu o primeiro curso de graduação/ bacharelado para

tradutores/intérpretes de Libras-Português, inicialmente na modalidade EAD, materializando dessa forma o processo de formação a nível superior para o TILS.

Assim, o artigo 19 do decreto nº 5.626 que discorre sobre o perfil do ILS, profere que se não houver profissional formado em nível superior para assumir a vaga de intérprete educacional, pode ser contratado para essa atividade uma pessoa ouvinte, com formação em qualquer curso superior e que seja fluente em Libras e tenha sido aprovado no Exame Nacional para Certificação de Proficiência no Ensino da Língua Brasileira de Sinais e para Certificação de Proficiência na Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa - Prolibras.

No Brasil, em resposta à exigência do decreto 5.626 de dezembro de 2005, entrou em vigência o Exame Nacional de Proficiência (Prolibras), desenvolvido pelo MEC em parceria com a UFSC. Esse exame considera habilidades e competências exigidas para a docência ou tradução e interpretação. Os docentes devem dominar habilidades que contemplam a comunicação em situações do contexto escolar e ensino da Libras como componente curricular. O tradutor e intérprete apresenta o domínio de habilidades que contemplem tradução e interpretação da língua de sinais para a Língua Portuguesa. (BRIEGA, 2019, p. 33)

Cinco anos após esse regimento, foi feita em 2010 a regulamentação da profissão do intérprete de Libras, profissional que está diretamente conectado à pessoa com surdez promovendo a comunicação. A profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS foi regulamentada pela Lei Nº 12.319/2010 e o artigo 6º inciso I e II contém as orientações referentes às atribuições do intérprete no exercício de suas funções, destacando-se da seguinte forma:

I- Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
II- Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais-Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares. (BRASIL, 2010, p. 02)

A legislação ratifica a relevância do intérprete de Libras no ambiente escolar e descreve o compromisso profissional que deverá ser assumido, intensificando o discurso para o campo de atuação do intérprete educacional. Assim, o processo de ensino-aprendizagem em uma escola inclusiva, onde há estudantes surdos matriculados, precisa ser pensado e realizado para atender às suas necessidades. Dentre essas especificidades está o uso da Libras, primeira língua do surdo, para que ele possa de fato, interagir com os seus pares, com os não surdos, quer sejam estudantes, professores e demais indivíduos que compõem a comunidade escolar,

na qual o estudante está inserido. Em suma, o ILS irá promover a comunicação entre os estudantes surdos com os não surdos, com os surdos e seus pares por meio da Língua de Sinais e a língua oral, interpretando as atividades realizadas nesse espaço, proporcionando à pessoa com surdez o acesso aos conteúdos curriculares.

2.1 A formação do intérprete educacional de Libras

Nesta seção discorreremos sobre a formação do intérprete de Libras em seu percurso histórico, apresentando os dispositivos legais que versam sobre o processo inicial e continuado, destacando os aspectos que contribuíram para a prática desse profissional no contexto escolar. Sendo assim, analisando os documentos que referenciam sobre a atuação do intérprete de Libras temos, por meio da lei de acessibilidade nº 10.098 do ano 2000, as orientações para o atendimento à pessoa surda e a mediação realizada pelo intérprete de Libras, que foi regulamentada por meio do decreto 5.292 quatro anos após ser sancionada.

O decreto 5.296 de 2 dezembro de 2004 regulamenta a lei de acessibilidade 10.098/2000, prevê detalhadamente acessibilidade em todas as instâncias sociais garantido o atendimento prioritário do surdo por meio da intermediação realizada por intérprete de Libras ou pessoas capacitadas nessa língua, além de apontar a necessidade de uso de uma "janela com intérprete de libras" para o acesso à informação e comunicação. A portaria 310 de 26 de junho de 2006, também determina a inserção de recursos de acessibilidade em veículos de radiodifusão, dentre os quais encontra-se a janela com intérprete de Libras. (NASCIMENTO, 2012. 60)

Com a finalidade de garantir aplicação da lei supracitada, o decreto orienta que todas as instâncias devem se organizar para atender às especificidades da pessoa com surdez garantindo-lhe o direito à comunicação, destacando que para fazer essa mediação tem-se a pessoa do intérprete de Libras ou, na ausência deste profissional, uma outra pessoa capacitada para exercer essa função. Em conformidade com o decreto, tem-se a portaria 310/06 que discorre sobre a necessidade da inserção dos recursos de acessibilidade nos dispositivos que emitem sons e imagens de forma a proporcionar a inclusão da pessoa com surdez, possibilitando o acesso à comunicação por meio da janela destinada ao intérprete de Libras para que este possa promover interpretação da comunicação emitida mediante o dispositivo.

A partir das conquistas sociais da comunidade surda e da inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar, a profissionalização do intérprete de Libras vem ganhando visibilidade. Nesse sentido, é importante compreendermos como ocorreu o processo de formação desse profissional, inicialmente caracterizado pela formação em instituições religiosas, uma vez que a pessoa com surdez estava incluída nesse ambiente participando dos

eventos realizados e que para o intérprete de Libras constituía o espaço para desenvolver a fluência na Língua de Sinais, proporcionando o contato do intérprete com a comunidade surda na perspectiva de ser reconhecido e aceito como pessoa fluente na Libras, até adentrar as instituições de ensino superior por meio do curso de graduação.

A partir do reconhecimento da Língua de Sinais enquanto língua oficial da comunidade surda, percebemos os primeiros direcionamentos para a formação do intérprete de Libras, como podemos observar nos apontamentos a seguir:

Em 22 de dezembro de 2005, a lei de Libras é regulamentada pelo decreto 5.626 podemos considerar esse decreto o "divisor de águas" no que tange à inclusão de sujeitos surdos e à formação de TILSP, pois é nesse decreto que aparece pela vez o termo "Tradutor Intérprete de Libras Língua Portuguesa" e a determinação da formação desse profissional em nível superior (NASCIMENTO, 2012, p.60).

O autor supracitado identifica o intérprete como Tradutor Intérprete de Língua de Sinais Português, uma vez que este profissional promove a tradução e interpretação dos códigos linguísticos dinamizando a comunicação entre as duas culturas. Nesse sentido, compreendo a relevância desse profissional nos espaços sociais. O decreto 5.626, por sua vez, contempla em seus encaminhamentos legais a necessidade de formar esse profissional em nível superior, conforme observa-se nos artigos 17 e 18 a seguir:

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - Cursos de educação profissional;

II - Cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

(BRASIL, 2005)

Os direcionamentos contidos no Decreto citado acima pontuam como deverá ser organizado o processo formativo do intérprete e quais instituições estavam habilitadas para realizar e emitir a certificação comprobatória. Em conformidade com essas orientações sobre a formação do intérprete de Libras, o Decreto 5.626 destaca que:

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua

Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o capítulo atuará:

I - Nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - Nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação. (BRASIL, 2005)

Tendo em vista que até 2005 não havia graduação em nível superior para o intérprete de Libras o Ministério da Educação - MEC criou o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no uso e ensino da Língua Brasileira de Sinais, o Prolibras, com o objetivo de realizar a certificação que consistia em habilitar o profissional para exercer a função de intérprete de Libras nos espaços sociais. A partir da aprovação do referido programa, observamos que foi importante para a profissionalização desse profissional.

O Prolibras também foi uma iniciativa válida para a formação e profissionalização do tradutor e intérprete de Língua de Sinais, validada pelo Decreto nº 5.626/2005 em seu artigo 20, sendo um processo inovador, pois foi o primeiro tipo de avaliação de intérpretes no qual a prova não era uma prova escrita. (GIRKE, 2018, p. 19)

O programa para certificar o ILS surgiu como uma ferramenta legal para validar o processo de formação do profissional para atuar no ensino, tradução ou interpretação em Língua de Sinais. Teve como um dos destaques, a inserção da prova prática em Libras no processo avaliativo. Corroborando sobre a relevância desse processo para a formação do intérprete de Libras, Almir (2020) pontua que o Prolibras foi estabelecido pela portaria normativa MEC nº 29 de 20 de julho de 2007 e portaria normativa MEC nº 20, de 8 de agosto de 2010, para ser realizado em parceria entre o Ministério da Educação - MEC e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Ele era realizado em duas etapas, sendo a primeira composta por uma prova escrita e a segunda correspondia à prova prática em Libras, valorizando a Língua de Sinais. Isso pode ser observado nas pontuações a seguir:

Seu foco principal foi a sinalização na Língua de Sinais brasileira, sendo este um diferencial. Essa avaliação veio destacar a Língua de Sinais no qual o sujeito surdo pôde ter sua língua valorizada. A princípio, a língua portuguesa era a única língua utilizada como forma de avaliação, sendo assim, as avaliações eram feitas de maneira escrita. O Prolibras veio para quebrar esse paradigma no qual o surdo pôde ver a língua sinalizada e isso trouxe mais clareza no procedimento avaliativo. (GIRKE, 2018, p. 19)

O Prolibras foi um programa idealizado para habilitar os profissionais que eram fluentes em Libras, por meio de suas experiências empíricas, embora não houvesse uma certificação que os permitissem a inserção profissional. No entanto, constituiu um aspecto significativo à comunidade surda, uma vez que inseriu a Libras em seu processo avaliativo valorizando a sua língua majoritária. Briega (2019, p. 33), contribui explicando que

O Prolibras avalia questões relativas à gramática, história, educação, competência linguística e ética e a avaliação ocorre em duas partes: a primeira prova objetiva em Libras envolve compreensão dos sinais, conhecimentos específicos, legislação e ética profissional; a segunda consiste em uma prova prática de tradução e interpretação, com temáticas relacionadas à educação, com dez minutos de duração, para cada participante. Esse curto período de avaliação justifica a existência de críticas, quanto à metodologia e recursos empregados. Diante da escassez de cursos de formação, muitos profissionais submetem-se a uma avaliação, que desconsidera elementos importantes para a sua atuação no campo educacional, o que não garante que os aprovados possuam de fato habilidades necessárias para o desempenho da função.

Corroborando com a autora citada acima, Veiga (2018, p.28), destaca que [...] através de exame de proficiência em Libras, onde será composta por banca examinadora, composta por professores surdos, linguistas e também tradutores e intérpretes de Libras, para averiguar o grau de conhecimento no ato tradutório e interpretativo, em nível fundamental, médio e superior. A certificação por meio do Prolibras permaneceu por dez anos, tendo seu início em 2005 e sua última aplicação em 2015 em conformidade com as orientações contidas no decreto 5.262/05.

É notório que a formação inicial não contempla todos os aspectos relacionados à prática no campo de atuação, sendo relevante o processo de formação contínuo. Nesse sentido, percebemos que a formação do intérprete contribui para os aspectos da interpretação, mediante as escolhas das competências e das habilidades relacionadas às melhores técnicas a serem utilizadas na interpretação. Nesse aspecto entendemos que a formação não é específica para a sala de aula, já que

A formação do tradutor intérprete se dá de maneira geral, não abordando questões específicas da sala de aula. Por essa razão, muitos acreditam que é mais fácil atuar na sala de aula, por não haver alguém que “esteja vigiando o seu trabalho” ou “cobrando seu desempenho”, não há um grau de comparação e é um trabalho isolado visto que em cada escola geralmente há apenas um intérprete de língua de sinais. Porém sabe-se que é através da performance técnica e metodológica do intérprete educacional de Língua de Sinais que o aluno surdo terá realmente acesso ao conhecimento ministrado em sala de aula. (GIRKE, 2018, p. 13)

A formação continuada é importante para ampliar o conhecimento referente às técnicas que poderão ser utilizadas na prática do intérprete de Libras, assim como atualizar os profissionais a partir das dificuldades enfrentadas no desenvolvimento de suas atividades, direcionando para novas escolhas e possibilidades que podem ser utilizadas em sua atuação profissional.

Girke (2018, p. 13) discorre que, a formação do intérprete de Libras é um assunto sempre discutido nos eventos direcionados à sua profissionalização, principalmente aqueles que atuam no contexto educacional, em decorrência da complexidade do ambiente escolar pela qual perpassam os conhecimentos técnicos. Nesse sentido, podemos observar que "em relação à formação profissional do intérprete, este ainda é um assunto muito discutido nas formações em geral e principalmente na formação do intérprete educacional de Língua de Sinais."

Sendo o contexto da sala de aula um processo dinâmico constituído da heterogeneidade dos indivíduos presente nesse espaço, Girke (2018, p. 13) pontua que "faz-se necessário destacar que o tradutor intérprete educacional de Língua de Sinais esteja sempre em formação continuada visto que o estudo inicial geralmente não contempla todos os aspectos que são necessários ao trabalho em sala de aula". Nessa perspectiva, a formação inicial contribui significativamente para a entrada do profissional em sua área de atuação, no entanto, apesar de não constituir uma etapa completa, é a partir dos desafios identificados que o profissional vai intensificar a sua formação continuada.

Dessa forma, o curso do Letras LIBRAS veio para quebrar uma tradição linguística do prestígio da língua majoritária para inovar com o estudo da Língua de Sinais pela língua de sinais, formando o bacharel tradutor intérprete de Línguas de Sinais com a vivência de diversos gêneros textuais estudados na própria língua. (GIRKE, 2018, p. 17)

A proposta da graduação em Letras/Libras foi proporcionar ao tradutor/intérprete de Libras uma formação a partir do conhecimento da própria Língua de Sinais em estrutura linguística, gêneros textuais, parâmetros, assim como em todos os aspectos inerentes à organização da Língua, para que fosse possível promover o conhecimento a partir da experiência formativa na própria língua da comunidade surda.

Um dos aspectos que deve ser considerado quando dialogamos sobre o processo de formação do ILS é a sua atuação no contexto educacional, tendo em vista a diversidade das disciplinas existentes nesse espaço e os conhecimentos específicos que exigirá do intérprete

um conhecimento prévio que, por sua vez, auxiliará as suas escolhas para realizar a interpretação dos conteúdos a ser trabalhados. Quanto a isso

Convém, no entanto, ressaltar que o intérprete também não deve estar totalmente alheio ao processo de aprendizagem. Sendo assim, o trabalho do intérprete educacional de Língua de Sinais não é (tão somente) um trabalho técnico, mas também pode ser considerado um trabalho pedagógico. (GIRKE, 2018, p. 24).

De acordo com o autor supracitado, formação profissional e processo de aprendizagem não devem estar dissociados, uma vez que no contexto educacional, a atuação do ILS constitui um trabalho técnico em que o profissional fará a interpretação dos conteúdos e diálogos existentes sem que haja sua interferência pessoal, na tentativa de alterar o que está sendo abordado. De igual forma, consistirá também em uma atuação pedagógica considerando a escola como espaço de aprendizagem.

À vista disso, Veiga (2018, p. 22) entendendo que o ILS no contexto escolar deve ter uma atuação singularizada em relação a outros ambientes, pontua que “o intérprete educacional, além de saber as línguas envolvidas e ser o meio linguístico entre surdos e ouvintes no ato interpretativo, precisa ter funções específicas na área educacional”. Assim, a Lei Nº 12.319 de 2010 regulamentou a profissão do intérprete de Libras com as seguintes orientações relativas às atribuições desse profissional, conforme observa-se nos artigos a seguir:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - Cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - Cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 5º Até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior. (BRASIL, 2010)

A profissão do ILS possibilita que este profissional desenvolva sua atividade em diferentes espaços sociais, elemento relevante que pode ser considerado no processo de formação, tendo em vista a afinidade com a área para atuação e que, por outro lado, pode causar prejuízos em relação ao aprendizado dos estudantes surdos, como percebemos nas orientações de Veiga (2018, p.27) em que, “muitas vezes por questões salariais alguns intérpretes pegam um trabalho que não é da sua área, interferindo até na aprendizagem do surdo, visto que faltará informações dadas da língua fonte para a língua alvo e o trabalho não ficará completo”.

Essa afirmação põe em alerta o fato de que há situações neste trabalho a serem repensadas. Chama a atenção também o fato de que não se conhece muito sobre o que é feito em sala de aula e quais são os efeitos dessas práticas. Observamos também relatos de estudantes surdos sobre a falta de entendimento do conteúdo da disciplina pela tradução, por ter intérprete que utiliza adaptações ou variações locais e não a língua de sinais propriamente, já que muitos atendem uma população que nem sempre domina bem a língua de sinais.

2.2 Atuação do ILS na sala comum do ensino regular

De acordo com a legislação nº 12.319/10 que traz as diretrizes referentes à atuação do intérprete de Libras, temos no Artigo 6º as orientações relativas às suas atribuições quanto ao exercício de suas competências, como podemos observar nos incisos I e II:

- I - Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II - Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; (BRASIL, 2010)

De acordo com o que foi observado anteriormente, umas das competências do ILS é promover a comunicação entre pessoas surdas e não surdas por meio da Libras para Língua Portuguesa reciprocamente, ou seja, da L1 para L2 e da L2 para L1. O inciso II, destaca a interpretação em Libras - Língua Portuguesa nas atividades desenvolvidas nas instituições de ensino da educação básica ao ensino superior, oportunizando aos estudantes o acesso aos conteúdos curriculares. Sendo assim,

O intérprete educacional é o profissional que fará o repasse da língua alvo-português para a língua fonte-Libras, ou da língua fonte-Libras para a língua alvo-português, deve ter fluência em libras e formação na área, será ele que transmitira a fala dos professores aos surdos e colegas ouvintes, ou a libras dos surdos para os colegas ouvintes e professores. (VEIGA, 2018, p.21)

Seguindo as orientações da legislação nº 12.319/10 que versa sobre a atuação do ILS, Veiga (2018), destaca que para fazer esse trajeto da Libras, primeira língua configurando a língua fonte, para a língua Portuguesa, segunda língua da comunidade surda que corresponde à língua alvo, o ILS deve ser fluente em Libras atrelado à formação na área da Educação Especial e Inclusiva. Em concordância com essa afirmativa, entende-se que a “[...] Língua fonte - É a língua que o intérprete ouve ou vê para, a partir dela, fazer a tradução e interpretação para a outra língua (a língua alvo). Língua alvo - É a língua na qual será feita a tradução ou interpretação”. (Quadros, 2004, p.9)

Sendo assim, Veiga (2018), destaca que na sala de aula, o intérprete é o profissional que irá transmitir a fala dos professores aos estudantes surdos, interpretar a comunicação em Libras dos surdos para os professores e colegas não surdos. Dessa forma, ratificando a relevância desse profissional e sua atuação no contexto educacional, entende-se que o intérprete deve ser um canal, pois

O intérprete educacional de Libras deve ser o canal comunicativo entre o aluno surdo, o professor, colegas e equipe escolar. Seu papel em sala de aula é servir como mediador entre pessoas que compartilham línguas e culturas diferentes. Essa atividade exige estratégias mentais na arte de transferir o conteúdo das explicações, questionamentos e dúvidas, viabilizando a participação do aluno em todos os contextos da aula e fora dela, nos espaços escolares. (VEIGA, 2018, p.21)

A autora referenciada, em conformidade com as orientações contidas na legislação 12.319/10, assevera que o ILS no contexto educacional representa um canal de comunicação para alcançar os participantes desse ambiente, a comunidade escolar. Destaca que no desenvolvimento de suas atividades profissionais em sala de aula o ILS é o mediador entre as pessoas que interagem em línguas e culturas diferentes. Em vista disso, o intérprete de Libras precisa ter suas estratégias bem definidas no que se refere à sua organização mental quando for transferir, repassar o conteúdo ministrado, fazer questionamentos, tirar dúvidas para que seja possível promover a participação plena dos estudantes com surdez nos espaços escolares. Partindo desse princípio, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, destaca que

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

IV - Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

IX - Adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - Formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - Os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II - Os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (BRASIL, 2015).

Nessa perspectiva, Girke (2018, p. 24), corrobora dizendo que “a função do intérprete educacional de Língua de Sinais em sala de aula não é o de ensinar o conteúdo das disciplinas, contudo, das escolhas dele depende o bom andamento e aprendizado do estudante surdo”. É importante refletir que o ensino e aprendizagem do estudante com surdez não está diretamente relacionado às competências do ILS, sendo responsabilizado por esse processo.

Essa é uma atribuição do professor regente da sala de aula, que no ambiente escolar assume o compromisso pelo processo de ensino aprendizagem de todos os estudantes, surdos e não surdos, uma vez que “desenvolver sua função é indispensável. Contudo, não se pode deixar de saber qual sua real função para que possa assim atuar de maneira que o aluno surdo não seja prejudicado, por isso a importância do trabalho colaborativo entre intérprete e professor”. (SCHEFER, 2018, p. 24).

A autora supracitada complementa que uma educação inclusiva, concretizada de forma plena, exige que as ações do intérprete devem estar conectadas com as ações do professor, visto que ambos almejam a mesma finalidade: a aprendizagem do estudante. Nesse sentido, as contribuições do ILS para um planejamento acessível que atenda as especificidades do estudante com surdez, realizado de forma colaborativa com o professor na perspectiva do alinhamento das atividades, pode ser considerado como uma ação relevante para o processo inclusivo que perpassa a inserção do estudante no ambiente escolar. A vista disso, é pertinente considerar que há uma parceria entre intérprete e professor regente, de forma que

No contexto escolar, em alguns casos, o intérprete atua como professor, esclarecendo questionamentos, porque se fizer uma interpretação no estrito sentido das palavras, esta poderá não ter sentido compreensível pelo aluno surdo. Entretanto, o professor regente de classe não pode passar suas responsabilidades ao intérprete, porque ele está lá para exercer sua função de intérprete. (SCHEFER, 2018, pág. 24)

Nas considerações de Schefer (2018), percebe-se que em casos pontuais há necessidade de uma explicação do conteúdo pelo intérprete, na perspectiva de promover o entendimento referente a um determinado sinal, sendo compreendido de forma significativa pelo estudante surdo. O ILS poderá utilizar esse elemento em sua atuação. No entanto, diante dessas situações pontuais, o professor regente não deve direcionar a responsabilidade do ensino e aprendizagem do estudante com surdez ao intérprete, uma vez que nesse contexto a sua competência corresponde ao ato de promover a comunicação por meio da interpretação dos códigos linguísticos. Dessa forma,

Os intérpretes educacionais de Libras são profissionais que estão dentro do contexto escolar inclusivo do surdo, sendo assim, além interpretar de uma língua para a outra os conteúdos escolares; deve também interpretar eventos que aconteçam dentro e fora da escola desde que seja em seu horário de trabalho; estudar e estar sempre se atualizando; trocar informações com o professor, relativas às dúvidas do aluno, possibilitando ao professor regente a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem; estudar o conteúdo a ser trabalhado pelo professor regente, para facilitar a tradução das aulas; o intérprete deverá cumprir a carga horária, na escola como qualquer outro profissional contratado naquela instituição. (VEIGA, 2018. p.22)

Portanto, percebemos que há pontos relevantes destacados quanto à atuação profissional do ILS e sua jornada de trabalho. Um dos elementos trazidos por Veiga (2018) refere-se à presença do intérprete no espaço inclusivo do estudante surdo quanto à interpretação dos conteúdos e/ou eventos que aconteçam fora do contexto escolar. Entretanto, a autora ressalta que deve ser dentro do horário de trabalho do ILS, sendo que este profissional deve ter sua carga horária respeitada assim como os demais profissionais pertencentes a escola. A formação continuada também ganha destaque nas pontuações referenciadas acima, assim como o diálogo com os professores regentes para que estes elaborem estratégias que alcancem o processo de aprendizagem do estudante com surdez.

Outro aspecto relevante que deve ser considerado na perspectiva do planejamento inclusivo é o acesso do ILS aos conteúdos a serem ministrados pelos professores regentes da sala, tendo em vista que dessa forma poderá auxiliar na interpretação durante as aulas. Em conformidade com as considerações de Veiga (2018), referente a elaboração do planejamento de forma colaborativa em que ILS e professores dialogam sobre as adaptações relevantes a

prática inclusiva, é importante considerar “portanto, entre o tradutor intérprete de Libras e o professor regente de classe deve haver cooperação e participação no planejamento das aulas, nas avaliações e demais ações docentes das quais sejam pertinentes, para que as estratégias pedagógicas atendam às necessidades do aluno surdo”. (SCHEFER, 2018, pág. 24)

Diante das considerações apresentadas pela autora mencionada acima, é perceptível a importância das palavras cooperação e participação que caracterizam a atuação do ILS na sala comum do ensino regular, sendo realizadas em parceria com os professores regentes. Ressalta que esse aspecto não constitui uma obrigatoriedade, mas de acordo com a necessidade e solicitação dos professores em realizar o planejamento de forma colaborativa na perspectiva de contemplar no planejamento metodologias, atividades e avaliações de forma inclusiva atendendo às especificidades do estudante surdo sem prejudicá-lo em decorrência de suas particularidades. A partir desta conjuntura, direcionando as concepções diante da escola que temos e a escola que almejamos, percebe-se que é um investimento na qualidade da inclusão.

[...] uma escola assim concebida pensa-se no presente para se projetar no futuro. Não ignorando os problemas atuais, resolve-os por referência a uma visão que se direcione para a melhoria da educação praticada e para o desenvolvimento da organização. Envolvendo no processo todos os seus membros, reconhece o valor da aprendizagem que para eles daí resulta. (ALARCÃO, 2001. p. 25)

É pertinente, a partir desta concepção, dialogar com Alarcão (2011) sobre a necessidade da escola reflexiva, partindo do princípio de que a instituição é conhecedora de sua realidade. Nessa perspectiva, após identificar as suas fragilidades deve-se projetar as estratégias objetivando potencializar os aspectos vulneráveis, delineando assim o seu futuro. Para alcançar essa finalidade, a autora referenciada, destaca que todas as pessoas engajadas no processo educacional devem estar envolvidas, uma vez que todos são atores importantes e membros ativos nesse percurso. Dessa forma, a partir da concepção da escola reflexiva, ILS e professores conhecendo a realidade da sala de aula poderão realizar o planejamento de forma colaborativa por meio de uma responsabilidade compartilhada, a fim de contemplar todos os estudantes, surdos e não surdos, inseridos no ambiente escolar. Sendo assim, na próxima seção as discussões foram construídas em torno das relações de conhecimento presentes na sala de aula.

3 O TRABALHO MEDIADOR DO INTÉRPRETE DE LIBRAS NAS RELAÇÕES DE CONHECIMENTO NA SALA DE AULA



Fonte: <https://www.camara.leg.br/-projeto-classifica-educacao-bilingue-para-surdos-como-modalidade-de-ensino/>

Considera-se que a Educação Especial não pode ser mais olhada como um sistema paralelo ao ensino regular; deve, sim, fazer parte dele como um conjunto de recursos pedagógicos e de serviços de apoio que facilitem a aprendizagem de todos os alunos em turmas regulares. (LACERDA, 2019).

Promover a comunicação entre as pessoas surdas e não surdas corresponde a uma das competências do ILS como vem sendo apresentado no decorrer deste estudo. Nesta seção, pretende-se discorrer sobre a mediação deste profissional referente ao conhecimento do estudante surdo no contexto da sala de aula. Para tanto, é preciso definir as atribuições do ILS na sala de aula, desmistificando alguns equívocos no que se refere a sua inserção no ambiente escolar.

O profissional intérprete da língua de sinais atua em diferentes âmbitos da sociedade. Na área da educação, atua no ensino básico ao superior, mas nesta área o profissional ainda passa por momentos equívocos sobre as suas atribuições. Às vezes é interpretado como professor auxiliar, facilitador, suporte técnico e até mesmo tutor dos alunos surdos. (ALBRES e SANTIAGO, 2013, p.143)

É relevante que todos os atores envolvidos no processo educacional tenham o entendimento referente à atuação e competência do ILS que está inserido no contexto escolar promovendo a participação em sua totalidade do estudante surdo. Em conformidade com as considerações elaboradas pelas autoras supracitadas, o intérprete de Libras atua, no contexto educacional, da educação básica ao ensino superior.

No entanto, a sua presença nesses espaços promove um entendimento equivocado quanto à sua atividade profissional, já que por vezes é confundido como um professor auxiliar, facilitador, suporte técnico ou o tutor do estudante com surdez. Outro aspecto relevante que permeia a mediação do ILS em sua atuação no contexto educacional está relacionado às suas competências e ao tempo considerado para realização das atividades de interpretação. Sendo assim, percebe-se que a sua função não é pedagógica.

Compreendendo que a função do intérprete não é pedagógica, e sim, puramente técnica, as capacitações na escola desse cunho, pedagógicas, não se aplicam a esse profissional. Quando houver professores surdos nessas formações o intérprete deverá realizar a interpretação, mas lembramos que um dia inteiro de formação será muito cansativo para a atuação de um único intérprete, sendo necessária a contratação de mais profissionais. (AMPESSAN, GUIMARÃES, LUCHI, 2013, p.26)

As discussões em torno da atuação do ILS no ambiente escolar também estão configuradas na interrogativa quanto à competência, se esta corresponde a uma ação pedagógica ou somente técnica. Nesse sentido, Ampessan et al (2013) apresenta a concepção direcionada para uma função técnica, pontuando que as atividades pedagógicas não fazem parte de sua atuação, argumentando que compete ao intérprete no contexto escolar as atividades relacionadas à interpretação e comunicação por meio da L2 a L1 e vice-versa, destacando que quando for uma atividade extensa deve haver dois profissionais para revezar

durante a interpretação. Os autores supracitados sinalizam para uma realidade que pode ser frequente no contexto escolar quando a comunidade não compreende quais são as competências do ILS educacional. Além disso,

Outra situação frequente nas escolas se dá na ausência de um professor. Não se deve pedir ao intérprete que substitua a falta daquele docente, pois ele não pode se responsabilizar por uma turma. A escola poderá tomar medidas que não envolvam o profissional intérprete mesmo que esse não esteja interpretando. Neste momento, aparentemente ocioso, o intérprete poderá usar para fins de estudos dos conteúdos que condizem com seus momentos de interpretação. O intérprete não deve ser visto pela escola como um “quebra galho”. (AMPESAN, GUIMARÃES, LUCHI, 2013, p.26)

Muito relevante as pontuações de Ampessan et al (2013) no que se refere à presença do ILS no contexto escolar e seu reconhecimento profissional. Embora exista alguma carência no quadro de professores, mesmo que o intérprete não esteja interpretando, não é permitido solicitá-lo para assumir uma turma. O tempo livre do ILS, como ratificam os autores referenciados, deve ser para intensificar seus estudos em relação aos conteúdos e/ou sinais novos referentes a um determinado contexto. Corroborando com essa afirmativa, considera-se que

Na sala de aula o intérprete deverá ter uma relação de cumplicidade com o professor regente, pois ambos têm o mesmo objetivo: que o aluno aprenda, porém, o intérprete não é graduado na disciplina e por isso “não tem a obrigação de saber todo o conteúdo” e sim os sinais coerentes para cada conceito estudado. Por esta razão, as dúvidas dos alunos devem ser sanadas pelo professor regente e não pelo intérprete. (GIRKE, 2018, p. 29)

Embora não seja permitido ao ILS substituir o professor na sala de aula, é notório que ambos devem trabalhar em harmonia e cumplicidade, visto que têm o mesmo objetivo referente à aprendizagem do estudante surdo. Nessa perspectiva, Girke (2018) sinaliza para a necessidade do ILS informar ao professor regente as dúvidas do estudante surdo durante as aulas, independente de o intérprete possuir ou não graduação na disciplina ministrada, não lhe é cobrado saber todo o conteúdo, assim como os sinais correspondentes.

Salienta que embora o ILS tenha sua formação inicial correspondente à disciplina ministrada, sua atuação na sala de aula corresponde à interpretação dos conteúdos de forma colaborativa com o professor. Assim sendo, o intérprete em sala de aula atua como um corresponsável pelo ensino do estudante surdo, o que não exime o professor de sua responsabilidade com o estudante quanto aos conteúdos ministrados e a aprendizagem adquirida por ele, como observamos nos estudos a seguir, sobre os quais a pesquisadora pontua aquilo que cada ator pode desenvolver respeitando as suas atribuições. Assim,

No contexto escolar, em alguns casos, o intérprete atua como professor, esclarecendo questionamentos, porque se fizer uma interpretação no estrito sentido das palavras, esta poderá não ter sentido compreensível pelo aluno surdo. Entretanto, o professor regente de classe não pode passar suas responsabilidades ao intérprete, porque ele está lá para exercer sua função de intérprete. (SCHEFER, 2018, p. 25)

Percebe-se nos estudos de Schefer (2018) a referência ao intérprete como professor, alguém que promove explicações quando há questionamentos criando estratégias que possibilitem o entendimento do estudante referente ao conteúdo apresentado pelo professor. No entanto, esse fato não deve distanciar o professor de suas responsabilidades em sua ação docente no que tange o que o estudante aprendeu e o que ainda precisa ser aprimorado.

Nesse sentido, Girke (2018, p. 29) ratifica que “o intérprete, sempre que necessário e quando for solicitado, poderá dar sugestões de adaptações que podem ser feitas pelo professor para que sua aula atinja também o estudante surdo, pois sabe como se dá o funcionamento cerebral (do aprendizado) e comportamental do estudante surdo”. A partir dessas considerações é perceptível a importância do ILS e do professor trabalharem em parceria para que as atividades propostas pelo professor possam alcançar o estudante com surdez. Em conformidade com este posicionamento, Girke (2018, p. 29) reflete sobre as dificuldades e o papel do professor intérprete em facilitar a compreensão do texto, dizendo que

Ao corrigir, pode ser que o professor tenha dificuldade por causa da diferença gramatical e de sintaxe (ou de estrutura das frases) das duas línguas, o intérprete pode assumir a função de tornar o conteúdo escrito pelo aluno surdo acessível ao professor para que este possa fazer a correção adequada das informações, considerando o conteúdo e não a forma da língua portuguesa escrita padrão, visto que a Língua Portuguesa é a segunda língua do surdo.

As considerações do autor citado acima contribuem significativamente para o entendimento do trabalho mediador do ILS nas relações de conhecimento quando evidencia que nesta interface entre a Libras e a Língua Portuguesa, cada uma apresenta estrutura gramatical própria, suscitando o entendimento bicultural dos usuários de ambas. De um lado, o estudante surdo tem dificuldades quanto à organização do sistema linguístico da Língua Portuguesa e seus respectivos aspectos; de outro, o professor regente também desconhece a estrutura gramatical da Libras contribuindo para uma lacuna entre o professor e o estudante com surdez.

Nessa perspectiva, é importante que o planejamento seja elaborado de forma colaborativa. Dessa forma, o professor apresenta os conteúdos e as atividades que serão realizadas ao ILS para que este possa conhecer o que será ministrado e, por meio da ação colaborativa, será possível elaborar o planejamento para a interpretação a partir do plano de aula do professor. Pensar o planejamento com esse olhar é estar atento para as especificidades do estudante surdo e seu processo de aprendizagem, concretizado nos ajustes e/ou adaptações e na elaboração de estratégias coerentes a cultura surda. Assim, “[...] entre o tradutor intérprete de Libras e o professor regente de classe deve haver cooperação e participação no planejamento das aulas, nas avaliações e demais ações docentes das quais sejam pertinentes, para que as estratégias pedagógicas atendam às necessidades do aluno surdo”. (SCHEFER, 2018, p. 27). Corroborando sobre a parceria entre professor e ILS quanto à necessidade de elaborar o planejamento colaborativo, é importante compreender o trabalho prático construtivo.

O trabalho do Tils aliado ao trabalho docente deverá fomentar práticas construtivas para o desenvolvimento do discente Surdo. A cooperação entre esses profissionais deverá iniciar no planejamento e culminar na execução de aulas que considerem a singularidade linguística do aluno Surdo.

A atividade do intérprete requer planejamento e elaboração de estratégias e referenciais paralelos aos conhecimentos do professor. A este caberá buscar formação adequada em Libras (pois o desconhecimento da língua de sinais afeta diretamente a comunicação); criar metodologias voltadas à educação de Surdos e produzir recursos didáticos que atendam às especificidades linguísticas dos educandos Surdos. (RIBEIRO, 2020.p. 39).

Para Ribeiro (2020), o trabalho desenvolvido pelo Tils³ em parceria com o professor deve promover práticas que contribuam com a aprendizagem do estudante surdo. A autora ratifica a relevância da ação colaborativa entre esses dois atores do processo de ensino iniciada no planejamento, que representa da organização dos esquemas mentais à materialização dos conteúdos em sala que estejam conectadas com a singularidade do estudante surdo. Outro aspecto pontuado pela autora refere-se ao planejamento pessoal do intérprete para as escolhas interpretativas que possibilitem o entendimento e a aprendizagem do estudante. Percebe-se que nesse contexto, o professor também precisa participar de formação continuada para conhecer a Libras para aproximar-se do estudante também por meio da comunicação. Na relação de conhecimento em sala de aula, é importante observar que

³ Tradutor Intérprete de Língua de Sinais

De modo geral, aos intérpretes de língua de sinais da área da educação é recomendado redirecionar os questionamentos dos alunos ao professor, pois desta forma o intérprete caracteriza o seu papel na intermediação, mesmo quando este papel é alargado. Neste sentido, o professor também precisa passar pelo processo de aprendizagem de ter no grupo um contexto diferenciado com a presença de alunos surdos e de intérpretes de língua de sinais. A adequação da estrutura física da sala de aula, a disposição das pessoas em sala de aula, a adequação da forma de exposição por parte do professor são exemplos de aspectos a serem reconsiderados em sala de aula. (Quadros, 2004, p.63)

Quadros (2004) diz que para que o ILS desenvolva funções que ultrapassem o ato de interpretar na atuação em sala de aula, é importante que os questionamentos dos estudantes sejam direcionados aos professores para que estes possam participar ativamente do processo de ensino ao estudante surdo, criando estratégias para que o ensino alcance também o estudante em sua especificidade, entendendo que o ILS é um colaborar nesse processo para promover o acesso aos conteúdos e ao ensino. Nesse sentido, a ação mediadora do ILS transcorre em dois grupos linguísticos diferentes aproximando-os, promovendo a participação plena do estudante em seu processo educacional. Dessa forma, realizar uma interpretação consiste em respeitar a estrutura, ou seja,

[...] afirmar que ser intérprete de língua de sinais é sinalizar, respeitando a estrutura gramatical da língua de sinais, um discurso equivalente já dito no Português, possibilitando, dessa forma, a compreensão da mensagem pela comunidade surda. Ao ILS é necessário tomar um tópico qualquer e entender a sua estrutura, estabelecer um vocabulário em língua de sinais, habilidades estas sem as quais é impossível interpretar. (ROSA, 2005. p. 118)

No trabalho mediador do ILS o respeito à estrutura gramatical da Libras no ato interpretativo da língua oral auditiva é fundamental para que a pessoa com surdez compreenda o que está sendo apresentado pelo professor na abordagem do conteúdo. As escolhas acontecem de forma rápida, tendo em vista a interpretação simultânea, o intérprete escuta a mensagem e, após compreender a sua estrutura, realiza a sua interpretação para a Libras fazendo as adequações necessárias para promover o entendimento da mensagem. Esses aspectos implicam na formação do ILS diante de sua responsabilidade com a sua atuação no contexto educacional. Assim, é importante redirecionar alguns aspectos, pois

Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. O profissional intérprete também deve ter formação específica na área de sua atuação (por exemplo, a área da educação). (Quadros, 2004, p.28)

A autora supracitada ressalta que conhecer e dominar a Libras e a Língua Portuguesa é uma necessidade inicial para atuar como ILS. No entanto, é importante realizar a formação continuada direcionada para o processo de tradução e interpretação no que tange às estratégias e às técnicas que lhe oportuniza fazer as escolhas assertivas em sua prática, isso tudo vinculado à formação específica na área da educação. Isso porque atuar no contexto educacional implica ao ILS conhecer as metodologias de ensino, as técnicas de planejamento, a organização do currículo, elementos esses diferentes dos demais contextos sociais.

Nesse sentido, o trabalho de mediação do conhecimento realizado pelo intérprete de Língua de Sinais é muito complexo, porque envolve habilidades físicas e mentais e requer do profissional conhecimento da Libras e do processo de aprendizagem do seu público alvo. Quando o estudante não conhece a língua de sinais ou a sua aquisição acontece de forma tardia por fatores diversos que inviabilizam o conhecimento da Libras, o trabalho do intérprete em sala de aula fica comprometido, uma vez que o estudante terá dificuldade em compreender os sinais correspondentes ao conteúdo ministrado pelo professor. Durante a mediação na sala de aula, o ILS tem as seguintes atribuições:

Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos:

- a) confiabilidade (sigilo profissional);
- b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);
- c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados);
- e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito). (QUADROS, 2004, p.28)

As orientações referentes à atuação do ILS, de acordo com o código de ética dos intérpretes de Língua de Sinais apresentado neste estudo por Quadro (2004) quando discorre sobre o intérprete educacional de Libras, apresentam 05 (cinco) aspectos para nortear a prática desse profissional. A primeira corresponde à confiabilidade, orientando para a necessidade do sigilo entre os interlocutores para que a relação estabelecida durante a interpretação seja saudável e alcance o objetivo proposto quanto à mediação. O segundo aspecto refere-se à imparcialidade, condição relevante que deve existir durante a interpretação sem que haja interferência ou discordância na mensagem que esteja sendo emitida.

O terceiro aspecto é referente à discrição. Durante a atuação profissional, o ILS deve ter bem definido os aspectos da vida pessoal e profissional, essa orientação tem a intencionalidade da não interferência do ILS durante a sua atuação profissional prejudicando

os aspectos que envolvam a interpretação da língua fonte para a língua alvo. Por fim, tem a relevância da fidelidade nos aspectos interpretativos em que o ILS deve interpretar exatamente o que foi exposto, o que não o impedirá de encontrar estratégias para promover o entendimento da pessoa surda, sendo fiel à mensagem inicial.

Para Lacerda (2019), um elemento importante que envolve a interpretação, entre a língua de partida e a língua alvo, corresponde à compreensão das ideias para além das palavras. O ILS deverá interpretar o conteúdo sendo fiel à mensagem emitida, no entanto, deverá ser cauteloso para não realizar a interpretação palavra por palavra do que foi pronunciado deixando-a sem sentido para a pessoa surda. O ILS deverá compreender a mensagem e interpretá-la em seu sentido original, mas com mecanismo que promova a compreensão da comunidade surda. Em conformidade com essas pontuações, entende-se que

[...] o trabalho de interpretação não pode ser visto apenas como um trabalho linguístico. É necessário que se considere a esfera cultural e social na qual o discurso está sendo enunciado, sendo, portanto, fundamental, mais do que conhecer a gramática da língua, conhecer o seu funcionamento, os diferentes usos da linguagem nas diferentes esferas de atividade humana. Interpretar envolve conhecimento de mundo que, mobilizado pela cadeia enunciativa, contribui para compreensão do que foi dito e em como dizer na língua-alvo: saber perceber os sentidos (múltiplos) expressos nos discursos. A partir dessa percepção, as formas verbais “desaparecem”, cabendo ao intérprete expressar o sentido sem estar preso às formas da língua de partida, produzindo um novo enunciado que atenda à completude da mensagem original, refletindo as características da língua de chegada, sem deixar traços da língua de partida. (LACERDA, 2019, p. 23)

Compreender o enunciado e saber como interpretar para a língua-alvo é uma das características do trabalho do ILS na mediação do conhecimento, uma vez que ele possibilita o acesso ao conteúdo a partir de sua percepção do sentido em que o discurso foi expresso. Essas considerações são destacadas pela autora supracitada para enfatizar que a interpretação da Libras requer o entendimento da cultura surda e a estrutura da língua em sua completude, o que torna inviável em uma interpretação fazer os sinais de cada palavra emitida, assim o intérprete estará fazendo o português sinalizado e não a Libras.

É um trabalho que requer concentração, habilidade e rapidez tendo em vista que tudo acontece de forma simultânea e o ILS não tem um tempo longo para formular e organizar as suas estratégias para a interpretação, por isso é pontuado acima a necessidade do conhecimento de mundo para a compreensão dos discursos. A formação do intérprete deve ser organizada de forma a contemplar as orientações para que o profissional tenha a compreensão de seu campo de atuação e as especificidades de sua prática. Assim,

[...] entendemos, no entanto, que esse processo formativo não pode ser restrito, somente, ao plano teórico e nem apenas ao ensino das línguas: formar tradutores e intérpretes deve pressupor também o desenvolvimento de práticas que visem a construção de sentidos. Compreendemos, desse modo, que cursos voltados à formação de profissionais da tradução e interpretação devem possibilitar aos alunos a reflexão teórica sobre sua prática da mesma forma que, quando em atividades práticas, eles venham reconhecer a teoria que subjaz o processo interpretativo. Nesta relação entre teoria e prática, defendemos o desenvolvimento de práticas que possibilitem aos alunos a vivência nas línguas, em situações simuladas e/ou reais de interpretação, para que a partir delas, muitos aspectos descritos anteriormente possam ser abordados e, gradualmente, apropriados pelos alunos. Desta forma, eles participam ativamente de seu próprio processo de formação, de construção conjunta de sentidos entre discursos em duas línguas, dando-lhes segurança para assumir o mercado profissional futuramente. (ALMEIDA, LODI, 2014, p. 114)

Para mediar a relação em sala de aula é importante que a formação, a etapa inicial para acessar o mercado de trabalho, seja organizada de forma a possibilitar ao intérprete o contato com a realidade vivenciada no contexto educacional, aproximando-o das especificidades desse ambiente. Sendo assim, é esperado que a partir desse processo formativo relacionando a teoria e a prática seja a base para o intérprete em sua prática realizar a reflexão diária de sua ação interpretativa e as adequações necessárias para o alcance do objetivo de sua atuação no espaço escolar.

Nesse processo de formação é importante oportunizar o acesso à Libras por meio de atividades em que o intérprete possa realizar diálogos e interpretações envolvendo a língua fonte para a língua alvo. Tendo em vista que os conhecimentos aprendidos no campo teórico, quando acontecem desvinculados da prática, podem ocasionar entraves que inviabilizam o entendimento do estudante surdo em seu processo de aprendizagem.

Em conformidade com essas pontuações, é necessário conhecer as produções acadêmicas referentes às práticas do intérprete de Libras no contexto educacional, sobretudo nessa relação de conhecimento no que tange professores, estudante e intérprete de Libras em que o objetivo principal configura a aprendizagem do educando.

A literatura, através dos autores que fundamentam esta pesquisa, apresenta diversos olhares para a escola inclusiva e a relação que deve existir em sala de aula entre o professor, ILS e o estudante surdo no processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração o que orienta a legislação e a realidade vivenciada por eles nesse ambiente. A partir disso, afirma-se objetivo principal desta investigação que consistiu em analisar as implicações das práticas inclusivas do intérprete de Libras no contexto educacional no apoio ao ensino do estudante surdo na escola comum.

Para isso, buscamos o suporte teórico em estudos que estão sendo realizados na atualidade, em pesquisas realizadas em teses e dissertações acerca da atuação de intérpretes de

Libras com a finalidade de conhecer o que está sendo pesquisado, aprofundando assim as discussões referentes à Educação Inclusiva e à prática do intérprete de Libras em diferentes contextos, especialmente no campo educacional. A seguir, no quadro 1, tem-se os dados de estudos que foram selecionados para este estudo.

Quadro 1: Estudos acadêmicos sobre ao intérprete educacional

TÍTULO	AUTORES	OBJETIVOS	MÉTODOS	RESULTADOS	CONCLUSÃO
<p>A IDENTIDADE DO PROFISSIONAL TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS: das suas concepções às suas práticas</p> <p>(Dissertação: 2015)</p>	Geyson Lima de Carvalho	Compreender os elementos que compõem e influenciam a identidade profissional do tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, decorrentes do seu trabalho, na sala de aula do ensino regular que inclui alunos surdos.	Abordagem metodológica qualitativa tendo como técnicas de recolha de dados a observação e a entrevista. Como instrumento de análise de dados utilizou-se a análise do discurso (AD);	Os sujeitos da pesquisa apontam que a sua função no espaço escolar é a “mediação da comunicação”, mas na prática não sabem exatamente como proceder, o aprender vai sendo construído no percorrer do caminho.	Os dados possibilitam apontar caminhos para a formação deste profissional, ‘conhecimentos’ que devem estar presentes na grade do curso de formação, útil tanto para as instituições formadoras, quanto para os sistemas educacionais, a fim de promover formação continuada partindo da necessidade daqueles que já exercem a função sem ter uma formação básica específica.
<p>(D)O QUE FALAM ESSAS MÃOS? – O LUGAR OUTRO DO INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS NA AULA DE LÍNGUA INGLESA</p> <p>(Dissertação: 2016)</p>	Rejane Cristina de Carvalho Brito	Contribuir para a reflexão em torno da complexa atividade do ILS que atua nas aulas de língua estrangeira.	Entrevistas orais com seis intérpretes, sobre a formação, a atividade profissional e a interpretação da aula de língua estrangeira. Além das entrevistas, como parte das condições de produção dos discursos, alguns documentos acerca da profissão do ILS também foram analisados.	Em relação à demanda dos documentos que regem a profissão, notamos haver conflito entre a demanda oficial que apresenta um ideal ético-profissional inatingível e a realidade da sala de aula. Ainda, quanto à LI, a língua estrangeira é anulada e/ou excluída da atividade de interpretação, aumentando a tensão e o conflito entre demanda e prática profissional.	Diante do entrelaçar das línguas e das funções, comparamos o ILS a um caleidoscópio. A cada momento e a cada olhar, há uma perspectiva diferente, ou seja, uma função e um entrelaçamento diferente entre as línguas que dependerá da posição discursiva ocupada. Na aula de LI, o ILS é a imagem de um elo entre as línguas e entre surdo e professor.

TÍTULO	AUTORES	OBJETIVOS	MÉTODOS	RESULTADOS	CONCLUSÃO
<p>A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DA LIBRAS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE LIMOEIRO DO NORTE-CE</p> <p>(Dissertação: 2017)</p>	<p>Maria Izaete Inácio Vieira</p>	<p>Investigar a ação do Intérprete Educacional em uma cidade do interior do Ceará, a saber, Limoeiro do Norte.</p>	<p>Abordagem qualitativa, apresentando um caráter exploratório do tipo bibliográfico e investigativo, Estudo de Caso. Estabeleceu um processo de coleta de dados bibliográfico e empírico, em que foram utilizados livros, artigos científicos, sítios eletrônicos e dados coletados por meio de questionários e entrevista semiestruturados.</p>	<p>A formação acadêmica dos Intérpretes Educacionais de Limoeiro corresponde ao nível médio, e que sua formação específica se deu de forma empírica, tendo sido iniciada por meio do contato direto com a pessoa surda. Quanto à sua função, foi possível constatar que é designada de forma ainda confusa, não apresentando clareza na definição de suas designações funcionais, não permitindo assim a sua delimitação. E por último, ao analisar a categoria <i>Papel</i>, encontramos uma grande variação, os quais ocasionam sobrecarga física e psicológica ao IE.</p>	<p>Se faz urgente ao Intérprete Educacional que atua na cidade de Limoeiro do Norte que a Secretaria de Educação o compreenda como sendo parte integrante do processo de ensino e aprendizado das escolas de Ensino Fundamental que tem alunos surdos. E que há necessidade de se explorar por meio de mais pesquisas o trabalho do IE no interior de nosso Estado do Ceará e, a partir desta pesquisa, contribuir para o empoderamento da categoria e elucidação junto aos órgãos competentes, de suas reais designações e papéis no âmbito escolar.</p>
<p>Um olhar dos professores sobre o Intérprete Educacional</p> <p>(TCC: 2018)</p>	<p>Silvana Fátima Veiga</p>	<p>Verificar se professores que trabalham com a inclusão de alunos surdos, conhecem a função do intérprete educacional em sala de aula.</p>	<p>Questionário misto com perguntas fechadas, abertas dicotômica e de múltiplas escolhas. O questionário proposto foi para 12 professores de uma escola “X” estadual localizada na cidade de Joinville do ensino médio, representando as 12 disciplinas curriculares, dentre esses 12 profissionais 10 responderam ao</p>	<p>O intérprete educacional tem o papel de ser o mediador entre surdos e ouvintes nesse caso, professores e surdos fazendo repasse da língua fonte português na hora da explicação dos professores para a língua alvo libras e deve estabelecer comunicação necessária a participação efetiva do aluno e trocar informações com o professor relativas dúvidas desses alunos.</p>	<p>Neste trabalho conheceu-se sobre o profissional intérprete educacional, sendo ele o mediador que fará o repasse da língua alvo português para a língua fonte-libras, e que deve ter fluência em libras e formação na área, e que sua função vai muito além de repasse de línguas, ou seja, será ele que fará a comunicação entre surdos, professores, colegas e equipe escolar; estudar e estar sempre se atualizando; trocar</p>

TÍTULO	AUTORES	OBJETIVOS	MÉTODOS	RESULTADOS	CONCLUSÃO
<p>Considerações de uma Intérprete de Libras no Contexto Escolar</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso: 2018)</p>	<p>Roseli Conceição de Almeida Schefer</p>	<p>Apresentar reflexões acerca da atuação do profissional intérprete da Língua de Sinais no ambiente escolar.</p>	<p>questionário.</p> <p>Pesquisa bibliográfica; qualitativa. Os participantes desta pesquisa foram três alunos surdos matriculados na rede pública, sendo uma estudante inserida no 5º ano do Ensino Fundamental (anos iniciais), uma estudante do Ensino Médio e outro aluno matriculado no Ensino Médio Profissionalizante e uma intérprete da Língua de Sinais.</p>	<p>informações com o professor;</p> <p>Evidentemente, que o Intérprete de Libras não é a solução para todos os problemas dos alunos surdos, mas é um alicerce profissional que será o elo comunicativo entre aluno surdo, professor, colegas e equipe escolar, afinal, a comunicação é imprescindível no processo ensino-aprendizagem, além de auxiliar na interação entre pessoas que compartilham línguas e culturas divergentes.</p>	<p>Considerando que o ILS pode minimizar as dificuldades do aluno surdo, equilibrando as dificuldades linguísticas na sala de aula, ressalta-se que sua função é mediar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, fazendo a interpretação do conteúdo explorado, juntamente, com o professor regente da sala de aula.</p>
<p>O perfil profissional e formativo dos intérpretes educacionais de Libras-Português que atuam no Ensino Fundamental em São Luís- MA</p> <p>(Dissertação: 2018)</p>	<p>Janaína Teles Pereira Santos</p>	<p>Conhecer o perfil formativo e profissional dos intérpretes de Libras-Português em atividades nos contextos educacionais do Ensino Fundamental de São Luís, MA</p>	<p>Aplicação de questionário online composto por questões objetivas. Os participantes da pesquisa foram os intérpretes de Libras-Português que atuam no Ensino Fundamental regular e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede de escolas públicas estaduais, que compõem a SEDUC, e municipais, da Secretaria Municipal de Educação, todas em São Luís - MA.</p>	<p>Em sala de aula, dada a formação inicial do próprio profissional (vários intérpretes têm formação como professor), é possível, também, haver confusão sobre a função desempenhada. Nesse sentido, questionou-se aos intérpretes que trabalham no Ensino Fundamental sobre o que fazem em sala de aula. As respostas obtidas apontam como principal ação a interpretação das aulas.</p>	<p>É no cenário educacional que os intérpretes de Libras-Português têm ganho certo destaque como importantes atores e grandes responsáveis pela promoção do acesso dos surdos à escolarização, aos processos de ensino e aprendizagem. No entanto, ao assumir função tão primordial como é a de mediar a interlocução entre estudantes surdos, os estudantes ouvintes e os professores, os intérpretes educacionais precisam não somente de competência para interpretar, mas, também, de</p>

TÍTULO	AUTORES	OBJETIVOS	MÉTODOS	RESULTADOS	CONCLUSÃO
<p>Atuação e papéis do intérprete educacional de Língua de Sinais</p> <p>(Trabalho de Conclusão de Curso: 2018)</p>	<p>César Augusto Girke</p>	<p>Discutir a atuação do TILS no processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos na escola inclusiva.</p>	<p>Abordagem qualitativa; como procedimentos técnicos foram adotados a pesquisa bibliográfica com pesquisa de campo. Instrumento utilizado: questionário estruturado. A pesquisa foi realizada no mês de outubro de 2018 com intérpretes da rede pública de ensino fundamental e médio dos estados de São Paulo e Paraná.</p>	<p>Percebeu-se que a hipótese levantada foi confirmada em diversos trechos descritos pelos entrevistados; nas três categorias de perguntas os participantes se mostraram comprometidos com sua prática técnica (de conhecimento de vocabulário em sinais e das técnicas de interpretação) e também envolvidos com a prática pedagógica em suas ações, postura essa que precisa circular em sala de aula, tornando assim a comunicação clara e efetiva e assim oportunizando o aprendizado do aluno surdo.</p>	<p>É preciso desmistificar a ideia de que “qualquer pessoa sinalizante” pode ser intérprete na escola, ou que ser intérprete na escola, na educação básica, é mais fácil. É preciso ter constante análise e reflexão sobre o papel deste, devendo ser priorizado o estudo contínuo deste profissional.</p>
<p>O INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (IELIBRAS) ATUANTE NA UFS: em cena a construção de sua identidade profissional</p> <p>(Dissertação: 2018)</p>	<p>Genivaldo Oliveira Santos filho</p>	<p>Compreender e analisar, a partir de narrativas, como a identidade profissional do Intérprete Educacional de Libras é construída no contexto da Universidade Federal de Sergipe.</p>	<p>A pesquisa é de natureza exploratória qualitativa, levantamento bibliográfico e documental. Para análise dos dados a Análise Crítica da Narrativa. O instrumento principal de coleta de dados será a narrativa escrita dos intérpretes educacionais de Libras.</p>	<p>O Intérprete Educacional de Libras, no ato da interpretação, necessita de técnicas e métodos, e por isso deve ter uma formação específica que dê um amparo teórico para desenvolvê-lo em sua prática.</p>	<p>Nesse cenário, o profissional educacional intérprete tem papel relevante como mediador do acesso ao conhecimento e às possibilidades de sua compreensão. Suas narrativas muito têm a dizer de si, têm muito a contribuir – em particular, no que tange à luta pelo lugar e afirmação desse profissional na universidade, na sociedade.</p>

TÍTULO	AUTORES	OBJETIVOS	MÉTODOS	RESULTADOS	CONCLUSÃO
INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS: AFIRMAÇÕES E CONFLITOS DA PROFISSÃO (Dissertação: 2018)	Naiara Greice Soares	Identificar e analisar as percepções das Intérpretes Educacionais, quanto a sua atuação profissional na sala de aula.	Qualitativa, de caráter descritivo-interpretativo, na busca pela compreensão das subjetividades dos sujeitos envolvidos. Foram realizadas oito entrevistas narrativas, ficando assim composta: seis entrevistas realizadas com intérpretes educacionais, sendo que quatro delas possuem formação profissional e duas estão em processo de formação, e mais duas entrevistas com intérpretes de Língua de Sinais, não atuantes no contexto educacional	Algumas IEs entrevistadas mencionaram que fazem de tudo para que o estudante Surdo obtenha a aprendizagem se posicionando como professora em sala de aula e considerando que ele é sua responsabilidade, questionando até mesmo o código de ética da profissão. Para muitas destas profissionais o seu trabalho extrapola o ambiente escolar, trazendo para si por muitas vezes o papel de mãe e se colocando à disposição do sujeito Surdo o tempo inteiro.	Por meio dos discursos que enriquecem esta pesquisa, constatamos que a questão que envolve a atuação do IE é muito mais abrangente, o que nos leva a questionar se realmente o que o estudante Surdo está vivenciando em sala de aula é inclusão. Infelizmente, o que evidenciamos é que, de acordo com o modo como está sendo conduzido o processo de inclusão do Surdo no ambiente escolar, o que temos, de fato, é uma inclusão excludente.
O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LIBRAS: ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE (Dissertação 2020)	Luzimara Lelis Ribeiro	Examinar os conteúdos propostos nas leis e decretos que contemplam a profissão do Tils, especificamente o Decreto n.º 5.626/2005, a Lei n.º 12.319/2010, que regulamenta a profissão do Tils, e a Lei Nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).	Abordagem qualitativa, descritiva, bibliográfica e documental	Apesar das políticas atuais que respaldam o direito dos Surdos brasileiros garantirem o acesso às informações por meio de sua primeira língua, a Libras, escolas, faculdades, empresas, serviços públicos necessitam urgentemente se adaptar e garantir acessibilidade aos Surdos, quer seja por meio da contratação de profissionais devidamente qualificados, ou capacitando seus funcionários, por meio da Língua Brasileira de Sinais.	Existem prerrogativas para a inclusão escolar, porém, faltam recursos, inclusive humanos, para que esta se efetive e seja, também, inclusão social. Tivemos avanços das políticas públicas voltadas aos Surdos, como as legislações analisadas evidenciam, mas há ainda um longo caminho a ser percorrido para a efetivação do direito à educação direcionado a esse público, como um reordenamento da Política de Formação do Profissional Tils.

Fonte: elaborado pela autora (2021).

3.1 A Tênu Fronteira entre a Interpretação e o Ensino no Trabalho do Intérprete Educacional de Libras

Nesta seção, as discussões se configuram a partir da atuação do intérprete de Libras na sala de aula quanto à presença desse profissional diante do fazer interpretativo e do ensino, apresentando como são definidas essas ações no contexto educacional. Nesse sentido, é pertinente compreender a nomenclatura utilizada pelo intérprete de Libras que desenvolve sua prática no ambiente escolar diferenciada dos profissionais que atuam em outros segmentos. Dessa forma, a nível internacional, entende-se que este é um dos termos usados em vários países, uma vez que,

[...] o termo “Intérprete Educacional” é usado em muitos países (EUA, Canadá, Austrália, entre outros) para diferenciar o profissional intérprete (em geral) daquele que atua na educação, em sala de aula. Em certos países ainda há a preocupação de diferenciar, de forma mais saliente, a atuação do ILS daquela dos profissionais que atuam no espaço educacional (na Itália, por exemplo, o profissional que atua no espaço escolar é chamado não de intérprete, mas de assistente de comunicação), principalmente porque se trata de um profissional que deverá versar conteúdos da língua majoritária para a língua de sinais do país, e vice-versa, mas que também se envolverá de alguma maneira com as práticas educacionais, construindo aspectos singulares a sua forma de atuação. (LACERDA, 2019, p. 37)

O intérprete de língua de sinais é um profissional importante para concretizar a inclusão de estudantes surdos. Assim sendo, ele está diretamente envolvido no processo de ensino e aprendizagem dos mesmos, caracterizando os aspectos que o diferenciam dos demais ILS que desenvolvem suas funções em outras esferas, visto que o ambiente educacional requer ações específicas que estejam relacionadas com as práticas educacionais que devem proporcionar a aprendizagem dos estudantes.

Nessa perspectiva, a autora supracitada pontua que o Intérprete Educacional - IE, apresenta a necessidade de diferenciar o profissional que atua no contexto escolar, tendo em vista as especificidades do processo ensino e aprendizagem. Na Itália, o intérprete recebe a nomenclatura de assistente de comunicação, isso para caracterizar sua atuação pautada na interpretação dos conteúdos da língua fonte para língua alvo reciprocamente, o que de certa forma se relaciona com as práticas desenvolvidas em sala de aula.

Embora o intérprete de Libras esteja inserido no contexto educacional executando tarefas que se diferenciam de outros contextos sociais, é importante pontuar que este não tem a incumbência de substituir o professor em suas práticas educativas assumindo o processo de ensino do estudante surdo. No entanto, a presença do ILS deve ser trabalhada de forma colaborativa com o professor no que se refere à elaboração das estratégias que possam atender

às necessidades educacionais do estudante, minimizando as barreiras que distanciam a construção do conhecimento científico deste. Assim, corroborando com a necessidade de ações colaborativas entre ILS e professor na perspectiva de promover a aprendizagem do estudante, público alvo da Educação Especial e Inclusiva, entende-se que

[...] Não se trata de ocupar o lugar do professor ou de ter a tarefa de ensinar, mas sua atuação em sala de aula, que envolve tarefas educativas, certamente o levará a práticas diferenciadas, já que o objetivo nesse espaço é não apenas o de traduzir, mas também o de favorecer a aprendizagem por parte do aluno surdo. (LACERDA, 2019, p. 37)

A autora supracitada pontua que na sala de aula inclusiva a relação estabelecida entre IE e professor e sua respectiva atuação deve ser bem definida, uma vez que ambos são atores importantes para o processo de inclusão. Nesse sentido, a presença do intérprete não deve ser vista como alguém que irá ocupar o lugar do professor, ou alguém que foi inserido na sala de aula para assumir de forma singular a função de ensinar os componentes curriculares ao estudante surdo.

É notório que no contexto escolar a atuação do ILS se diferencia pelas características propícias da escola e sua função social na formação do cidadão. Assim sendo, o IE torna-se um colaborador do professor na arte de ensinar, o que levará a práticas diferenciadas que poderão favorecer a aprendizagem do estudante. Em conformidade com essas pontuações, destaca-se que “o professor regente de sala de aula é o responsável pelo aluno surdo, assim, o mesmo deve ver o intérprete como um aliado para entender as questões referentes ao aluno surdo e quanto à estrutura da língua de sinais”. (AMPESSAN, GUIMARÃES e LUCHP. 2013, p. 32). Partindo desse pressuposto, entende-se que é um conjunto, um trabalho colaborativo, em que

Na escola, as pessoas organizam-se para ensinar e educar, para aprender e ser educadas. Na educação formal, cruza-se um conjunto de vetores. Destacarei os políticos, os administrativos, os curriculares e os pedagógicos. Se toda educação formal pressupõe uma política e exige um apoio administrativo, esses dois vetores devem coordenar-se com as dimensões curriculares e pedagógicas de tal maneira que não se trabalhe em compartimentos estanques e obstaculizantes, mas em uma ambiência colaborativa e facilitadora. Contudo, as estruturas curriculares e pedagógicas não podem ignorar totalmente as limitações que obrigam a que certas decisões políticas e administrativas tenham de ser tomadas. Mais uma vez, o diálogo entre as pessoas, o poder esclarecedor ou argumentativo da palavra e a aceitação do ponto de vista do outro são essenciais à negociação, à compreensão, à aceitação. (ALARCÃO, 2001, p.22)

Com o olhar direcionado para a escola reflexiva e a organização que deve existir no espaço educacional a partir das fragilidades identificadas nesse ambiente, refletindo a

partir das ações diante da articulação político-administrativa, assim como curricular e pedagógica, Alarcão (2001) destaca a função social da escola que é ensinar e educar, sendo necessário que esta esteja organizada em seus aspectos legislativos, normativos no que tange às políticas educacionais, assim como no setor administrativo possibilitando a consolidação do ensino formal. Entretanto, política e setor administrativo devem estar conectados com a organização curricular e pedagógica construída de forma colaborativa, promovendo o diálogo e a partir dos aspectos identificados após serem apresentados, discutidos e argumentados, desenvolver ações possíveis para serem concretizados.

Assim, no ambiente educacional a parceria entre o professor e o ILS é um aspecto importante quando se considera as adequações necessárias para uma inclusão real, concretizada por meio do ensino acessível que atenda às especificidades do educando possibilitando a aprendizagem do mesmo. Diante disso, a prática do ILS na sala de aula não se distancia do ensino, mas o coloca na condição de profissional responsável pelo ensino e aprendizagem do estudante surdo. Assim sendo, deve ser um trabalho colaborativo sob a coordenação do professor regente, pois

[...] O professor é o responsável pelo planejamento das aulas, por decidir quais são os conteúdos adequados, pelo desenvolvimento e pela avaliação dos alunos. Todavia, o IE conhece bem os alunos surdos e a surdez e pode colaborar com o professor, sugerindo atividades, indicando processos que foram mais complicados, trabalhando em parcerias, visando uma inclusão mais harmoniosa dos alunos surdos. (LACERDA, 2019, p. 38)

Entendendo as atribuições do professor, enquanto profissional responsável por realizar o planejamento das atividades a serem estudadas em sala e como esse processo será avaliado, é importante para a materialização desse processo o trabalho em parceria com o ILS. Por meio do contato direto com o estudante, ele conhece as suas dificuldades referentes aos conteúdos ministrados e os entraves promovidos na abordagem dos mesmos. Nessa ação colaborativa, o ILS orienta o professor para elaboração de metodologias que sejam acessíveis e promovam o entendimento e a participação do estudante a partir do conteúdo proposto.

[...] Esse processo educacional precisa ser revisto a cada momento para possibilitar a aquisição de conhecimentos pelo sujeito surdo, visto que as práticas escolares são prioritariamente pensadas a partir da experiência ouvinte do professor e dos alunos ouvintes. O intérprete pode, por sua atuação, colaborar com informações e observações que ampliem os conhecimentos dos professores sobre surdez e os modos de abordar diversos temas. Trata-se de um trabalho de parceria, no qual o professor e o IE atuam conjuntamente para o desenvolvimento do aluno surdo. (LACERDA, 2019, p. 38)

As estratégias propostas para a sala de aula, em sua maioria, são direcionadas para atender as necessidades educacionais do estudante ouvinte, uma vez que este promove o diálogo e há trocas de informações diretamente com o professor. Essa realidade tende a ser modificada quando a escola se constitui um espaço inclusivo e precisa estar em constante análise da qualidade do ensino que está sendo oferecido aos estudantes que necessitam das adequações curriculares no que se refere à forma de ensinar e suas metodologias a partir da análise diária das condições que precisam ser intensificadas e/ou avançar para que o ensino alcance o estudante surdo. É nesse cenário que o ILS e o professor trabalhem de forma colaborativa a partir das condições identificadas, revisando o planejamento, adaptando as estratégias de forma a promover condições favoráveis para o estudante, ocasionando uma aprendizagem significativa. A presença do ILS na sala de aula representa a acessibilidade do estudante surdo aos conteúdos ministrados, aos diálogos realizados e à participação ativa do mesmo. Torna-se, assim, mais um elemento que agrega conhecimento na sala de aula, porque

A sala de aula tradicionalmente se constitui como um lugar no qual o professor ensina e a criança aprende. Com a entrada do ILS no espaço educacional, acrescenta-se um terceiro elemento que estará lá não só para interpretar da Libras para o português e do português para a Libras, mas também para mediar os processos discursivos entre professor e aluno. Almejando a aprendizagem, uma vez que, em alguma medida, também o ILS se vê comprometido com a aprendizagem do aluno. (LACERDA, 2019, p. 43)

Em sua prática na sala de aula é muito provável que o ILS não fique estagnado no campo da interpretação se distanciando dos aspectos que envolvem o ensino, como apresenta a autora acima, uma vez que pelo próprio contexto de ensino, o profissional estará comprometido com a aprendizagem do estudante. Isso acontece porque durante o ato interpretativo de um determinado conteúdo ministrado pelo professor, o ILS ao torná-lo acessível ao estudante surdo por meio de suas estratégias técnicas e pedagógicas está oportunizando que este tenha acesso ao conhecimento. A interpretação e o ensino são ações que acontecem simultaneamente no contexto escolar assim como as relações entre os atores envolvidos, conforme Costa e Albres afirmam

[...] no que diz respeito à sala de aula inclusiva, ou seja, em que há presença de alunos(as) ouvintes e surdos(as) sinalizantes, existem fatores que influenciam direta e indiretamente a execução da interpretação, seja: a relação entre professor(a) e intérprete educacional, a relação entre intérprete educacional e alunos(a) ouvintes, a condição linguística do(a) aluno(a) surdo(a), dentre outros. (COSTA, ALBRES, 2019, p. 31)

Desenvolver a prática inclusiva por meio das interpretações em sala de aula aproxima o IE dos atores envolvidos no contexto educacional, em particular o estudante surdo, professores e estudantes ouvintes. Nessa configuração, a concretização de sua prática sofre influência de atores que podem estar diretamente conectados à sua execução. A ausência da aquisição da Libras pelo estudante surdo, não ter acesso prévio ao planejamento do conteúdo a ser interpretado na aula, o desconhecimento da função do ILS pelo professor e pelo próprio profissional são alguns aspectos que interferem significativamente na prática do intérprete de Libras.

Nessa perspectiva, Vieira (2017), em seu estudo sobre a atuação do intérprete educacional da Libras nas escolas de ensino fundamental de Limoeiro do Norte-CE, destacou que “[...] a inclusão de um estudante surdo em sala de aula requer algumas adaptações que, comumente, os atores do universo escolar ignoram. Por essa razão também compete ao ILS realizá-las, pois é ele quem, geralmente, detém conhecimentos sobre as peculiaridades da pessoa surda” (p.47). Nesse sentido, é importante ainda no processo de formação do intérprete que irá atuar no contexto educacional compreender a extensão de sua prática que perpassa a função técnica

Essa nova configuração do espaço escolar certamente demandará ajustes do papel ILS, do professor e do aluno. Além disso, trata-se de uma prática de interpretação com especificidades, já que se dá em um ambiente que propicia uma convivência contínua, certo grau de intimidade tanto com o professor quanto com os alunos surdos e ouvintes, que necessita ser abordada e trabalhada na formação desse profissional e em sua prática cotidiana. (LACERDA, 2019, p. 43)

A inclusão no cotidiano escolar é um processo contínuo que envolve disponibilidade, vontade e abertura para entender a forma como o estudante aprende, não é processo fácil com respostas prontas para colocar em prática, tendo em vista que cada pessoa tem o seu jeito singular de assimilar e maturar os fatos. Nesse sentido, o professor, o IE e o estudante irão construir as aprendizagens da forma de ensinar e de aprender cotidianamente a partir das relações estabelecidas. Na pesquisa realizada no desenvolvimento da dissertação de Vieira (2017. p. 47-48), a pesquisadora contribui com este estudo referente à prática do IE, dizendo que deve haver parceria entre

[...] a compreensão de que seu trabalho deve ser realizado com foco no aprendizado do aluno surdo e em parceria harmônica com o professor deve ser inerente ao IE. Apesar de todos esses elementos que circundam sua ação, é exigido ainda que deva ter clareza em relação a sua atuação enquanto IE, o que é bem difícil diante de tantas atribuições e demandas. Além das situações que exigem bastante equilíbrio emocional, há também aspectos de ordem física do espaço que implicam

diretamente no desempenho de sua função. Isto é, o espaço físico da sala de aula ocupado por ele e sua posição em relação ao professor, aos alunos ouvintes e surdos pode interferir diretamente no resultado de seu trabalho.

Percebe-se a complexidade da atuação do ILS em sua prática nessa relação entre o ensino e a interpretação com a finalidade do aprendizado do estudante sendo um aspecto relevante a parceria com o professor. A pesquisadora destaca a clareza para o entendimento da atuação do ILS, tendo em vista que no ambiente escolar as relações estão mais próximas e contínuas em relação a outros espaços de atuação. Nessa configuração pode haver a necessidade de orientações para o estudante referente a alguma questão que precisou ser mais clarificada ao do estudante surdo ou, ainda, de expandir as relações estabelecendo diálogos com os familiares, mediando o processo de ensino e aprendizagem dentre outros fatores.

A presença do ILS em sala de aula oportuniza o acesso aos conteúdos e a participação dos estudantes surdos, em sua língua, nas discussões realizadas. O que configura uma conquista importante para a comunidade surda. No entanto, a entrada do ILS no contexto escolar implica em adaptações dos espaços, construções de relações profissionais entre os atores e, em algumas ocasiões, desconfianças e falta de entendimento quanto à função desse profissional. Dessa forma, quando se pensa na organização da sala de aula, a posição ocupada pelo ILS, a relação entre intérprete e o professor, estudantes surdos e ouvintes são aspectos que podem interferir diretamente no resultado de sua prática, visto que pode gerar conflitos que podem comprometer o entendimento do estudante. Nesse sentido, é necessário destacar que não é um trabalho individual, visto que

[...] apenas a presença do TILS em sala de aula não assegura que as questões metodológicas sejam alteradas para contemplar todas as necessidades educacionais especiais do aluno surdo visando a uma atenção inclusiva. Muitas vezes, a presença do intérprete acaba por mascarar uma inclusão que exclui. Além disso, a falta de formação profissional específica para a atuação educacional leva a uma visão equivocada de que o intérprete deve ter uma formação generalista, e que ele, por vezes, pode se responsabilizar pelos processos de aprendizagem dos alunos surdos. Com isso, a aquisição dos conteúdos curriculares pode continuar sendo insatisfatória, criando obstáculos novos para o desenvolvimento educacional do estudante surdo[...] (LACERDA, 2010, p. 145)

É notório que a presença do Tradutor Intérprete de Libras - TILS em sala de aula possibilita e atende as necessidades da mediação do conhecimento e das falas que acontecem nesse ambiente. No entanto, não é garantia de que todas as necessidades educacionais do estudante surdo sejam atendidas, principalmente no que se refere aos processos metodológicos com enfoque inclusivo. A autora acima pontua que a presença do TILS por vezes camufla a inclusão quanto à concretização dos aspectos que oportunizam aprendizagem

fazendo com que os estudantes estejam inseridos, mas ainda sim excluídos do processo educacional.

Um aspecto que contribui para inviabilizar o processo de inclusão refere-se à formação de professores para Educação Especial e Inclusiva, assim como o suporte necessário para o ensino e aprendizagem em sala de aula que, por vezes, inviabiliza esse processo gerando entrave na relação professor e estudante surdo. Como resultado dessa fragilidade, o TILS fica responsabilizado para atender as demandas do estudante em seu processo de ensino e aprendizagem, tendo como justificativa a formação deste para o atendimento à comunidade surda. Nessa configuração, o estudante surdo geralmente é culpabilizado e/ou responsabilizado por seu insucesso na sala comum e essas situações ocasionam entraves para a inclusão.

Em conformidade com atuação e relação do ILS entre o ensino e a interpretação, um aspecto muito presente nessa configuração está relacionado a neutralidade e imparcialidade na prática desse profissional no que tange às relações estabelecidas no contexto educacional, campo de estudo desta pesquisa, como será discorrido na seção seguinte.

3.2 A neutralidade e imparcialidade do ILS na interpretação

Nesta seção as discussões serão em torno dos aspectos éticos referentes à prática do intérprete de Libras quanto à neutralidade e imparcialidade nos diversos contextos em que o ILS está inserido, pontuando como esses elementos são constituídos no ambiente escolar e suas contribuições para o ensino e aprendizagem do estudante surdo, de acordo com as orientações da legislação, código de ética e os estudos realizados na área da tradução e interpretação.

Assim, a ética na atuação do ILS é um aspecto importante, tendo em vista que o mesmo tem acesso a informações, por vezes sigilosas, o que implicará uma postura profissional fundamentada no respeito ao compromisso assumido fundamentado nos princípios éticos com a profissão e com a comunidade surda, estabelecendo a credibilidade quanto ao desenvolvimento de seu trabalho e fortalecendo as relações em sua prática. Dessa maneira, deve haver confiança e neutralidade, dado que

[...] a confiança e a neutralidade são requisitos fundamentais para a atividade de interpretação, pois se o intérprete comete indiscrições e fala sobre aquilo que ele ouviu enquanto estava realizando o seu trabalho, comete uma falha ética muito grave, podendo até configurar, em alguns casos como crime, devendo atuar em diversos locais, respeitando a sexualidade e a religião independentemente de valores pessoais, e também atuar com discrição e sigilo quando for necessário. (JARDIM, LEÃO, 2019, p. 97)

O profissionalismo do ILS está relacionado com o grau de confiança estabelecido durante a sua atuação de acordo com as atribuições dispostas na legislação. Quando há rupturas nessa relação todo o processo fica fragilizado podendo até ficar inviável a execução de sua atividade profissional. Na prática do ILS, a confiança é um aspecto fundamental que contribui significativamente para realizar a interpretação se, por algum motivo, a pessoa surda perder a confiança no intérprete quanto à veracidade dos sinais e do conteúdo interpretado, o trabalho fica fragmentado e se distancia dos aspectos inclusivos.

A confiança, de acordo com os pesquisadores acima, conecta-se com a ética e o cuidado com a fidelidade interpretativa que inviabiliza o extravio ou a disseminação de informações particulares obtidas durante a interpretação. Dessa forma, a relação entre neutralidade e imparcialidade aqui pontuadas se refere a questões diretamente relacionadas à interpretação, o que não implica em afastamento a qualquer atividade que se distancie de sua prática. A imparcialidade na prática do ILS refere-se à sua vida particular, valores, percepção de certo e errado, opção religiosa dentre outros aspectos, de forma a promover o distanciamento necessário para atuação profissional sem deixar que esses aspectos interfiram em sua atividade e o faça modificar as informações que, de acordo com suas percepções, são inviáveis, desnecessárias, merecendo ser desconsideradas. É nesse aspecto que se fala da importância da neutralidade e imparcialidade: no sentido de ser fiel à informação original, sem confundir e selecionar estratégias com modificação do sentido original.

As orientações contidas no código de ética referente à atuação do ILS destacam elementos que estão relacionados aos valores e princípios morais. Sinalizam para a importância da imparcialidade tendo o cuidado para não desviar o sentido da interpretação, tendo como referência os seus princípios ou, ainda, inserindo na interpretação as suas opiniões mediante o discurso realizado. Assim, temos no capítulo 1 os princípios fundamentais:

Artigo 1º. São deveres fundamentais do intérprete: 1º. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confiante e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;

2º. O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;

3º. O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de a responsabilidade;

4º. O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas;

5º. O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função. (QUADRO, 2004, p. 31-32)

O código de ética elenca aspectos que são importantes para o exercício da profissão do ILS, como é observado no artigo 1º em o perfil profissional, o qual indica que, deve ser uma pessoa de alto caráter moral, para fazer as escolhas durante a interpretação optando pelas estratégias adequadas dentro do contexto em que a interpretação está inserida. Ainda no artigo 1º tem-se a referência de quatro elementos ligados diretamente inseridos no campo da subjetividade do indivíduo como honestidade, consciência, ser confiante no sentido de ouvir, olhar os sinais com atenção, identificar as queixas da pessoa surda e suas dificuldades e a relevância do equilíbrio emocional. O equilíbrio emocional está muito conectado com a demanda que envolve a atuação do ILS na relação com os professores, estudantes surdos e ouvintes, pais e a comunidade escolar.

O artigo 2º destaca a relevância da imparcialidade ao realizar a interpretação, evitando assim expor sua opinião mediante as abordagens, exceto quando for solicitado para contribuir com os conteúdos, temas apresentados. No artigo 3, o destaque está direcionado para a fidelidade na interpretação, habilidade profissional para que possa exercer sua prática de forma a transmitir a intenção do palestrante e sua emoção ao abordar a temática, pontuando que o ILS não deve ir além de suas responsabilidades.

O artigo 4º remete ao conceito de ética quanto ao reconhecimento do nível de competência na área de atuação para assumir a demanda interpretativa, indicando a importância de estabelecer o contato com os pares para fortalecer as relações e assim fortalecer a prática por meio do apoio técnico no aspecto que se apresentar como um fator de fragilidade profissional. As orientações contidas no artigo 5º são direcionadas para a conduta adequada do ILS ao exercer sua função, isso porque a intencionalidade é proporcionar que a informação obtida, sem haver o desvio de atenção em decorrência de algum elemento utilizado pelo ILS, alcance a pessoa surda de forma a promover o entendimento da mensagem e possibilitando a participação ativa deste nas discussões realizadas.

A Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010 que regulamentou a profissão do ILS destaca a imparcialidade e neutralidade como um fator importante dentro das atribuições desse profissional, como está apresentado no:

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

- I – pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;
- II – pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;
- III – pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;

- IV – pelas posturas e condutas adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;
- V – pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;
- VI – pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda. (BRASIL, 2010)

Observa-se na legislação acima, as orientações para atuação do ILS de forma a não negligenciar os direitos da pessoa surda para o acesso à informação, sendo importante conhecer as especificidades da pessoa surda, assim como conhecer os elementos que fazem parte da cultura surda, contemplando também no referido documento aspectos relevantes para a prática profissional no que tange a imparcialidade e fidelidade com os conteúdos recebidos.

Em conformidade com o amparo legal, a pesquisadora Dias (2018) em seu estudo realizado para o mestrado vinculado à Universidade Federal do Maranhão - UFMA em que discutia Travessias e Resistência: práticas de subjetivação do sujeito tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa nos documentos oficiais, destaca elementos muito particulares que estão ligados à subjetividade do ILS, como pode ser observado:

Nesse dispositivo jurídico, entrecruzam-se normas voltadas ao caráter profissional com valores sociais, isto é, as práticas de subjetivação do TILP são tecidas a partir de critérios que emanam de valores subjetivos convencionados no seio social, tais como a honestidade, a imparcialidade, a negação ao preconceito e a solidariedade. O jogo enunciativo dialoga ainda com a instituição religiosa para estabelecer que as crenças do TILP não devem ser ativadas, a atuação deve se dar de modo imparcial. Se na década de 1980, esse profissional teve como uma das funções principais a de evangelizar de acordo com a instituição religiosa a que se vinculava, trinta anos depois esse discurso volta a ser negado, haja vista que a ação de tradução-interpretação no lugar institucional de profissional não deve se confundir com questões individuais de escolhas religiosas. (DIAS, 2018, p. 59)

Discorrendo sobre os aspectos religiosos, espaço ocupado pelo ILS anteriormente e que muito contribuiu para a formação e reconhecimento desse profissional, a pesquisadora explica que a imparcialidade é um elemento importante para atuação profissional do intérprete, porque poderá distanciá-lo de conceitos, certezas e valores que podem interferir ocasionando entraves para o exercício de sua profissão. É importante fazer essas considerações, uma vez que lembra a transição profissional do ILS que inicialmente estava vinculado ao espaço religioso e essa condição era importante para ensinar a pessoa surda.

A partir da construção da identidade profissional e posteriormente do reconhecimento legal da profissão do intérprete de Libras, a sua atuação se distanciou dessa conjuntura e, no decorrer do tempo, foi sendo pautada na imparcialidade sem que suas escolhas pessoais, nos mais diversos aspectos sociais ocasionassem interferências durante a

interpretação. Corroborando com essa perspectiva, Schefer (2018) pesquisando sobre Considerações de uma Intérprete de Libras no Contexto Escolar, destaca que

[...] a Lei 12.319/2010, devido à relevância desta conquista, porque a profissão existia, porém, não era reconhecida, precarizando o exercício correto da mesma. A atuação do Tradutor e Intérprete da Língua de Sinais é um alicerce necessário na interação e valorização das pessoas surdas. Assim, esse profissional deve exercer sua profissão com postura ética, respeito e rigor técnico à pessoa humana e à cultura do surdo. (SCHEFER, 2018, p. 19)

Os aspectos éticos ganham destaque na atuação profissional do intérprete de Libras, uma vez que o ILS se torna referência para a pessoa surda por meio da proximidade permeada pela língua de sinais, o que coloca o profissional como uma base de apoio em processo interpretativo para as diversas situações existentes no cotidiano. Nessa relação envolvendo a imparcialidade e neutralidade diante da informação obtida e o respeito que deve haver em relação à cultura surda, cabe ao ILS entender a informação inicial para posteriormente escolher a estratégia que irá corresponder ao sentido da mensagem obtida respeitando a especificidade da pessoa surda. Nesse sentido, Schefer (2018) contribui dizendo que

[...] realmente, a tarefa mais complicada para o Intérprete de Língua de Sinais é a de distinguir as situações em que deverá ser literal ou utilizar-se de equivalência, em razão de não existir ou desconhecer o sinal equivalente para a expressão do que o emissor falou. O ILS deve desempenhar sua função, pautando-se no princípio da neutralidade; assim como seus gestos corporais e entonação de voz, para que o discurso do apresentador não seja mal interpretado. (SCHEFER, 2018, p. 24)

Interpretar é uma tarefa complexa que exige do profissional habilidade para compreender o sentido em que a mensagem está sendo apresentada, organizando a estratégia mais adequada dentro do contexto em que foi ministrada, por meio dos sinais correspondentes à informação recebida. Quando o ILS desconhece o sinal correspondente ao que foi exposto, ou ainda de não haver na comunidade surda um sinal referente para essa abordagem⁴, é importante comunicar a pessoa surda para que a mesma possa atribuir um sinal.

Percebe-se que a prática do ILS no ambiente educacional requer uma constante análise do grau de conhecimento aos conhecimentos técnicos para o exercício da profissão, a conduta profissional nessa relação que envolve a interpretação de forma a estarem alinhados com a finalidade da inclusão. Assim, na Dissertação de Ribeiro (2020) vinculada à

⁴ A língua de Sinais Brasileira - Libras é dinâmica e assim como a Língua Portuguesa, ela está em constante processo de modificação e atualização dos sinais.

Universidade de Uberaba-MG, pesquisando sobre o Tradutor Intérprete de Libras: análise da legislação vigente, observam-se as orientações contidas no Artigo 6º da Lei Nº 12.319/10:

No artigo supracitado, ressaltamos o rigor técnico, a ética que deverá nortear a profissão do TILS, além dos valores morais como honestidade, discrição, imparcialidade, fidelidade, posturas e condutas adequadas, solidariedade e respeito ao direito de expressão, além de ter conhecimentos das especificidades da comunidade Surda. Desse modo, requer um olhar técnico ao mesmo tempo que enseja valores alinhados à profissão, que perpassa o conhecimento da língua indo de encontro aos propósitos de inclusão, que refuta qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

Todas essas considerações também são reafirmadas no Código de Conduta e Ética da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia Intérpretes de Língua de Sinais – FEBRAPILS que, em 13 de abril de 2014, durante Assembleia Geral Ordinária, e em consonância com a Lei ora tratada, deliberou aprovando o documento supracitado. (RIBEIRO, 2020, p. 45).

O referido artigo ressalta a necessidade da ética profissional, da imparcialidade que requer o olhar humanizado para a pessoa surda e sua cultura materializada por meio do direito de expressão, o que possibilita a participação ativa nos diversos espaços sociais. A pesquisadora citada acima, destaca que essas orientações estão inseridas no Código de Ética da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia Intérpretes de Língua de Sinais – FEBRAPILS, com a finalidade de orientar a prática do intérprete nos contextos em que estão inseridos desenvolvendo sua atividade profissional.

Na seção seguinte, apresenta-se a percepção dos intérpretes de Libras que atuam no contexto educacional referente à sua prática a partir dos dados coletados por meio das entrevistas realizadas com esses profissionais, promovendo a discussão com os teóricos e pesquisadores que desenvolvem estudos e pesquisas direcionados para a prática do ILS, legislação, inclusão e profissionalismo.

4 PRÁTICAS INCLUSIVAS DE INTÉRPRETES EDUCACIONAIS DE LIBRAS: implicações da atuação profissional para o ensino de estudantes surdos



Fonte: <https://blog.descobrindocrianças.com.br/2021/04/24/interprete-de-libras-e-a-sua-atuacao/>

[...] O intérprete pode, por sua atuação, colaborar com informações e observações que ampliem os conhecimentos dos professores sobre surdez e os modos de abordar diversos temas. Trata-se de um trabalho em parceria, no qual professor e IE atuam conjuntamente para o desenvolvimento do aluno. (LACERDA, 2019, p. 38)

A proposta desta seção é apresentar a percepção dos intérpretes em relação à sua prática no campo educacional e como a sua atuação profissional contribui para o ensino do estudante surdo, incluso na escola regular. Além disso, procura analisar os dados obtidos com a participação dos IE e da técnica de acompanhamento dos intérpretes. Faz-se a análise dos dados cruzando as informações obtidas por meio dos instrumentos utilizados na pesquisa e as contribuições de pesquisadores da área da Educação Especial e Inclusiva que por meio de seus estudos contribuíram para fundamentar as inferências efetivadas.

4.1 Amostra

Este estudo foi realizado com colaboração de 14 (catorze) participantes, sendo, 7 (sete) intérpretes de Libras, 6 (seis) professores e 1 (uma) técnica de acompanhamento desses profissionais. De acordo com os princípios éticos estabelecidos no TCLE (Apêndice A) a fim de preservar suas identidades, os participantes foram identificados da seguinte forma: intérpretes educacionais, ILS1, ILS2, ILS3, ILS 4. ILS5, ILS 6 e ILS 7. A identificação dos professores foi caracterizada como: P1, P2, P3, P4, P5 e P6.

A Técnica de acompanhamento da área da surdez da SEMED foi identificada nesta pesquisa como J.T.S, que prontamente se disponibilizou a fornecer os dados por meio da entrevista realizada em 10 de dezembro do ano de 2021 na sala da Superintendência da Área da Educação Especial- SAEE. Para realização da entrevista, fez-se um roteiro semiestruturado com perguntas abertas e fechadas (Apêndice C) que posteriormente foi gravada e transcrita na íntegra. Para Lacerda (2019, p. 48) [...] “a vantagem oferecida pela entrevista frente a outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente dos dados desejados e o aprofundamento de pontos levantados de maneira rápida”.

Os questionários (Apêndice B) foram aplicados de forma on-line, via e-mail e WhatsApp, justifica-se a coleta de dados nessa configuração em decorrência das atividades profissionais dos intérpretes acontecerem nos turnos matutino e vespertino, o que inviabilizou realizar de forma presencial. Os questionários foram encaminhados para 18 (dezoito) ILS e 15 (quinze) professores, contudo apenas 7 (sete) intérpretes e 6 professores fizeram a devolutiva do material mencionado anteriormente, aceitando participar da pesquisa respondendo ao questionário. Os contatos dos participantes foram disponibilizados por meio da SEMED, representada pela Técnica de Acompanhamento dos intérpretes de Libras.

A etapa seguinte corresponde à organização dos materiais coletados contendo os posicionamentos e falas dos participantes. Inicialmente foram apresentados os dados referentes à entrevista realizada com a técnica de acompanhamento e as respectivas análises;

em seguida, os dados ligados à atuação do intérprete de Libras no contexto escolar, sobre a qual procuramos dialogar com os autores que discorrem sobre a prática do ILS e suas contribuições para o processo ensino e aprendizagem de estudantes surdos.

4.2 Intérpretes Educacionais de Libras - SEMED/ São Luís e suas implicações sobre a prática em sala de aula

Nesta seção apresenta-se a análise dos dados referentes à relação estabelecida entre o professor regente e intérprete de Libras no desenvolvimento de suas práticas em sala de aula para o ensino do estudante surdo, tendo como finalidade a aprendizagem do educando a partir da análise do IE e do professor, participantes da pesquisa.

Participaram desta pesquisa 7 (sete) intérpretes de Libras, 5 (cinco) que atuam em escolas da rede municipal, 1(uma) atua na SEMED e 1 (uma) no CAS que corresponde a um Centro relevante para a formação de intérpretes de Libras. Os questionários foram aplicados de forma online, encaminhados via e-mail e também por WhatsApp, como suporte para possíveis dúvidas e/ou questionamentos. O TCLE foi encaminhado junto com o questionário com a finalidade do participante demonstrar o interesse em participar desta pesquisa, conscientizando-se do compromisso da pesquisadora quanto à sua identificação.

Os contatos dos ILS e professores foram disponibilizados pela técnica de acompanhamento para que fosse possível estabelecer o contato convidando-os para participar deste estudo. Participaram desta pesquisa 07 (sete) intérpretes e 06 (seis) professores que atuam em sala inclusivas com a presença de estudantes surdos. Dessa forma, serão apresentados a seguir os dados obtidos que possibilitaram compreender a atuação do ILS e professores regentes dialogando com os pesquisadores que estudam a temática em questão.

O questionário foi organizado em quatro categorias, sendo: a primeira referente à identificação dos participantes contendo informações sobre a idade, gênero, aquisição da Libras e atuação profissional. A segunda categoria corresponde a: formação inicial, formação continuada, processo de formação para atuar como tradutor/intérprete de Libras-Português. A terceira categoria refere-se a: experiência profissional, tempo de atuação no espaço escolar, etapa escolar que atua, assim como as competências necessárias para o desenvolvimento da prática. A quarta categoria foi sobre a atuação do intérprete no ambiente educacional, a parceria com o professor, planejamento colaborativo, dificuldades referentes ao contexto da sala de aula. A seguir, apresentamos no Quadro 4, a caracterização dos participantes por meio das identificações

Quadro 4- Intérpretes educacionais participantes da pesquisa.

Intérprete	Gênero:	Idade	1.3- Como ocorreu o seu processo aprendizagem da Libras?
ILS 1	Feminino	36 a 41 anos	Contexto Religioso
ILS 2	Feminino	42 a 47 anos	Curso (SEMED, CAS dentre outros)
ILS 3	Feminino	48 a 53 anos	Curso (SEMED, CAS dentre outros)
ILS 4	Feminino	36 a 41 anos	Curso (SEMED, CAS dentre outros)
ILS 5	Feminino	30 a 35 anos	Curso (SEMED, CAS dentre outros)
ILS 6	Feminino	48 a 53 anos	Contexto Religioso
ILS 7	Masculino	24 a 39 anos	Contexto Religioso

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

A partir dessa informação inicial foi possível identificar que dos 7 participantes, tem um intérprete do gênero masculino e seis do gênero feminino. Quanto ao processo de aquisição da Libras, 4 (quatro) ocorreu por meio do contexto religioso e 3 em decorrência dos cursos realizados pela SEMED e CAS. A Secretaria Municipal de Educação tinha a finalidade de identificar os professores que soubessem Libras para atuar como professor intérprete como pontuamos anteriormente por meio da entrevista com a técnica de acompanhamento dos ILS /SEMED. Em relação ao CAS, ofertava o curso de Libras com a finalidade de formar intérpretes de Libras para atuar no contexto educacional. Entendendo que

O Curso de Libras em Contexto, durante algum tempo, representou o principal curso de formação para aqueles que pretendiam tornarem-se intérpretes, até que foi organizado, nos anos seguintes, no CAS, um curso que trazia no seu currículo disciplinas que abrangiam temáticas mais direcionadas a prática da interpretação. Com carga-horária de 120 horas-aulas, este curso foi proposto com o intuito de preencher a falta de cursos direcionados a formação de intérpretes na região de São Luís, preparando-os, prioritariamente, para atuar na educação.

A SEMED oferta, desde 2003, o curso de Libras semestralmente com carga-horária de 120 horas-aula, visando, prioritariamente, formar profissionais dessa e de outras secretarias municipais, familiares dos estudantes surdos da rede e comunidade. Vale mencionar que alguns dos intérpretes que atuam em sala de aula nessa rede são professores já atuantes que fizeram o curso de Libras e foram remanejados de suas funções para a interpretação. (SANTOS, 2018, p. 41).

Percebemos nesse Quadro que o CAS observando que havia uma lacuna nesse processo de formação dos intérpretes para atuar no contexto educacional em São Luís, foi se estruturando para suprir essa necessidade ampliando assim as possibilidades formativas e orientação aos ILS. A SEMED, como já mencionado anteriormente, oferecia o curso de Libras com a finalidade de formar professores para atuarem como intérpretes de Libras em escolas, assim como para ensinar a Libras para os familiares dos estudantes surdos e a comunidade, uma vez que muitas famílias não sabem se comunicar por meio da Libras e, para

suprir essa necessidade, criam os sinais convencionais para estabelecer a comunicação com os surdos, fazendo com que o estudante surdo tenha de forma tardia a aquisição da Libras. Sendo assim, na tentativa de possibilitar ao ILS um processo de formação contínua,

O CAS já realizou palestras voltadas aos TILS, cursos de formação continuada e o Projeto Multiplicas, que trabalhou na perspectiva de tradução e interpretação no período de férias com alguns intérpretes de São Luís e outros do interior do Maranhão. Foram duas semanas e o objetivo deste projeto era provocar e capacitar pessoas para que pudessem produzir em seu município. (MENDES, 2018, p. 42)

A formação construída a partir das necessidades reais enfrentadas pelo ILS em sua prática fortalece a atuação desse profissional. A experiência local levou o CAS a expandir para outros municípios esse processo formativo por meio do Projeto Multiplicas com a finalidade de formar ILS para experienciar esse processo formativo em seus municípios, possibilitando assim a discussão das atribuições do intérprete nas diversas realidades maranhenses.

No que se refere a atuação dos intérpretes no ambiente escolar, o ILS 1- Centro de Ensino e Apoio à Pessoa com surdez; ILS 2- UEB Maria Alice Coutinho; ILS 3- UEB Maria Alice Coutinho; ILS 4- UEB Gomes de Sousa; IE 5- SEMED e CAS; IE 6- UEB Maria Alice Coutinho e ILS 7- UEB Maria Alice Coutinho. Quanto a atuação em outros espaços extra sala de aula, 5 (cinco) desses profissionais responderam que atuam, sendo que ILS 1 interpreta em espaços acadêmicos e religioso. O ILS 2 na Igreja Batista Getsêmani Cohab São Luís e CAS/MA; ILS 5 respondeu que sim, mas não definiu o espaço em que atua. ILS 6 atua em Congresso, palestra, evento artístico e o ILS 7 em espaço religioso.

Quanto ao perfil profissional dos intérpretes, os 7 têm formação em licenciatura, que de acordo com os questionários, 02 com graduação em Letras Libras, 02 em Pedagogia, 01 em Letras Libras e História e 01 em Direito, Licenciatura em Formação Pedagógica e em Letras-Libras, atendendo as condições necessárias para atuar em escolas, como apresentado no quadro 5 abaixo:

Quadro- 5: Professores participantes da pesquisa.

1.1- Gênero:		2.1- Qual a sua formação inicial?	2.2- Trabalha em qual escola?	2.3 Tempo de trabalho como professor:	2.5- Ano/série que atua e disciplina que leciona.
P1	Feminino	Licenciado em Letras	UEB. Gomes de Sousa	16 anos	Língua Portuguesa
P2	Masculino	Letras inglês	UEB. Gomes de Sousa	18 anos	5° ao 9° ano
P3	Feminino	Pedagogia	EMCIM Duque de	30 anos	6° ano

			Caxias		Matemática e 7º e 8º Ciências
P4	Feminino	Letras	EMCIM Duque de Caxias	27 anos	6º ao 9º ano. Língua Inglesa
P5	Feminino	Geografia	EMCIM Duque de Caxias	10 anos	6º ao 9º ano.
P6	Feminino	Letras- Espanhol	UEB. Gomes de Sousa	15 anos	6º ao 9º ano.

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Os dados apontam que os professores têm experiência no desenvolvimento da prática docente atuando em escolas vinculadas à rede municipal de ensino, suas respectivas formações correspondem ao nível superior de ensino e que três desses profissionais trabalham na zona rural de São Luís, visto que a U.E.B Gomes de Sousa pertence ao núcleo rural. Em conformidade com esses dados, percebe-se que os ILS estão investindo em sua formação continuada como é possível observar no quadro 6:

Quadro 6: Formação dos intérpretes educacionais.

Intérpretes	2.2- Qual é a sua graduação?	2.1- Qual o nível de sua formação?	2.4- Como ocorreu o seu processo de formação para atuar como tradutor/intérprete de Libras- Português /certificado de proficiência?
ILS 1	Licenciatura em Letras Libras	Especialização em Libras com Educação Especial	Habilitação emitida pelo CAS
ILS 2	Licenciada em Letras Libras pela UFSC 2018 e licenciada em Pedagogia pela UFMA	Pós Graduação em Inclusão e Libras Institut Athena e Pós Graduação em Educação Especial e inclusão	Cursos básico, intermediário e avançado pelo Cas, Pós Graduação em Tradução e interpretação, ProLibras
ILS 3	Pedagogia	Educação Especial, Inclusão e Libras	Pós-Graduação - Especialização em Tradução e Interpretação Libras-Português
ILS 4	Pedagogia	Libras/Português- tradução e interpretação.	Pós-Graduação - Especialização em Tradução e Interpretação Libras-Português
ILS 5	Letras Libras bacharelado e História Licenciatura	Letras e Libras	ProLibras
ILS 6	Letras/Libras	Não	Graduação em Letras Libras Bacharelado, Tradução e

			Interpretação Libras-Português
ILS 7	Direito, Licenciatura em Formação Pedagógica e Licenciatura em Letras-Libras	Libras, Docência do Ensino Superior e Direito Constitucional.	Letras-Libras Licenciatura, Curso de Extensão Universitária, Curso de Libras, Pós em Libras, curso de tradução.

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Girk (2018) em seu trabalho de conclusão de curso sobre a atuação e papéis do intérprete educacional de Língua de Sinais, analisando a categoria referente ao perfil profissional dos ILS, constatou que dos 10 questionários que foram recebidos, 2 deles são formados em fonoaudiologia, 3 em pedagogia, 3 licenciados em Letras Português- Inglês, 1 Bacharel em Letras LIBRAS e 1 está cursando Licenciatura em Letras LIBRAS. Destes 10, 6 tem pós-graduação na área da surdez, e 8 foram aprovados pela banca de proficiência Prolibras e apenas 2 não têm banca de proficiência, conforme mostra o gráfico 3 sobre a formação em Licenciatura e certificação em Banca de proficiência: “Dessa forma, percebe-se que muitos dos intérpretes que estão atuando nas escolas têm sua formação na licenciatura, ou seja, formado para a prática pedagógica” (GIRK, 2018, p. 54). Nessa perspectiva, pode-se compreender que há um interesse em verticalizar seu conhecimento, no qual

Esse interesse em se qualificar pode ser atribuído a alguns aspectos, tais como à “bagagem”, conhecimento de mundo e cultural, que o intérprete precisa ter para melhor performance, a necessidade de desenvolvimento de competência linguística, ou seja, gramatical das línguas de trabalho, e a importância de aprender técnicas e/ou procedimentos de interpretação. Outro ponto importante, é que o fato de interpretar em contexto educacional exige o domínio de saberes didáticos e pedagógicos: legislação educacional, teorias de aprendizagem, tendências pedagógicas, políticas educacionais, etc. (SANTOS, 2018, p. 45).

A formação continuada contribui para a atualização das discussões acadêmicas em relação à prática profissional, assim como habita o profissional para exercer a sua prática com segurança diante das necessidades educacionais presentes no contexto educacional. É nessa perspectiva que a pesquisadora citada acima contribui dizendo que, o ILS tem sua atuação fundamentada em duas culturas o que requer desse profissional uma competência linguística para compreender as especificidades de cada uma, sem que haja prejuízos quando for fazer a transferência durante a interpretação. A prática no contexto escolar é outro aspecto que precisa de atenção, visto que o intérprete precisa entender os saberes didáticos e pedagógicos.

Outro aspecto contemplado no questionário foi referente ao processo de formação continuada para atuação em escola. De acordo com as repostas obtidas, 05 intérpretes afirmam que sim e os demais responderam que não. Eles destacaram que esse direcionamento acontece da seguinte forma:

“Através de discussões e reflexão sobre a prática do Intérprete educacional, bem como atividades práticas que envolvem o contexto educacional.” (ILS 1)

“Alguns temas voltados para interpretação no ambiente educacional.” (ILS 2)

“No curso de Letras Libras existiam disciplinas que focaram exatamente na atuação na educação.” (ILS 5); “porque é o espaço onde tem maior demanda” (ILS 6) “Abordagem teórica” (ILS 7)

As respostas dos participantes demonstram que há orientação para a prática em sala de aula. Esse aspecto é importante porque insere e oportuniza as discussões entre os pares no que se refere as particularidades do contexto escolar norteando a elaboração de estratégias que possam atender as necessidades de um determinado espaço ampliando as condições de intervenção. [...] Ainda se tratando sobre a questão da formação, os profissionais que atuam nas escolas e que buscam a eficiência em seu trabalho estão sempre à procura e participando de encontros e formações. As trocas de experiências é uma ferramenta muito importante para o crescimento profissional como intérprete educacional de Língua de Sinais [...] (GIRK, 2018, p, 21). Nesse sentido, Lacerda (2010. p. 149) destaca que é importante a especificidade na formação

A formação precisa ainda desvelar as peculiaridades inerentes a cada um dos níveis de ensino nos quais poderá atuar o TILS: conhecer as características de cada faixa etária dos alunos; refletir sobre características da Libras usadas por crianças, jovens e adultos, conhecer como se organizam os conteúdos curriculares a serem trabalhados com os alunos nos diferentes níveis e as metodologias mais utilizadas para ensinar em cada um deles. A tarefa do TILS educacional é atuar em ambientes complexos, multideterminados, que envolvem diversos interlocutores (alunos surdos, alunos ouvintes, professores, gestores e demais funcionários entre outros) com uma série de variáveis implicadas, que precisam ser apresentadas e refletidas no decorrer de sua formação.

A autora referenciada ressalta que a formação é importante, uma vez que possibilita conhecer o público alvo de sua prática e suas especificidades e, a partir desse conhecimento, elaborar a sua estratégia metodológica para a interpretação adequada. O ambiente escolar é um espaço heterogêneo e por isso as abordagens nesse contexto, assim como os desafios e avanços precisam ser discutidos e refletidos nos espaços formativos. Dessa maneira, refletindo ainda sobre a formação continuada específico para intérpretes de Libras-Português, os intérpretes, como destaque tem-se as seguintes repostas:

“Faço formação continuada para intérprete, trabalho como formadora nesse curso. Também estou sempre buscando formações específicas as minhas necessidades em relação à tradução e interpretação. Cursos como: Procedimentos técnicos da tradução; Tradução audiovisual acessível.” (ILS 1)

“A do CAS formação para TILS” (ILS 2); “No CAS têm formação continuada para professores intérpretes” (ILS 5); “Ultimamente através de LIVES.” (ILS 6); “Como formador.” (ILS 7)

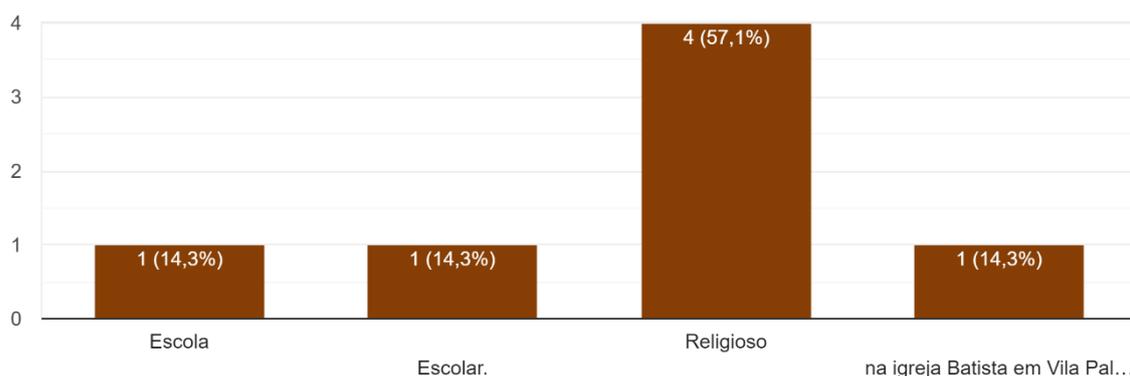
Percebe-se nas respostas do ILS que o processo de formação é uma ação contínua realizada a partir da realidade vivenciada e as fragilidades desse processo no que tange os aspectos da tradução e interpretação. A preocupação em formar intérpretes surge a partir da participação ativa da comunidade surda na comunidade em que está inserida. Além dos níveis de formação, começam a se delinear também as especialidades, ou áreas, de atuação do TILS. Assim, além de uma formação mais geral, necessária a todo profissional, ainda há a possibilidade, transformada, sem dúvida, futuramente, em necessidade, de uma formação específica a cada esfera de atuação: educacional, jurídica, médica, empresarial-trabalhista, religiosa etc. (RODRIGUES; VALENTE, 2011, p.22).

A pergunta seguinte direcionada aos ILS foi referente ao contexto em que iniciou a atuação como intérprete de língua de sinais. De acordo com as repostas, percebe-se que o ILS 1, ILS 2, ILS 5, ILS 6 e ILS 7 iniciaram a atuação no contexto religioso tendo em vista que esse cenário constituiu um campo de aprendizagem da língua de sinais por meio do contato com a comunidade surda, tornando-se um espaço para formação esse profissional. Os intérpretes ILS 3 e ILS 4 iniciaram suas atividades profissionais no contexto escolar, como observa-se no gráfico abaixo:

Gráfico 1- Atuação inicial enquanto intérprete de Libras.

3.3- Em qual ambiente/contexto você iniciou a sua atuação como intérprete de Libras

7 respostas



Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Em conformidade com os dados acima, entende-se que [...] os intérpretes advindos desse espaço para a educação tinham em si o mesmo intuito de “ajudar” o surdo, caracterizando assim, um desconhecimento da função do intérprete, impossibilitando, muitas vezes, de ver o surdo como um cliente que recebe um serviço. (AMPESSAN, GUIMARÃES, LUCHI, 2013, p. 12).

No Brasil, as atividades voluntárias de tradução e interpretação de que se falou anteriormente foram notavelmente observadas no meio religioso a partir de 1980. Não é errado dizer que está aí, em nosso país e também em outros, o nascedouro da profissão de intérprete e tradutor de Libras. No âmbito religioso, a atividade de tradução e interpretação se inicia com base num objetivo final: evangelizar o surdo. Contudo, na busca de tal intento, era necessário ao intérprete formar-se a si mesmo, uma vez que, na época, não se contava com cursos profissionalizantes, tampouco com espaços onde a língua de sinais fosse ensinada. Dessa forma, a atividade de tradução e interpretação, a princípio, foi exercida principalmente por pessoas que tinham contato com algum parente, amigo ou cônjuge surdo. (RODRIGUES; VALENTE, 2011. P. 16)

Inicialmente o intérprete exercia sua função de tradutor e intérprete de forma voluntária, tendo em vista a necessidade do período, de forma assistencialista com a finalidade de proporcionar orientações religiosas e, conseqüentemente, a adesão da pessoa surda a uma determinada religião. As autoras destacam que foi no contexto religioso que nasceu a profissão do intérprete e que as primeiras pessoas a exercer essa função eram parentes, amigos e familiares dos surdos. A formação para o desenvolvimento da atividade interpretativa acontecia por meio da própria prática, uma vez que não havia cursos oferecidos para o ensino da língua de sinais e tão pouco para a formação de intérpretes.

O questionamento seguinte teve como fundamento a atuação do ILS em sala de aula a partir das competências necessárias para possibilitar o acesso do estudante aos conteúdos, assim como a comunicação existente no espaço escolar. No quadro 7 a seguir apresentam-se as impressões dos participantes:

Quadro 7- Competências necessárias para a prática do ILS.

3.4- Competências necessárias para o intérprete de Libras que está inserido no contexto escolar	
ILS 1	São necessárias uma série de competências, destacarei aqui apenas 6, competência linguística, competência de tradutória/interpretativa, competência comunicativa, competência sociodiscursiva, competência referencial e competência socioemocional.
ILS 2	Conhecer as técnicas de tradução e interpretação, gramática da Libras e da língua portuguesa, prática e fluência.

ILS 3	Domínio das duas línguas alvos.
ILS 4	Linguística, para transferência da Libras, metodológica...dentre outras.
ILS 5	domínio da Língua de Sinais(linguística); conhecimento sobre a surdez e desenvolvimento da aprendizagem do indivíduo surdo; conhecimento da comunidade surda e convivência com ela.
ILS 6	Competência nas línguas envolvidas, habilidade tradutória;
ILS 7	Tradutórias, Linguística, Metodológica, Bicultural, Técnica...

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

De acordo com as respostas dos intérpretes acima, esses são aspectos importantes que contribuem para a prática em sala de aula na percepção deles, aspectos esses que se complementam e constituem a estrutura necessária para o desenvolvimento da prática a partir da análise particular de cada profissional. Assim, os aspectos elencados por eles são referentes ao conhecimento da Libras e língua portuguesa e suas respectivas estruturas o que possibilita uma escolha metodológica consistente e segura.

Conhecer as técnicas de tradução e interpretação, a estrutura gramatical da Libras e da língua portuguesa e ser fluente em ambas. “Sendo assim, espera-se que o profissional intérprete que atua em escola e está profundamente envolvido no processo de aprendizagem adquira e desenvolva porcentagem de cada uma dessas competências”. (GIRK, 2018. p. 50).

Arelada às considerações anteriores referentes às competências necessárias à prática do ILS, a competência metodológica é mais complexa, por ser considerada por eles a mais difícil de adquirir no processo formativo e/ou desenvolver no cotidiano escolar, de acordo com os ILS 1; para ILS 2 e ILS 6 a competência técnica tem um grau de complexidade que exige mais habilidade profissional do intérprete; ILS 3, ILS 4 e ILS 7 a linguística é mais acentuada, visto que ambas têm sua estrutura própria. Em pesquisa realiza por Girk (2018) com pergunta semelhante às que foram apresentas aos participantes desta pesquisa, observa-se que

A maioria dos intérpretes responderam que a competência linguística é a mais difícil de desenvolver (6 respostas assinaladas), seguida do empate entre as competências metodológica, bicultural e técnica (com 3 cada uma). Em contrapartida, as competências “para transferência” e “na área” não tiveram marcações. Essa amostragem revela que a competência linguística, ou seja, a primeira a ser desenvolvida para o ato tradutório ainda é considerada a mais difícil de adquirir. (GIRK, 2018, p. 51)

A competência linguística corresponde à compreensão de ambas as línguas (L1 e L2), tendo em vista as suas particularidades nesse momento que o intérprete de língua de sinais realiza durante a interpretação. O grau de dificuldade está relacionado à fidelidade da

mensagem inicial, a língua de partida, para que no percurso realizado até chegar à língua alvo não sofra alterações e/ou distorções, ainda que seja necessário utilizar caminhos interpretativos diferenciados para possibilitar a compreensão da pessoa surda diante do que está sendo exposto. Nesse sentido,

[...] Dominar as línguas envolvidas, então, é a primeira condição as línguas envolvidas, então, é a primeira condição necessária ao exercício da profissão. Mas esse domínio, como visto anteriormente, não se resume ao saber usar, é preciso conhecer a estrutura, o funcionamento das línguas. É importante ter em mente que esse conhecimento não deve ser encarado como domínio de uma série de estruturas e suas respectivas nomenclaturas. Ele deve permitir ao profissional analisar o uso que faz das línguas envolvidas na tradução para encontrar os pontos a melhorar em interpretações futuras, para descobrir soluções aos problemas encontrados durante o trabalho, deve ser útil como uma caixa de ferramentas é ao mecânico [...] (RODRIGUES; VALENTE, 2011, p.81).

Percebemos através das autoras citadas acima, que embora a competência linguística representa um aspecto importante para a prática do intérprete de Libras, uma vez que constitui condição necessária para atuação enquanto intérprete de língua de sinais possibilitando assim o translado entre as duas culturas (surda e ouvinte), é necessário agregar outros elementos a esse processo de conhecimento da Libras, ou seja, conhecer a estrutura e a funcionalidade de forma concomitante.

Nessa perspectiva, Rodrigues e Valente (2011) compara a importância da competência linguística com a relação estabelecida entre conhecimento do motorista e do mecânico referente ao automóvel, dizendo que há necessidade de formação continuada

[...] o bom motorista sabe que para parar seu carro precisa acionar o pedal da embreagem e do freio, não precisa saber o que ocorre sob o capô. Esse é o trabalho do mecânico, que é quem precisa ter o conhecimento sobre como funcionam os mecanismos de acionamento do freio e da arrancada, por exemplo, pois apenas por meio desse conhecimento poderá desempenhar seu trabalho: descobrir por que o carro não arranca, por que não freia etc. [...] Assim é saber falar uma língua, sabe-se dela o que é necessário para “fazê-la andar”, para pô-la em uso. Conhecer a estrutura da língua é ir além do uso, é conhecer os mecanismos que possibilitam o uso. O trabalho do intérprete se compara ao do mecânico-motorista, com a diferença crucial de que o intérprete tem, necessariamente, que saber usar-conduzir as línguas envolvidas na tradução. Por meio do saber a língua - o uso, o implícito -, o intérprete pode verificar dificuldades no processo de tradução e encontrar, através de seu conhecimento técnico, a solução. (RODRIGUES; VALENTE, 2011. p.79-80).

Assim sendo, o intérprete em relação à competência linguística precisa conhecer a estrutura da L1 e L2 e suas especificidades de forma viabilizar a sua utilização. Entendemos que esse conhecimento amplo possibilita ao intérprete fazer as intervenções necessárias quando identificar que há necessidade de elaboração de novas estratégias que viabilizem o seu

fazer interpretativo, no entanto essa ação é possibilitada a partir da conexão do conhecimento técnico e pedagógico.

No que se refere ao campo de atuação do intérprete de Libras, eles destacaram que estão inseridos em contexto educacional, realizando suas práticas em sala de aula, em cursos de formação, eventos, na Secretaria Municipal de Educação e no Centro de Apoio à Pessoa com Surdez, espaço destinado à formação do intérprete para atuação em sala de aula, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 8- Atuação profissional do intérprete de Libras.

4.2 Desenvolvimento da prática	
ILS 1	Em cursos de formação e eventos.
ILS 2	Na escola, em suas atividades diversas
ILS 3	Sala de aula
ILS 4	Na escola, em suas atividades diversas
ILS 5	SEMED e CAS
ILS 6	Na escola, em suas atividades diversas
ILS 7	Sala de aula

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Resultado semelhante foi encontrado por Santos (2018. p. 54), referente aos contextos que os intérpretes educacionais atuam, pontuando que [...] alguns intérpretes desenvolvem atividades interpretativas fora da sala de aula e dos espaços escolares. Muitas vezes eles atuam no CAS, na SEDUC e na SEMED. Entendemos que, até aqui, os dados demonstram a constituição de novo perfil de intérpretes [...]. Esses são alguns papéis que o ILS pode acabar desempenhando, mas nem todos consistem propriamente numa tradução entre línguas. São, na verdade, atuações em que o profissional procura facilitar o acesso ao código linguístico. (RODRIGUES; VALENTE, 2011. p. 121).

Nos aspectos que envolvem a prática do ILS e os desafios existentes em sala de aula em relação à didática do professor, interpretação do conteúdo para a Libras, interpretação do conteúdo para a Língua Portuguesa, a relação com o professor, o acesso ao planejamento da aula e as dificuldades dos estudantes surdos, percebe-se que ILS 1 atribui a falta de acesso ao planejamento e ILS 2 à didática do professor. Para ILS 4 e ILS 5 as dificuldades estão relacionadas a práticas interpretativas no que se refere à transferência do conteúdo para a Língua Portuguesa; ILS 6 atribui as dificuldades dos estudantes surdos e para ILS 7 todos os itens disponibilizados na questão 4.4 estão relacionados e culminam para os entraves na prática educacional (Quadro 9).

Quadro 9- Desafios enfrentados na atuação educacional.

4.4 As dificuldades que enfrenta prática estão direcionadas a:	
ILS 1	O acesso ao planejamento da aula
ILS 2	Didática do professor
ILS 3	Dificuldades dos estudantes surdos
ILS 4	Interpretação do conteúdo para a Língua Portuguesa
ILS 5	Interpretação do conteúdo para a Língua Portuguesa
ILS 6	Dificuldades dos estudantes surdos
ILS 7	Todas acima

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Santos (2018, p. 57), em seus achados referente às dificuldades de interpretação em salas de aula do Ensino Fundamental, destaca que “é importante notar que alguns intérpretes relataram mais de um problema enfrentado. Entretanto, algumas dificuldades são mais recorrentes, tais como falhas na “escolarização anterior dos surdos”; falta de preparo de “ordem didático-pedagógica por parte professor” e falta de “preparo prévio da aula”. Com relação às dificuldades do estudante surdo no contexto educacional referente à aquisição da Libras, é importante compreender que

O acesso tardio à Libras ocorre ainda pelo desconhecimento da língua sinalizada por parte da família, pela resistência da equipe médica que orienta a família ou da própria família em entender a surdez e sua consequência linguística. Reitera-se assim que a defesa pela normalização do sujeito surdo, de modo a enquadrá-lo ao uso da LP falada, fez com que se disseminasse uma visão deturpada da língua sinalizada, como se ela não pudesse ser considerada uma língua. (BRIEGA, 2019, p. 19).

O conhecimento da Libras pelo estudante surdo contribui para seu processo de aprendizagem e promoverá a interação com o intérprete sobre as abordagens realizadas em sala de aula pelo professor. A autora supracitada, afirma que muitas vezes as famílias não sabem utilizar a Libras, pois falta o direcionamento da equipe médica por meio da orientação sobre surdez e Libras e estrutura linguística da mesma. Nesse sentido, o questionamento seguinte foi sobre as atividades realizadas pelo ILS em sua prática ao interpretar os conteúdos ministrados e as explicações do professor. Se está relacionado ao ensino de sinais novos aos estudantes surdos e/ou interpretar a comunicação entre os estudantes em sala, assim como a verificação diária se o estudante surdo compreendeu a interpretação. As respostas obtidas foram organizadas no quadro 10 (dez):

Quadro 10- Atividades realizadas pelo ILS na sala de aula.

4.5 Em sua prática, quais atividades realiza com frequência?	
ILS 1	Interpretar os conteúdos ministrados e as explicações do professor.
ILS 2	Interpretar os conteúdos ministrados e as explicações do professor.
ILS 3	Interpretar os conteúdos ministrados e as explicações do professor.
ILS 4	Interpretar os conteúdos ministrados e as explicações do professor.
ILS 5	Interpretações em vários contextos além do educacional que envolvem a Secretaria de Educação
ILS 6	Interpretar os conteúdos ministrados e as explicações do professor.
ILS 7	Interpretar os conteúdos ministrados e as explicações do professor.

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Dentre as atividades realizadas no cotidiano escolar pelo ILS está a interpretação dos conteúdos concomitante as explicações do professor para possibilitar que o estudante surdo tenha acesso e participe ativamente do processo de ensino objetivando sua aprendizagem. Assim, por meio do estudo de Lacerda (2019, p. 38), entende-se que está relacionado a tornar os conteúdos acessíveis, já que

[...] o trabalho do IE vai além de fazer escolhas ativas sobre o que deve traduzir, envolvendo também modos de tornar conteúdos acessíveis para o aluno, ainda que implique solicitar ao professor que reformule sua aula, pois uma tradução correta do ponto de vista linguístico nem sempre é a melhor opção educacional para propiciar o conhecimento [...]

A autora supracitada, discorrendo sobre a atuação do ILS ressalta que é importante a parceria entre o professor e o intérprete para o processo de ensino e aprendizagem do estudante surdo, constituindo assim uma prática que vai além das estratégias a serem utilizadas durante a interpretação dos conteúdos. Nesse sentido, o ILS identificando na metodologia utilizada pelo professor aspectos que não oportunizam a compreensão do estudante sobre o conteúdo ministrado, é mais prudente fazer uma intervenção, orientando para a mudança de ação de forma a alcançar o estudante.

Para continuar a sequência da pesquisa, perguntou-se aos professores, como consideram o trabalho que o intérprete realiza quanto à mediação do conhecimento no que se refere ao ensino e aprendizagem do estudante surdo. Os professores responderam que:

P1- É essencial para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo; P2- Excelente; P3- Fundamental para a interação com a turma e professor; P4- Muito bom; P5- Importante para o ensino do aluno surdo; P6- Importante para a inclusão de estudantes surdos.

No que se refere a relação estabelecida em sala de aula entre o professor e o ILS, percebe-se que dois intérpretes (ILS 5 e ILS 7) destacam que não há parceria entre esses dois atores diante das propostas de atividades a serem realizadas nesse contexto. Assim sendo, a pergunta seguinte foi referente à participação do IE para o planejamento realizado na escola. Observa-se que ILS 1 e ILS 7 disseram que raramente participam da elaboração do planejamento; ILS 2, ILS 5 destacam que não participam dessa etapa e ILS 3, ILS 4 e ILS 6 responderam que participam dessa atividade, como é possível observar no quadro 11, a seguir.

Quadro 11- Professor e intérprete e a elaboração do planejamento.

Intérprete	4.6 Existe a parceria entre professor e intérprete	4.7 Participa do planejamento escolar
ILS 1	Sim	Raramente
ILS 2	Sim	Não
ILS 3	Sim	Sim
ILS 4	Sim	Sim
ILS 5	Não	Não
ILS 6	Sim	Sim
ILS 7	Não	Raramente

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

No quesito parceria entre professores e ILS, os dados apontam que dos 5 (cinco) ILS que disseram realizar sua prática de forma colaborativa, somente 3 (três) destacaram a participação na elaboração do planejamento escolar em que são definidos os objetivos e as estratégias para o ensino do estudante surdo de forma a desenvolver suas habilidades. Assim sendo, percebe-se que

É fundamental que o IE esteja inserido na equipe educacional, ficando claro qual é o papel de cada profissional frente a integração e aprendizagem da criança surda, e esses papéis precisam ser sempre discutidos, porque a sala de aula é sempre dinâmica, envolve as discussões dos alunos, e é importante que as responsabilidades de cada um estejam claras. As opiniões do IE são tão importantes quanto as de qualquer outro profissional que atue no espaço escolar, pois ele conhece bastante a criança surda, a língua de sinais, e pode colaborar para a construção de uma prática pedagógica mais adequada ao aluno surdo e a uma perspectiva bilíngue. (LACERDA, 2019, p. 39).

No contexto da sala de aula, é importante que exista a parceria entre o professor e o IE para que possam delinear as estratégias mais adequadas para o ensino do estudante surdo a partir de suas especificidades. Assim, a autora citada acima destaca que é importante inserir esse profissional na equipe educacional, sendo importante esclarecer as funções de cada ator desse processo para que a prática do intérprete em sala de aula não seja percebida como um

professor substituto, visto que é um profissional que compreende a forma de ensinar e de apreender do estudante surdo e dessa forma poderá contribuir para uma prática que atenda às necessidades educacionais do estudante surdo. [...] Além disso, é muito comum o ILS não ter acesso prévio ao texto que irá interpretar e, por isso, ter de construir a interpretação na língua de sinais à medida que o orador vai expondo suas ideias, o que torna o trabalho de interpretação ainda mais difícil [...]. (LACERDA, 2019, p. 33).

Ainda nessa abordagem, a pergunta seguinte foi referente ao acesso do planejamento das atividades a serem realizadas pelo professor, tendo em vista que o ILS precisará organizar as estratégias para realizar a interpretação dos conteúdos que serão posteriormente ministrados pelo professor. Dessa forma, para entender como acontece a aquisição desse material, questionamos se o acesso ao planejamento acontecia por meio do planejamento colaborativo, visto que as atividades são planejadas com antecedência, organizadas em tempo hábil para sua concretização, ou se o repasse das atividades acontecia antes das aulas iniciarem. A seguir, no Quadro 12, as respostas dos ILS a respeito dessas indagações:

Quadro 12- Acesso ao planejamento das atividades a serem realizadas.

4.7.1- Acesso ao planejamento das atividades escolares com antecedência	
ILS 1	Não, dificilmente os professores disponibilizam o material da aula com antecedência.
ILS 2	Sim, o repasse das atividades acontece antes das aulas começarem
ILS 3	Sim, o repasse das atividades acontece antes das aulas começarem
ILS 4	Sim, mas o repasse ainda é muito dificultado, pois o professor acredita que estamos ‘verificando ou supervisionando’ o trabalho dele.
ILS 5	Não, pois não atuo em sala de aula (CAS)
ILS 6	Nessa questão depende muito, às vezes acontece e em outros momentos não
ILS 7	Raramente

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

No questionamento anterior, referente à participação do ILS na elaboração do planejamento escolar os ILS 3, ILS 4 e ILS, 6 (seis) responderam que sim, quando questionados sobre o planejamento das atividades se eles têm acesso a esse material com antecedência. De acordo com as informações acima, percebe-se que o profissional tem acesso ao planejamento antes de a aula começar, como afirma os ILS 2 e ILS 3. Outra situação apresentada pelo ILS 4 é a percepção do professor que acredita estar sendo supervisionado e, por esse motivo, dificulta o acesso do intérprete ao planejamento. De acordo com ILS1, ILS 6

e ILS 7 destacam que o acesso ao planejamento não acontece de forma constante. Por realizar sua prática na SEMED e no CAS, IE5 não opinou nesse quesito.

É importante para atuação do ILS a participação dos planejamentos elaborados pelo professor de forma colaborativa quanto ao ensino do estudante surdo referente às atividades para potencializar as habilidades dele. A partir desse planejamento macro, o ILS realiza o planejamento para sua prática interpretativa em relação às estratégias a serem utilizadas que estejam conectadas com o conteúdo ministrado. Nesse sentido, “[...] Quando as professoras abrem essa possibilidade, o trabalho das intérpretes fica facilitado, todavia, é frequente estar diante de atividades decididas de última hora, para as quais as intérpretes não foram preparadas e não conseguem atuar adequadamente diante da tarefa de interpretação”. (LACERDA, 2019, p. 71).

Dessa forma, em relação ao trabalho colaborativo com o ILS, perguntamos aos professores se o planejamento e as atividades eram organizados em parceria ou ainda se compartilhavam as informações ou subsídios referentes ao conteúdo a ser ministrado em sala, eles destacaram que:

P1- Compartilhamos apenas informações; P2- Compartilhamos apenas informações; P3- Compartilhamos e organizamos minutos antes da aula começar; P4- Compartilhamos e organizamos com bastante antecedência; P5- Compartilhamos apenas informações; P6- Compartilhamos e organizamos minutos antes da aula começar.

O que fica evidenciado nos apontamentos acima é que não há a parceria como ILS quanto à realização de um planejamento colaborativo, as informações são compartilhadas antes das aulas inviabilizando a organização do intérprete quanto às estratégias que poderão contribuir para a interpretação. Salienta que o ILS também realiza o seu planejamento, elaborando as estratégias interpretativas para atender os objetivos delineados pelo professor ao ministrar as aulas aos estudantes. Nessa perspectiva, o P4 sinaliza uma possível parceria com IE quando destaca que organizam com antecedência as estratégias a serem utilizadas nas aulas. Nessa perspectiva, [...] o tradutor intérprete de Libras e o professor regente de classe deve haver cooperação e participação no planejamento das aulas, nas avaliações e demais ações docentes das quais sejam pertinentes, para que as estratégias pedagógicas atendam às necessidades do aluno surdo [...]. (GIRKE, 2018, p. 26).

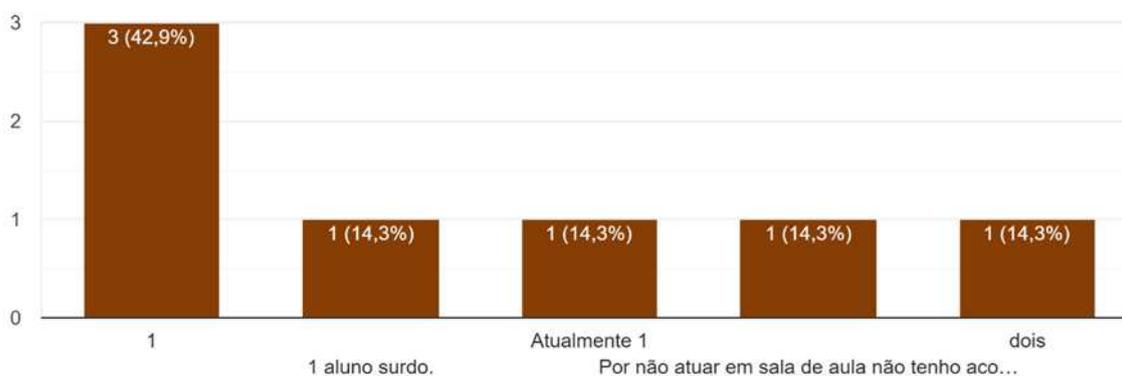
A seguir tem-se o quantitativo de estudantes surdos matriculados nas escolas em que os intérpretes desenvolvem sua prática interpretativa mediando as relações que envolvem o ensino e a aprendizagem. Assim, de acordo com o gráfico 2 temos que, com exceção de ILS

5 que atua na SEMED e no CAS, acompanham em suas respectivas salas de aula 01 (um) estudante surdo, como observa-se a seguir:

Gráfico 2- Sala de aula inclusiva.

4.9 Quantos estudantes surdos você acompanha em sua prática em sala de aula?

7 respostas



Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Outro aspecto importante para o ensino de estudante surdo refere-se ao entendimento deste diante dos conteúdos apresentados pelo professor. Assim, uma questão contemplada no questionário foi em relação à metodologia utilizada pelo professor e à percepção do intérprete ao identificar um entrave nesse aspecto. Nesse sentido, a pergunta foi quais as suas ações diante desse aspecto? Sugere uma modificação nas estratégias demonstrando a necessidade de realizar as adaptações das atividades?

Diante da pergunta, as repostas apontam que ILS 1, ILS 2 e ILS 3 afirmam fazer essa intervenção quanto às metodologias. ILS 4, ILS 6 e ILS 7 responderam que às vezes indicam ao professor a necessidade de fazer modificação e/ou intervenção nos aspectos metodológicos. O IE5 não sugere adaptações por realizar a sua prática em eventos da SEMED, palestras, formações e/ou orientações.

No contexto da sala de aula, a investigação agora se dirige a saber se o estudante surdo compreende e valoriza as atribuições do professor e do intérprete ou se confunde as práticas desses profissionais ficando indiferentes quanto as atribuições dos intérpretes. O quadro a seguir, apresenta a percepção dos intérpretes referente ao questionamento realizado:

Quadro 13- Percepção do estudante surdo diante da prática do ILS.

4.10 Percepção do entendimento dos estudantes surdos em relação a sua prática em sala de aula	
ILS 1	Compreendem e valorizam a sua atuação
ILS 2	Confundem sua atuação com a do professor
ILS 3	Compreendem e valorizam a sua atuação
ILS 4	Confundem sua atuação com a do professor
ILS 5	Não compreendem a sua atuação
ILS 6	Confundem sua atuação com a do professor
ILS 7	Compreendem e valorizam a sua atuação

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Nesse quesito, percebemos que para a maioria dos entrevistados confundem a prática do intérprete de Libras com a do professor, como destacaram o ILS 2, ILS 4 e ILS 6, tendo em vista que o distanciamento linguístico entre o professor e o estudante surdo, o que contribui para que o intérprete ganhe destaque nesse processo. ILS 5 destacou que, no contexto da sala de aula, os estudantes não entendem as atribuições do intérprete. Percepção contrária foi constatada por ILS 1, ILS 3 e ILS 7 destacando que os estudantes compreendem a sua atuação no contexto da sala de aula. Diante dessa realidade, há diferenças quanto aos níveis de ensino, pois

O intérprete de língua de sinais poderá estar atuando na educação infantil, na educação fundamental, no ensino médio, no nível universitário e no nível de pós-graduação. Obviamente que em cada nível deve-se considerar diferentes fatores. Nos níveis mais iniciais, o intérprete estará diante de crianças. Há uma série de implicações geradas a partir disso. Crianças têm dificuldades em compreender a função do intérprete puramente como uma pessoa mediadora da relação entre o professor e o aluno. A criança surda tende a estabelecer o vínculo com quem lhe dirige o olhar. No caso, o intérprete é aquele que estabelece essa relação. (QUADROS, 2004, p. 62).

A autora citada acima ressalta que é comum os estudantes da Educação Infantil e Ensino Fundamental não compreenderem a atuação do ILS como uma ação mediadora, isso porque é o intérprete quem está diretamente promovendo a comunicação por meio da Libras e estabelecendo as relações de ensino e aprendizagem, identificando as fragilidades e, até mesmo, chamando atenção para a concentração diante da exposição dos conteúdos. O professor regente por não utilizar a Libras para se comunicar com o estudante surdo, permite que muitas vezes o ILS se torne referência para o estudante.

Tendo em vista a atuação do intérprete na sala de aula e a aprendizagem do estudante surdo, a pergunta seguinte versou sobre as estratégias utilizadas pelo ILS quando

percebe o grau de complexidade do conteúdo apresentado o que poderá ocasionar um entrave à interpretação e, conseqüentemente, poderá comprometer a aprendizagem do estudante. Nesse sentido, para conhecer as ações metodológicas utilizadas pelos intérpretes diante dessa realidade perguntou-se o que esse profissional faz quando se depara com tal situação, se utilizava informações visuais como mecanismo para realizar a interpretação proporcionando uma aprendizagem significativa, comunicava ao professor que o estudante não compreendeu a explicação referente ao conteúdo ou se adotava outros mecanismos, como destacado no quadro 14 a seguir.

Quadro 14 - Estratégias utilizadas pelo ILS para proporcionar o entendimento do estudante surdo.

4.11 O que faz quando percebe que o estudante surdo não está entendendo a aula, mesmo você interpretando? Quais estratégias e/ou recursos você utiliza?	
ILS 1	Comunico ao professor que o estudante não compreendeu a explicação referente ao conteúdo. Livros, smartphone.
ILS 2	Utilizo informações visuais para proporcionar a aprendizagem. Classificadores na Libras, imagens, vídeos através do celular. Celular com internet.
ILS 3	Utilizo informações visuais para proporcionar a aprendizagem. Celular, livros, cards.
ILS 4	Comunico ao professor que o estudante não compreendeu a explicação referente ao conteúdo. Não utilizo.
ILS 5	Comunico ao professor que o estudante não compreendeu a explicação referente ao conteúdo. Utilizo recursos visuais com ajuda da tecnologia.
ILS 6	Comunico ao professor que o estudante não compreendeu a explicação referente ao conteúdo. Aproveito os recursos que por ventura o professor esteja utilizando ou a repetição da explicação. Celular
ILS 7	Comunico ao professor que o estudante não compreendeu a explicação referente ao conteúdo. Não utilizo estratégias.

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

De acordo com as respostas acima, é possível perceber nas respostas dos intérpretes que a primeira ação do intérprete relacionada à abordagem do conteúdo é comunicar ao professor as dificuldades do estudante, tendo em vista que nessa configuração o planejamento do professor e do ILS precisam convergir para a aprendizagem do estudante. O aparelho celular e o livro são um dos recursos utilizados pelos intérpretes para contribuir com o entendimento do estudante. ILS 2 dentre outros recursos citados acima. Ela utiliza os classificadores⁵ para promover a aprendizagem do educando.

⁵ A língua de sinais apresenta uma sintaxe espacial incluindo os chamados classificadores. A língua portuguesa usa uma sintaxe linear utilizando a descrição para captar o uso de classificadores. (Quadros, 2004. p. 84).

[...] um classificador é uma forma que existe em número restrito em uma língua e estabelece um tipo de concordância. Na Libras, os classificadores, como foi visto acima, são configurações de mãos que, relacionadas à coisa, pessoa, animal e veículo, funcionam como marcadores de concordância. Assim, na Libras, os classificadores são formas que, substituindo o nome que as precedem, podem ser presa à raiz verbal para classificar o sujeito ou o objeto que está ligado à ação do verbo. Portanto, os classificadores na Libras são marcadores de concordância de gênero: PESSOA, ANIMAL, COISA, VEÍCULO.

Os classificadores para PESSOA e ANIMAL podem ter plural, que é marcado ao se representar duas pessoas ou animais simultaneamente com as duas mãos ou fazendo um movimento repetido em relação ao número. Os classificadores para COISA representam, através da concordância, uma característica desta coisa que está sendo o objeto da ação verbal [...] (FELIPE, 2007, p. 172),

Os classificadores na Libras são marcadores representados por meio da configuração de mão para representar a concordância de gênero. Dentro de um contexto ilustrativo, por exemplo, para indicar que duas pessoas estão andando em direção a um ponto X, utiliza-se a configuração de mão em G (dedos polegar e indicador na vertical) indicando que elas estão em deslocamento. Em conformidade com as estratégias utilizadas pelos ILS no desenvolvimento de sua prática no contexto educacional, Lacerda (2019, p. 60) ressalta que

[...] as estratégias ou recursos visuais elaborados por essas ILS, inspiradas pelas necessidades surgidas no dia a dia. Elas, atentas às demandas das crianças, por um conhecimento maior sobre a surdez, e percebendo que o modo como a professora apresentava certos conteúdos era de pouco entendimento para as crianças surdas, se mostraram criativas, lançando mão de recursos possíveis na busca de constituir sentidos para as crianças. Elas reconheceram essa tarefa como pertinente ao papel de intérpretes e, voluntariamente, desenharam, procuraram livros, buscaram materiais diversos para facilitar sua atuação.

De acordo com a autora supracitada, conforme os achados de sua pesquisa realizada com ILS que desenvolvem sua prática em escolas públicas, essas profissionais ao perceberem que os estudantes estavam alheios aos conteúdos ministrados pelas professoras e que havia uma carência de recursos que atendessem as especificidades dos estudantes surdos, elas elaboram estratégias possibilitando a construção de sentidos gerando a aprendizagem dos mesmos.

Em conformidade com as estratégias, a ILS 6 utiliza os recursos adotados pelo professor. Quando há carência desses materiais para promover a aprendizagem do estudante surdo, a intérprete solicita ao professor explicar novamente o conteúdo abordado. O celular, como já referenciado, também é utilizado como ferramenta educacional conectada ao ensino na perspectiva da aprendizagem. ILS 4 e ILS 7 não utilizam estratégias e quando identificam

que os estudantes estão com dificuldades em acompanhar as aulas e compreender o conteúdo em decorrência da metodologia utilizada, informam ao professor de tal situação.

Nessa direção, Santos (2018) em sua pesquisa realizada com a participação de 31 intérpretes de Libras que atuavam no Ensino Fundamental nas redes estaduais e municipais de São Luís, perguntou aos mesmos sobre os recursos utilizados em sala de aula como estratégia para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisadora constatou que

Em relação ao uso de recursos utilizados durante a interpretação das aulas, 74,2% dos intérpretes educacionais do Ensino Fundamental admitiram utilizá-los. É interessante notar que o uso de recursos de apoio a interpretação pode ser favorável ao processo de ensino e de aprendizagem dos surdos durante as interpretações. Boa parte dos intérpretes mencionou utilizar imagens e vídeos no celular. Além disso, mencionou-se o uso de tabletes, livros, quadro branco, papel, caneta e jogos didático-pedagógicos, por exemplo. (SANTOS, 2018, p. 56).

De acordo com as observações acima, percebemos que os intérpretes educacionais se preocupam em possibilitar condições concretas, recursos, metodologias e estratégias que assegurem a aprendizagem dos estudantes surdos, o que corrobora para a discussão no entorno da atuação desse profissional em sala de aula. São inúmeras questões que perpassam a negação da surdez por parte da família e/ou desconhecimento das intervenções necessárias para possibilitar o desenvolvimento pleno da pessoa surda.

Muitas vezes o estudante adentra o espaço escolar apresentando fragilidades quando ao conhecimento da cultura surda e da Libras e esse aspecto interfere diretamente em seu processo de ensino e aprendizagem, uma vez que no ambiente escolar ele terá acesso às duas culturas (surda e ouvinte) por meio do professor regente, dos demais estudantes e do ILS. Outro aspecto que constitui um entrave para o ensino e aprendizagem de estudantes surdos destacados por Lacerda (2019, p. 78), referem-se às estratégias de ensino, assim caracterizadas:

As estratégias de ensino utilizadas pelos professores são majoritariamente pensadas a partir de sua ótica, de sua língua e de suas experiências anteriores com alunos ouvintes. Então, quando um professor vai trabalhar com crianças surdas, em sua classe, ele precisará reorganizar seus modos de atuação pensando nesses alunos, dar-se conta de que têm condições linguísticas particulares, e que se apoiam fortemente nas experiências visuais para construir conceitos e articular seus conhecimentos para fortalecer a aprendizagem dessas crianças.

Nessa afirmativa Lacerda (2019) chama atenção para importância do olhar do professor para as especificidades dos estudantes presentes na sala de aula para que dessa forma seja oferecida condições reais de aprendizagem aos estudantes surdos. Percebe-se nos

apontamentos acima que é necessário oportunizar experiências visuais, recursos que auxiliem os estudantes na elaboração dos conceitos que, posteriormente, serão transformados em conhecimentos, solidificando assim a aprendizagem.

Dentro de uma realidade em que a maioria dos estudantes são ouvintes e por falta de experiência com o ensino de estudantes surdos, alguns professores tendem a elaborar suas estratégias de ensino direcionadas para o público ouvinte, negligenciando o processo de inclusão. Lacerda (2019) realizou uma pesquisa com a participação de 4 (quatro) intérpretes de Libras que atuavam em escolas, na educação infantil e ensino fundamental da rede pública, dialogando sobre a organização pedagógica e a participação das ILS, relativas à utilização de estratégias direcionadas às especificidades do estudante surdo. A autora explicita da seguinte maneira:

Diante de tal realidade, as ILS narram que as professoras, muitas vezes, estão atentas a isso e procuram formular estratégias interessantes, mas que nem sempre são acompanhadas pelas crianças surdas, geralmente por falta de experiências anteriores que as ajudem a significar os conceitos que estão sendo apresentados. Nessas ocasiões, as ILS parecem sentir-se diretamente responsáveis pela aprendizagem das crianças surdas, já que a professora procurou adequar conteúdos e estratégias - fez sua parte - e os alunos surdos não conseguiram acompanhar. Elas não pedem a colaboração da professora nessas situações, tomando a tarefa como sua, procurando levar os alunos à construção dos conceitos pretendidos a partir de seus próprios recursos. (LACERDA, 2019, p. 79).

Os dados coletados pela autora demonstram que as professoras da escola pesquisada, na maioria das vezes, elaboram estratégias diferenciadas, no entanto elas não são alcançadas pelo estudante surdo. Os possíveis motivos do distanciamento entre o entendimento do estudante e o ensino pode ser ocasionado pela carência deste em seu processo de formação. Lacerda (2019) destaca que nessa situação a ILS se sente responsável pelo processo de ensino e aprendizagem, quando percebe que há uma lacuna entre o que a professora propõe e o que o aluno conseguiu compreender.

A intérprete não comunica a professora da situação real vivenciada pelo estudante e suas dificuldades no processo de aprendizagem, ela assume essa responsabilidade criando mecanismos que proporcionem o aprendizado por meio da ressignificação dos conceitos. Nessa direção, Quadros (2004, p. 63) vê essa realidade afirmando que

[...] aos intérpretes de língua de sinais da área da educação é recomendado redirecionar os questionamentos dos alunos ao professor, pois desta forma o intérprete caracteriza o seu papel na intermediação, mesmo quando este papel é alargado. Neste sentido, o professor também precisa passar pelo processo de aprendizagem de ter no grupo um contexto diferenciado com a presença de alunos surdos e de intérpretes de língua de sinais. A adequação da estrutura física da sala de aula, a disposição das pessoas em sala de aula, a adequação da forma de exposição por parte do professor são exemplos de aspectos a serem reconsiderados em sala de aula.

Portanto, é necessário estabelecer as atribuições dos intérpretes e dos professores no contexto da sala de aula para que o processo de ensino e aprendizagem do estudante não seja visto como algo que é responsabilidade do ILS, eximindo o professor dessa função. As estratégias de ensino elaboradas pelo professor devem ser organizadas para atender as necessidades educacionais do estudante surdo, assim como dos estudantes ouvintes, ultrapassando as questões metodológicas. Nessa configuração, as estratégias devem ser contemplar a organização espacial no que tange a adequação da estrutura física, o local que o estudante e o IE ocupam na sala de aula e a metodologia utilizada pelo professor para fazer a exposição do conteúdo.

Dessa forma, para compreender o posicionamento do ILS referente à sua prática em sala de aula se está direcionada para o campo técnico contemplando apenas os aspectos que envolvem a tradução e interpretação dos conteúdos da L2 para L1 e vice-versa ou se partindo do princípio que envolve a finalidade da escola quanto aos ensino e aprendizagem a atuação do intérprete nesse contexto pode ser considerada também pedagógica, questionamos os participantes para compreender o que pensam sobre esse aspecto, como demonstra o quadro 15 a seguir.

Quadro 15- Atuação do intérprete no contexto educacional.

4.13-Você considera a sua prática no contexto escolar como técnica ou pedagógica? Justifique seu posicionamento.	
ILS 1	É majoritariamente técnico. Contudo, também é pedagógico, uma vez que o intérprete educacional é também um educador, desempenha sua atividade utilizando estratégias pedagógicas para otimizar a aprendizagem do aluno, não confundindo com o papel professor titular.
ILS 2	técnica e pedagógica
ILS 3	Pedagógica. Geralmente o surdo não é alfabetizado em nenhuma língua!
ILS 4	Pedagógica, pois a maioria dos surdos desconhecem a própria língua, então o intérprete às vezes, utiliza técnicas de alfabetização com o aluno para que ele compreenda minimamente o conteúdo.
ILS 5	Uma soma dos dois
ILS 6	Técnica
ILS 7	Ambas. Porque somos TILPS e não ensinamos o conteúdo, mas temos que estar atentos às peculiaridades do contexto educacional e é fundamental a parceria com o docente para que o trabalho flua melhor.

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Percebemos nas considerações dos intérpretes que a sua atuação profissional está relacionada com o técnico e pedagógico, uma vez que os estudantes apresentam lacunas em seu processo de escolarização e essa condição requer uma prática que perpassa a melhor

estratégia para exercer a interpretação. Os participantes sinalizam que é importante haver a parceria com o professor para que o trabalho possa ser realizado proporcionando ao estudante concretizar a sua aprendizagem.

Para ILS 3 e ILS 4 a prática em sala de aula está mais relacionada à atuação pedagógica, considerando que um número significativo de estudantes não é alfabetizado em sua própria língua (L1), ou seja, não sabem se comunicar por meio da Libras. A ILS 6 considera que a prática do intérprete é apenas técnica. Em pesquisa com temática similar Girke (2018, p. 58) considera da seguinte forma

Através das respostas dos intérpretes no questionário elaborado, percebeu-se que [...] em diversos trechos descritos pelos entrevistados; nas três categorias de perguntas os participantes se mostraram comprometidos com sua prática técnica (de conhecimento de vocabulário em sinais e das técnicas de interpretação) e também envolvidos com a prática pedagógica em suas ações, postura essa que precisa circular em sala de aula, tornando assim a comunicação clara e efetiva e assim oportunizando o aprendizado do aluno surdo.

A atuação técnica do intérprete é importante para o processo de ensino e aprendizagem do estudante surdo, visto que para o desenvolvimento profissional é necessário conhecer os sinais e as técnicas de interpretação, assim como o pedagógico contribui significativamente para a prática no contexto educacional. Quando um estudante surdo não conhece a Libras e ainda está em processo de aquisição da L1, fica inviável a aplicabilidade do conhecimento técnico, isso em uma perspectiva de ensino em que essa estratégia não terá sentido para o estudante e se constituirá em sinais soltos.

Isso justifica a fala do ILS4 quando destaca a atuação como “*Pedagógica, pois a maioria dos surdos desconhecem a própria língua, então o intérprete às vezes, utiliza técnicas de alfabetização com o aluno para que ele compreenda minimamente o conteúdo*”. Nesse sentido, perguntou-se aos professores quais atribuições os ILS exercem além das atividades exercida em sala de aula, como resposta obtivemos as seguintes respostas:

P1- Ela me orienta quanto a alguns recursos que facilitam o acompanhamento do aluno surdo; P2- Nenhum que eu saiba; P3- Como um psicólogo, capaz de compreender e ajudar; P4- Ajuda os alunos quando necessário em outras ocasiões; P5- Somente com atribuições de intérprete; P6- Acredito que seja só como intérprete.

Em conformidade com as falas dos respondentes, observa-se que as ILS desenvolvem as atividades de acordo com o previsto nos documentos norteadores para o desenvolvimento de suas atribuições, não havendo desvio de suas atividades. Nessa direção, percebemos na fala da P1 que existe o diálogo com a ILS em relação à aprendizagem do

estudante surdo, orientando-o quanto à escolha dos recursos mais apropriados à especificidade do estudante surdo para possibilitar que o ensino seja alcançado por ele.

A pesquisa considerou o período pandêmico em decorrência do vírus da Covid-19, ocorrido no ano de 2020 se estendendo a 2021 com altos índices de contágios, como um aspecto relevante para os resultados da pesquisa tendo em vista as alterações ocorridas no ambiente escolar. Nesse cenário, as instituições tiveram que se reorganizar, elaborando novas estratégias para desenvolver suas atividades. As escolas não ficaram alheias a essas condições, de acordo com as realidades particulares, deram continuidade às suas propostas educacionais por meio das aulas remotas de forma síncronas e assíncronas na perspectiva de atender as necessidades quanto ao processo de ensino, assim como a reconstrução da forma de ensinar, aprender e interagir entre os profissionais educacionais e estudantes. Partindo dessa realidade, entendendo a atuação do ILS necessária à participação do estudante surdo, perguntou-se aos intérpretes como as implicações das aulas remotas refletiram em suas práticas na mediação do ensino e dos diálogos entre o estudante surdo, professor e estudantes ouvintes, como exposto abaixo.

Quadro 16- Prática do ILS no formato das aulas síncronas e assíncronas.

4.16- Considerando o contexto pandêmico, ocasionado pelo COVID- 19, com as aulas de forma remota, de que forma essa condição refletiu em sua prática enquanto intérprete educacional de Libras	
ILS 1	Nesse período trabalhei mais em eventos e conferências online. O que posso contribuir para essa pergunta foi minha experiência como estagiária em uma escola do município. Percebi a sobrecarga sobre o intérprete pois os professores dessa escola não estavam ministrando aula, apenas enviava o material para os alunos estudarem. Nessa situação o intérprete fazia a interpretação de todo o material para a aluna surda. E esta aluna sempre se reportava ao intérprete para dirimir suas dúvidas, pois a aluna não tinha contato direto com o professor.
ILS 2	sim, dificuldade do aluno com as aulas remotas visto que ele está em processo ainda de alfabetização e na série avançada para o nível dele
ILS 3	Não foi possível realizar essa atuação pois aconteceram barreiras como a ausência de um mediador na família do surdo além de questões de conectividade.
ILS 4	Em uma atuação mais como um professor, pois no acompanhamento dos alunos as atividades remotas eram explicadas através de recursos como vídeos do YouTube para que o aluno tivesse uma compreensão do conteúdo. Porque tanto as atividades, quanto as aulas eram feitas de forma impressa.
ILS 5	Não sei por não atuar na escola
ILS 6	de mais horas de trabalho, estresse, gastos com equipamentos
ILS 7	Foi necessária uma adaptação das atividades de interpretação presencial para o virtual.

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Percebemos nessas respostas que nesse contexto de aulas remotas, os intérpretes ficaram sobrecarregados em virtude do quantitativo de atividades que os professores encaminhavam aos estudantes. Outro aspecto destacado foi referente à atuação da ILS 2 que assumiu o ensino dos estudantes, uma vez que os mesmos não tinham contato com o professor para realizar.

Foram muitos entraves identificados nesse período de aulas remotas como, as dificuldades dos estudantes em acompanhar os conteúdos, “ausência de um mediador na família do surdo”, “questões de conectividade”, “de mais horas de trabalho, estresse, gastos com equipamentos”, “Em uma atuação mais como um professor [...]”.

De acordo com os apontamentos dos intérpretes, no período pandêmico as suas atribuições ficaram mais extensas no que se refere ao atendimento do estudante surdo e suas necessidades educacionais. A pandemia externalizou as dificuldades já existentes quando ao suporte familiar nessa ação mediadora nas relações familiares, a carência do professor referente a aquisição da Libras, muito necessária no contexto do ensino remoto. Fica claro que só o ILS não é suficiente para haver aprendizado, posto que

[...] a atuação do TILS em sala de aula pode favorecer no andamento do processo, atuando de forma a colaborar com o aprendizado do aluno surdo. Somente a presença do intérprete educacional de Língua de Sinais não garante o acesso do aluno surdo aos conteúdos e à comunicação estabelecida no ambiente escolar, ele precisa estar envolvido de forma a colaborar e participar de forma positiva no processo de aprendizagem. (GIRKE, 2018, p. 56)

Nessa perspectiva, o ILS é um colaborador do processo de ensino e aprendizagem do estudante surdo. No entanto, a presença desse profissional por meio da mediação dos conteúdos não assegura que ele terá acesso aos conteúdos. Dessa forma, é importante que o professor trabalhe de forma colaborativa com o intérprete criando condições para a aprendizagem do estudante surdo, considerando a sua forma de aprender.

Em conformidade com as questões anteriores, perguntou-se aos intérpretes quais experiências eles poderiam destacar em relação às atividades realizadas no período do ensino remoto, importantes para consolidar o ensino do estudante surdo, ainda que por meio das aulas on-line. A seguir, no Quadro 17, as considerações dos ILS.

Quadro 17- Experiências durante o desenvolvimento da prática no período da pandemia.

4.17 Aspectos que podem ser destacados diante dessa experiência no contexto do ensino remoto	
ILS 1	Sobrecarga de trabalho sobre o intérprete educacional, papel do intérprete sendo confundido com o papel do professor.

ILS 2	o surdo é visual e sua língua também espacial e visual, o contexto remoto torna se difícil de trabalhar com ele visto que fica perdido com as informações e sem uma boa conexão de internet
ILS 3	Nossos alunos foram mais uma vez excluídos do sistema educacional. Não funciona para eles o ensino remoto. Eles necessitam das trocas com seus pares surdos, pois a família não consegue interagir pela dificuldade linguística.
ILS 4	Que o intérprete precisa ampliar as suas competências e capacidade de atuação, pois o contexto que ele se encontra pode mudar e o seu trabalho ficar deficiente e não atender a demanda.
ILS 5	Não atuo em sala
ILS 6	Desgastante, estressante
ILS 7	Desmotivação profunda dos estudantes surdos, falta de preparo e planejamento das atividades adaptadas aos estudantes surdos, falta de ferramentas tecnológicas que favoreçam os surdos.

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Os respondentes destacaram que a “*Sobrecarga*”, “*o contexto remoto torna se difícil de trabalhar com ele visto que fica perdido com as informações*”, “*Nossos alunos foram mais uma vez excluídos do sistema educacional*”, “*Desmotivação profunda dos estudantes surdos*”. Essas falas demonstram que os intérpretes ficaram sobrecarregados com as atividades realizadas nas aulas remotas, uma vez que os estudantes confundiam a sua atuação com a do professor em decorrência do distanciamento entre eles (professor e estudante surdo). Outro aspecto que contribuiu para o excesso de atividade do ILS na mediação do conhecimento foi o acesso do estudante ao conteúdo ministrado, assim ausência de um equipamento para possibilitar a participação nas aulas on-line e/ou desconhecimento da língua de sinais.

Diante desses percalços, o estudante ficou desestimulado, excluído do processo de aprendizagem, como constata ILS 3 quando afirmou que o ensino remoto não funcionou para esse público em decorrência da dificuldade linguística e o desconhecimento da família da comunicação por meio da Libras, o que inviabilizou a comunicação com o estudante. ILS 7 destacou que a falta de planejamento adaptado para contemplar as particularidades do estudante surdo, assim como a elaboração de ferramentas tecnológicas.

Nesse sentido, pesquisando sobre as considerações de uma Intérprete de Libras no Contexto Escolar, referindo-se sobre a comunicação com estudantes surdos extraescolar, a família, [...] a relação com a aluna surda em casa era muito difícil devido à falta de comunicação, usavam mímicas e gestos caseiros, mas não se configurava em uma comunicação clara e compreensível entre aluna surda e a família. (SCHEFER, 2018, p. 35)

Diante dessas considerações, perguntou-se aos intérpretes quais aspectos eles destacavam como pontos de fragilidades no desenvolvimento profissional no ambiente educacional. Percebe-se que esses elementos estão relacionados ao acesso ao planejamento do professor, o processo de aquisição da Libras pelo estudante surdo, interpretação simultânea, não ter acesso antecipadamente ao conteúdo ministrado pelo professor, como apresentado no quadro 18, a seguir.

Quadro 18- Dificuldades do intérprete no ambiente educacional.

4.18- Na prática, o que considera como aspectos que representam as suas fragilidades e/ou dificuldades em sala de aula	
ILS 1	Não ter acesso ao planejamento da aula do professor e materiais das disciplinas com antecedência.
ILS 2	trabalhar com interpretação sendo que o aluno está em processo de aquisição da língua de sinais, conduz a eu ter uma postura de TILS e tutora ao mesmo tempo
ILS 3	Preciso conhecer Libras profundamente em seus aspectos gramaticais e culturais.
ILS 4	Interpretação sinal-voz.
ILS 5	Não atuo em sala
ILS 6	Não ter domínio do conteúdo em que vou atuar
ILS 7	Conteúdos de ciências exatas e termos técnicos.

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

De acordo com as respostas acima, entende-se que o intérprete não tem acesso ao planejamento do professor acerca das atividades a serem realizadas em sala de aula em tempo hábil, o que inviabiliza a sua organização pessoal para escolher as estratégias para interpretar os conteúdos. Essa situação demonstra que a parceria entre professor e ILS em uma perspectiva colaborativa ainda não se efetivou. Em conformidade com essas pontuações sobre as dificuldades dos intérpretes em sua prática em sala de aula e a ação colaborativa entre professor e intérprete, Santos, (2018, p. 57) destaca da seguinte forma:

[...] algumas dificuldades são mais recorrentes, tais como falhas na “escolarização anterior dos surdos”; falta de preparo de “ordem didático-pedagógica por parte professor” e falta de “preparo prévio da aula”. Isso pode ser explicado por vários fatores, mas utilizaremos dois que podem ser considerados relevantes. Um desses fatores diz respeito à formação do professor que, muitas vezes, desconhece o estudante surdo, sua identidade, sua forma peculiar de se relacionar com o mundo à sua volta. Esse conhecimento contribuiria para um melhor preparo das aulas considerando a pedagogia visual, através de métodos e recursos que favorecessem a aprendizagem dos surdos e dos ouvintes. O segundo fator está relacionado ao primeiro: o intérprete pode ser o agente que contribui para os ajustes ou as mudanças necessárias aos aspectos didático-metodológicos. Contudo, na mesma tabela observa-se que não há preparação prévia das aulas, de onde depreende-se que não há planejamento conjunto do intérprete com o professor e nem do intérprete sozinho estudando o conteúdo e pensando em estratégias interpretativas [...].

Os aspectos apresentados pela pesquisadora acima, demonstram que esses elementos são atuais e precisam ser discutidos no desenvolvimento das práticas desses profissionais e em seus respectivos processos de formação continuada. A aquisição tardia da Libras pelo estudante surdo requer do intérprete estratégias diferenciadas para que a exposição do conteúdo tenha significado promovendo a aprendizagem do mesmo, como pontua IE2 “*trabalhar com interpretação sendo que o aluno está em processo de aquisição da língua de sinais, conduz a eu ter uma postura de TILS e tutora ao mesmo tempo*”. Santos (2018) nas considerações acima, explica que a falta de formação do professor e o desconhecimento das especificidades do estudante surdo e da surdez contribui a ausência de metodologias que atendam às necessidades educacionais dos estudantes surdos e ouvintes. A pesquisadora destaca que o IE pode contribuir para as mudanças e/ou ajustes aos aspectos didático-pedagógicos a partir do planejamento do professor e, conseqüentemente, da elaboração de suas estratégias interpretativas.

[...] Tais dificuldades e angústias fazem com que o papel das ILS vá além de interpretar, pois elas têm de buscar estratégias para adequar o conteúdo visando à aprendizagem dos alunos surdos. Por outro lado, nem sempre as melhores estratégias são escolhidas pelas professoras, pois, por vezes, estão implicados conhecimentos de questões relativas à surdez que lhes escapam, fazendo com que as atividades propostas sejam pouco adequadas aos alunos surdos e cabendo à intérprete indicar isso à professora, quando as relações estabelecidas entre elas assim o permitem, ou criar estratégias para facilitar seu trabalho de interpretação e, conseqüentemente, favorecer a aprendizagem deles [...]. (LACERDA, 2019, p. 79).

A afirmação da autora corrobora com o fato de que as dificuldades existentes em sala de aula, diretamente relacionadas ao fazer interpretativo do IE, fazem com que a atuação desse profissional ultrapasse as fronteiras da interpretação, o que contribui para a discussão referente à prática do intérprete para uma perspectiva técnica e pedagógica. Percebemos que o trabalho colaborativo entre professor e intérprete é importante para o ensino e aprendizagem do estudante surdo. Nesse sentido, quando o planejamento do professor não contemplar as especificidades do estudante surdo, o intérprete poderá fazer a intervenção indicando as estratégias que mais se adequam e poderão ocasionar situações de aprendizagem ao aprendente. A autora enfatiza ainda que essa condição só será possível se a relação entre esses dois profissionais for pautada no sistema colaborativo, caso contrário caberá ao IE elaborar estratégias que contribuam para o trabalho interpretativo.

A pergunta selecionada para finalizar o questionário recaiu sobre a formação do intérprete de Libras e qual aspecto é considerado como elemento essencial para atuação em sala de aula dentro desse processo, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 19- Elemento importante para atuação do intérprete em sala de aula.

4.19 Em seu processo de formação, o que destaca como elemento essencial para atuação em sala de aula	
ILS 1	A prática
ILS 2	fluência na língua de sinais e língua portuguesa e conhecer as técnicas de tradução e interpretação
ILS 3	Amar a educação de surdos
ILS 4	Formação continuada e interação com o sujeito surdo.
ILS 5	Não atuo em sala
ILS 6	Buscar formação sempre
ILS 7	Desenvolvimento da competência tradutória e linguística.

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Os intérpretes destacam que para atuação em sala de aula o essencial é estar em constante processo de formação e conectado com a comunidade surda para que por meio dessa interação seja estabelecida a relação. É importante que o profissional se torne fluente na língua de sinais. Outro elemento suscitado acima, corresponde ao amor à educação de surdos materializado pela intensificação dos estudos direcionados para inclusão e escolarização dos mesmos. Assim,

[...] defende-se que a formação de TILS contemple, entre tantos outros pontos, os aspectos discutidos até aqui: conhecimento aprofundado das línguas envolvidas nos processos tradutórios para além de seus aspectos linguísticos e/ou gramaticais, domínio de diversas formas de dizer em cada uma das línguas considerando a pluralidade de contextos e de sentidos possíveis, fidelidade aos sentidos e aos modos de enunciá-los em cada uma das línguas. Trata-se de aspectos que não serão facilmente construídos apenas pela atuação prática, necessitando de reflexão teórica e possibilidades de experiências que favoreçam que tais aspectos sejam apreendidos por aqueles que pretendem atuar como TILS [...]. (LACERDA, 2010. p. 148).

A formação continuada do ILS para atuação profissional é importante porque fortalece o conhecimento da Libras, sua estrutura, aplicabilidade dos sinais de acordo com o sentido de que o discurso está sendo construído a partir dos princípios éticos que envolve a fidelidade da ideia central do conteúdo abordado, imparcialidade, dentre outros aspectos necessários à interpretação. Em conformidade com esses apontamentos, os professores destacaram que o trabalho do intérprete em sala é importante e contribui para o ensino e aprendizagem do estudante surdo.

P1- Sem a ajuda da intérprete o aluno não se sentiria incluído. O trabalho conjunto do professor e do intérprete proporciona o envolvimento do aluno nas atividades e desenvolvimento de sua aprendizagem; P2- Consegue interagir de forma positiva. De grande valia pois nos ajuda de forma positiva na compreensão do aluno; P3- São importantíssimos.

O amor, dedicação e paciência; P4- Auxilia de maneira positiva. O compartilhamento de ideias entre o professor e o intérprete em prol da ajuda para os surdos; P5- É um mediador da comunicação. Metodologias de ensino; P6- Trabalho importante para o ensino dos alunos surdos. Metodologias de ensino, penso ser importante.

Nessa perspectiva, os professores destacaram que a presença do intérprete na sala de aula contribui para que a inclusão de estudantes surdos aconteça, sendo fortalecida pelas considerações do P4 quando diz que por meio da mediação do ILS é possível auxiliar os estudantes em seu processo de ensino e aprendizagem. Nessa direção, P3 ressaltou que o amor, a dedicação e a paciência são elementos necessários para o desenvolvimento da prática em sala de aula, embora estejam relacionados à subjetividade, a professora considera importante para atuação profissional.

Quando refletimos sobre o contexto educacional a partir de uma realidade inclusiva em que o estudante surdo está inserido faz-se necessário compreender a atuação do professor regente e do intérprete a partir de uma perspectiva colaborativa que oportunize e ressignifique o ensino, possibilitando condições reais de aprendizagem. À vista disso, entendemos que a comunicação é a chave que abre canais:

[...] A chave do bom andamento na sala de aula com os professores do ensino regular é a comunicação. Não subentendam que os professores estão cientes de sua função, geralmente eles não sabem. E a você cabe esclarecer, pois a presença do intérprete de língua de sinais no espaço educacional é algo novo em comparação com a maioria das profissões, principalmente a dos professores. Pois, em sala de aula, a presença de um professor é altamente comum e necessária, enquanto a presença de um profissional intérprete, diga-se de passagem, ainda é um “mistério” e um incômodo, muitas vezes. Por quê? Pela falta de conhecimento da função do intérprete, seja pelo professor ou por ele mesmo [...]. (AMPESAN, GUIMARÃES, LUCHI, 2013. P.36-37).

Nas concepções dos autores acima citados, a comunicação é a base que irá solidificar a parceria entre professor regente e ILS. Nessa perspectiva, eles chamam a atenção para o fato de que os professores podem desconhecer a função do intérprete, visto que não estão acostumados com a presença desse profissional em sala de aula. Quando essa situação for identificada, faz-se necessário promover momentos destinados às orientações sobre a prática do ILS referente à atuação em sala de aula e o trabalho colaborativo entre ambos, na tentativa de minimizar as barreiras existentes quanto ao desconhecimento e/ou estranhamento da presença desse profissional na sala de aula, de forma a não interferir em sua prática interpretativa e nem ocasionar prejuízos ao aprendizado do estudante surdo.

Finaliza-se esta seção destacando a importância da parceria entre o professor e ILS materializado por meio da comunicação e importância da elaboração das estratégias que representam situações reais de ensino e aprendizagem aos estudantes surdos. Dessa forma, a partir das fragilidades identificadas foram elaboradas sugestões de estratégias relativas à prática e o trabalho colaborativo com o professor referente ao planejamento das aulas e da importância do trabalho em parceria, em um E-book, o produto técnico, tecnológico da Dissertação.

4.3 As implicações da atuação do ILS e o ensino do estudante surdo na perspectiva da gestão - SEMED

A entrevista com J.T.S, técnica de acompanhamento da Superintendência da Área de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação - SAEE/SEMED, que atua na área da surdez, foi realizada de forma presencial in lócus seguindo o protocolo quanto ao uso de máscaras, distanciamento social, dentre outras orientações para evitar o contágio do coronavírus (COVID-19) de acordo com a Organização Mundial da Saúde. J.T.S é mestre em Educação, intérprete com graduação em Letras/Libras e graduada em Pedagogia com habilitação em Administração Escolar, dentre outras especializações. Suas atribuições como técnica de acompanhamento estão relacionadas ao acompanhamento, orientação e formação dos ILS, professores, gestores e estudantes surdos.

Inicialmente, perguntamos o quantitativo de escolas que têm estudantes surdos matriculados e percentual de intérpretes inseridos na rede municipal de São Luís no contexto da sala de aula, como a seguir.

Quadro 2- Escolas da rede municipal que têm intérprete de Libras no contexto da sala de aula

Escola	Quant. de intérpretes	Turno
UEB. Antônio Vieira	6 intérpretes	Vespertino
UEB. Duque de Caxias	3 intérpretes	Vespertino
UEB. Dra. Maria Alice Coutinho	4 intérpretes	Matutino
UEB. Gomes de Sousa	1 intérpretes	Vespertino
Escola Municipal Bilíngue	2 intérpretes	Matutino
SEMED	2 intérpretes	1- Matutino 1- Vespertino

Fonte: Dados da pesquisa 2021.

Na rede municipal de São Luís têm 6 (seis) escolas com estudantes surdos matriculados e, conseqüentemente, os intérpretes que possibilitam o acesso ao conhecimento, correspondendo a um quantitativo de 18 (dezoito) IE. A partir dessas informações, foi possível ter o acesso à identificação dos intérpretes que atuam no contexto escolar, seus

respectivos endereços eletrônicos e contatos telefônicos para o diálogo e encaminhamento do questionário para compreender as implicações da prática do intérprete e suas contribuições para o ensino e aprendizagem do estudante surdo.

O questionamento seguinte foi pautado no processo de formação do intérprete de língua de sinais para atuação no contexto educacional, uma vez que o ambiente escolar se diferencia dos outros seguimentos quanto à finalidade da escola. Sob essa perspectiva, a pergunta foi referente ao processo de formação de intérprete para atuação em escola, se para atuação em sala de aula existe uma formação específica direcionada para a prática em sala de aula. A entrevistada pontuou que um dos pré-requisitos para ser intérprete na rede municipal é ter um curso de graduação em licenciatura, como podemos observar

“No primeiro concurso foi exigido o certificado do Prolibras e isso limitou a possibilidade de muita gente fazer o concurso, esse foi o primeiro no Maranhão, então só participou quem tinha o Prolibras. E no segundo Concurso teve uma prova prática de Libras, além do certificado do curso básico de libras então o pré-requisito para ser intérprete de Libras é essa formação na área da licenciatura para que ele compreenda as metodologias de ensino, didática, como funciona a gestão de sala de aula, escola, o processo de ensino e aprendizagem porque o intérprete está inserido no meio, ele precisa compreender o que é um planejamento, um objetivo de uma aula, o conteúdo, ter todo conhecimento específico” (Técnica de acompanhamento).

Para atuar no ambiente escolar, como observamos acima, é preciso conhecer as práticas pedagógicas e a dinâmica da sala de aula que perpassa o conhecimento, a área de atuação do intérprete, sem desconsiderar a importância da competência linguística e competência tradutória, mas atrelado a esses aspectos, o ILS precisa conhecer a especificidade da área que é o processo de ensino e aprendizagem.

Um aspecto fundamental a ser considerado na atuação do IE em sala de aula é o seu nível educacional. O profissional precisa ter conhecimentos específicos para que sua interpretação seja compatível com o grau de exigência e possibilidades dos alunos que está atendendo. Atuar na educação infantil, no ensino fundamental, médio e/ou superior requer modos de interpretação, intervenção e conhecimentos bastante distintos. (LACERDA, 2019, p. 39).

Para autora citada acima, o nível educacional do ILS contribui significativamente para a sua atuação em sala de aula, isso porque possibilita inicialmente o conhecimento da realidade vivenciada no ambiente escolar que inclui planejamento, metodologia, os objetivos

do ensino e aprendizagem e, posteriormente, o habilita para desenvolver sua prática com segurança e eficácia tanto na educação básica quanto no ensino superior.

Nessa perspectiva, Girke (2018) em pesquisa realizada sobre a atuação e papéis do intérprete educacional de Língua de Sinais, pontuou que muitos dos intérpretes que estão desenvolvendo sua prática no contexto educacional têm a formação inicial em licenciatura, o que direciona para a prática pedagógica e atualização do currículo, demonstrado por meio do aperfeiçoamento em especialização e cursos de formação continuada e extensão.

Em conformidade com a questão anterior referente à prática do ILS, perguntamos de que forma a SEMED orienta o ILS para sua atuação no contexto educacional. A entrevistada relatou que a orientação acontece por meio dos acompanhamentos nas escolas durante o exercício da atividade profissional.

“No dia a dia, nas formações também acontecem as orientações para o desenvolvimento da prática. Uma dificuldade nesse contexto, enquanto equipe, é justamente relacionada à formação do intérprete. Na rede municipal é previsto que determinadas horas semanais sejam destinadas para o estudo, pesquisas, planejamento do conteúdo de sala de aula e formação. Mas o intérprete é uma dificuldade, é muito difícil reunir intérpretes. Isso porque durante a semana todos estão ocupados em sala de aula, enquanto equipe técnica, temos que pensar, ou tira de sala de aula ou faz a formação aos sábados, ou à noite. Nas formações trabalhamos esses conceitos, como deve ser a atuação em sala de aula. Nesse contexto, tem os que reafirmam que em sala de aula só interpretam, outros levam para outros extremos dizendo que são professores e nesse cenário a categoria tem que encontrar o equilíbrio para atuação profissional”. (Técnica de acompanhamento).

A formação continuada é importante para o desenvolvimento profissional, uma vez que ela possibilita olhar para a prática e a partir dessa análise fazer as adequações necessárias. Percebe-se na fala da entrevistada que a formação para o ILS tem a finalidade de orientação para o cotidiano, a prática na sala de aula. No entanto, há um entrave nessa ação, as atribuições do intérprete e a demanda profissional que inviabiliza a formação coletiva desse profissional. De acordo com a técnica de acompanhamento, é na formação que dialogam e orientam o ILS sobre a prática educacional e como deve ser a atuação nesse contexto, se corresponderá a uma atuação técnica ou se perpassa esse conceito. Em conformidade com essas considerações, nos estudos realizado por Santos (2018) sobre o perfil profissional e formativo dos intérpretes educacionais de Libras-Português que atuam no Ensino Fundamental em São Luís- MA,

[...] Independente da participação ou não em formação continuada, os profissionais da tradução e da interpretação que atuam no Ensino Fundamental de São Luís - MA têm carga horária semanal reduzidos do seu tempo de trabalho em sala de aula (remunerados) para dedicar aos estudos, aprofundamentos e preparação da atuação interpretativa [...] Dentre os respondentes, aproximadamente a metade deles (49%) dedica de três a cinco horas semanais ao aperfeiçoamento profissional e/ou preparação da interpretação; 19% dedicam menos de duas horas; 16% entre seis e oito; e 16% mais de nove horas. Os dados sobre a formação dos intérpretes educacionais em atuação no Ensino Fundamental de São Luís participantes da pesquisa demonstram de modo geral, que possuem formação superior em diferentes áreas, inclusive, 1/3 possui Letras Libras Bacharelado. Vários intérpretes também têm mestrado e/ou especialização. Vimos que uma parcela significativa não participa regularmente de formação continuada, e outros ainda dedicam parte de sua carga horária semanal extraclasse aos estudos e preparação da interpretação. (SANTOS, 2018, p. 48-49).

Nos estudos de Santos (2018), percebe-se o nível de formação dos ILS que atuam na rede municipal de São Luís, em ensino superior, mestrado e especializações o que representa um fator importante quanto ao compromisso com a profissão e a prática profissional. Em relação ao dia dedicado para o planejamento das ações a partir das observações na prática em sala de aula, um quantitativo significativo, 49% dos intérpretes, dedicam de 3 a 5 horas semanais para o planejamento. A pergunta seguinte foi referente às dificuldades que o intérprete relata em sua prática educacional, como resposta temos a seguinte informação:

Os intérpretes sempre relatam as dificuldades, dentre elas estão as famílias que não sabem a língua de sinais. O que se pressupõe na atuação do intérprete é que ele irá trabalhar com uma pessoa que conhece a língua de sinais, essa é uma barreira, o nível linguístico da língua de sinais que o estudante surdo tem, é uma lacuna que a gente consegue suprir com a escola bilíngue. Tem o suporte da sala de recurso e o intérprete precisa ter essa habilidade, sensibilidade para fazer a adequação do conteúdo para alcançar o estudante, por isso ele precisa entender de planejamento. E esse processo deve ser articulado e em parceria com o professor para oportunizar o estudante com os objetivos propostos para a aula de acordo com suas especificidades. É importante compreendermos que os intérpretes que atuam na educação básica todos são professores intérpretes até mesmo pelo contexto educacional em que estão inseridos. (Técnica de acompanhamento).

A escola bilíngue (língua de sinais e português) tem um trabalho diferente: os estudantes são matriculados ainda na educação infantil e a partir daí elas são alfabetizadas na língua de sinais concomitantemente. Tendo as duas línguas consolidadas os demais conteúdos e componentes curriculares são trabalhados de forma satisfatória. De acordo com o acompanhamento do estudante, caso seja identificado algum aspecto que precisa ser

potencializado, o estudante é matriculado no contraturno para realizar as atividades suplementares na sala de recurso. A entrevistada apresenta aspectos importantes que interferem diretamente na prática do ILS, dentre eles o nível linguístico do estudante que constitui uma barreira para o processo de ensino e aprendizagem do mesmo, dentre outros aspectos. Para possibilitar a visualização das categorias abordadas por meio da entrevista com a técnica de acompanhamento, as falas foram organizadas no quadro, como observamos a seguir:

Quadro: 3- Entrevista com a Técnica de acompanhamento dos IE/SEMED

<p>As dificuldades que o intérprete relata em sua prática educacional</p>	<p><i>Os intérpretes sempre relatam as dificuldades, dentre elas estão as famílias que não sabem a língua de sinais. O que se pressupõe na atuação do intérprete é que ele irá trabalhar com uma pessoa que conhece a língua de sinais, essa é uma barreira, o nível linguístico da língua de sinais que o estudante surdo tem, é uma lacuna que a gente consegue suprir com a escola bilíngue. Tem o suporte da sala de recurso e o intérprete precisa ter essa habilidade, sensibilidade para fazer a adequação do conteúdo para alcançar o estudante, por isso ele precisa entender de planejamento. E esse processo deve ser articulado e em parceria com o professor para oportunizar o estudante com os objetivos propostos para a aula de acordo com suas especificidades. É importante compreendermos que os intérpretes que atuam na educação básica todos são professores intérpretes até mesmo pelo contexto educacional em que estão inseridos. (Técnica de acompanhamento).</i></p>
<p>As dificuldades que o intérprete relata em sua prática educacional no período da pandemia</p>	<p><i>“A comunicação no período da pandemia foi outra dificuldade porque o nosso público é assim, em uma família, o pai tem o celular e quando vai para o serviço, ele leva o aparelho. Passa o dia todo no serviço, quando chega em casa à noite ele não quer ser incomodado, talvez quer olhar outra coisa, às vezes ele não cede. Então o que acontece, nós só vamos ter acesso a esse estudante surdo no sábado, isso porque o estudante vai pegar a aula que são colocadas no grupo de WhatsApp aos finais de semana. Nós temos uma situação dessa, em que a intérprete se comunica com o estudante surdo no sábado, dia em que o pai está em casa e o filho pode ter acesso ao celular”.</i> (Técnica de acompanhamento).</p> <p><i>“Para ter acesso às atividades a família do estudante se desloca para outro local que tem o sinal da internet e faz o download e retorna para casa com as atividades para o estudante possa respondê-las. Como que a gente trabalha com esse estudante? Tem as atividades que a família recebe na escola. Já tentamos trabalhar pelo Meet, não deu certo, então temos a seguinte situação, às vezes a intérprete liga, e nem pode ser ligação via WhatsApp, para o celular da família para poder ter acesso ao estudante surdo. Agenda o dia no local que tem internet para conversar com ele. O período de pandemia para quem tem deficiência, parece assim que o abismo da exclusão aumentou. Para os nossos estudantes da rede pública, esse abismo aumentou, embora os profissionais tenham se desdobrado, inclusive adquirindo ansiedade por conta disso, porque às vezes ele se cobra para realizar um trabalho, se planeja, se organiza, faz aquisição de materiais. Esse é um outro lado, tem o lado do estudante em que alguns ficam extremamente desanimados e para isso tem a busca ativa para tentarmos alcançar os estudantes desanimados e tem o lado dos profissionais também”. (Técnica de acompanhamento).</i></p>

<p>Situação socioeconômica do estudante surdo</p>	<p><i>Dificuldade: a extrema pobreza, as famílias em sua maioria sobrevivem do BPC que a criança recebe. Em uma sala de aula que tem três alunos surdos matriculados, dificilmente você os encontra no mesmo nível linguístico, no mesmo perfil, por isso o intérprete desenvolverá seu trabalho tentando suprir a necessidade de cada um. No período pandêmico, o intérprete teve que desdobrar um pouco mais para poder fazer os atendimentos e tem adquirido atribuições que naturalmente não são deles, por exemplo: produção de material, não é uma atribuição do intérprete, mas ele tem feito esse tipo de trabalho. Dispôs de seus recursos como internet, celular, computador, tudo isso para alcançar o estudante surdo. (J.T.S, 2021). (Técnica de acompanhamento).</i></p>
<p>Competências necessárias para o intérprete de Libras que está inserido no contexto escolar</p>	<p><i>Vai depender do intérprete. A gente tem um conceito do que é intérprete de língua de sinais e um outro conceito do que é intérprete de língua de sinais educacional. Ainda tem um terceiro conceito quando temos o intérprete educacional da Educação Básica, cada um desses vai ter um papel e atribuições diferentes. O intérprete que atua na Educação Básica anos iniciais, que é o caso da U.E.B Maria Alice Coutinho no matutino e anos finais, o estudante surdo ainda está desenvolvendo a sua autonomia no estudo. Ele ainda precisa, quando está bem no início de sua escolarização, que o intérprete ou o professor o auxilie nas rotinas de atividades. E a gente pode falar assim: mas para o estudante surdo professor e intérprete se confundem. (Técnica de acompanhamento).</i></p> <p><i>O próprio intérprete nos anos iniciais e nos anos finais tem que ter uma atuação bem próxima do estudante porque tem que orientar sobre muitas coisas: a cultura surda, a forma de ser do surdo, a sua dificuldade linguística, na verdade não é a dificuldade dele, mas a dificuldade do ambiente em trazer informações para ele, por exemplo: os condicionantes sociais, sabemos como se comportar em cada ambiente, a gente sabe como chegar na escola, como deve sentar, que horas a gente vai levantar, pedir licença para a professora para sair da sala, que eu tenho que evitar dizer alguma palavras de forma direta às pessoas, ter esse cuidado. Alguns surdos não têm isso, por quê? Eles são mal educados? Não, por causa da dificuldade na comunicação. Em casa não receberam essas informações, às vezes na escola quem tem a responsabilidade de passar todas essas informações é o intérprete, então ele precisa ter uma atuação bem próxima do surdo e bem próxima do professor. (Técnica de acompanhamento).</i></p> <p><i>Então eu penso que a maior dificuldade do intérprete é compreender esse seu papel na sala de aula. Uns entendem porque é professor intérprete, o cargo na rede municipal e estadual também não nos impede de ensinar, educar, pelo contrário o intérprete tem essa permissão, essa licença. Só que alguns dizem: eu sou apenas o intérprete e se eximem de fazer algumas coisas que podem contribuir para esse processo educacional de surdo. Eu sou só intérprete, o professor fala e eu</i></p>

	<p><i>interpreto para a língua de sinais e pronto, como se não tivesse outro compromisso além desse com o surdo. E a gente trazer essa consciência para o intérprete, acredito que é algo com uma relativa dificuldade de que se compreenda isso, nos anos iniciais o intérprete está junto com o professor, planejando, orientando o professor, pensando com ele de que forma poderá trabalhar o conteúdo para alcançar o estudante surdo. (Técnica de acompanhamento).</i></p>
<p>A função do intérprete é técnica ou pedagógica</p>	<p><i>Eu volto lá no momento da contratação, o que diz o edital? O intérprete está para mediar as relações em sala de aula. Quando o edital coloca as competências, o que ele tem que fazer, as atribuições dele e isso vai mudando conforme a necessidade da rede, então os nossos editais de concurso jamais previram uma pandemia, há tem que atuar a distância, tem que fazer reuniões, formações, aula pelo Meet, saber trabalhar com as tecnologias. Os intérpretes ficaram assustados em ter que filmar e enviar esse material aos pais, porque a família, a sala de aula globalizou, então o intérprete se filma e envia aos pais do estudante e nessa configuração o profissional está exposto ao mundo. Foram muitos desafios que a pandemia colocou para a gente com novas atribuições e novas preocupações. (Técnica de acompanhamento).</i></p>
<p>Orientação em relação do interprete educacional em sala de aula com os professores referente ao planejamento, metodologia dentre outros</p>	<p><i>Fazemos esse momento de acompanhamento, vamos até a escola. Nesse período que eles não estão diretamente na escola, de forma presencial, fazemos reuniões mensais, trimestrais, dependendo da demanda fazemos às vezes com todos. Quando queremos entender o perfil de cada escola no início do ano, fazemos de forma individual, por escola para ver como eles estão organizados, como é a metodologia que a escola adotou para aquele ano de trabalho, como a equipe técnica pode contribuir e quais são as dificuldades que eles estão enfrentando. Quando fornecem essas informações, a equipe de acompanhamento delinea as estratégias para auxiliá-los nesse processo. (Técnica de acompanhamento).</i></p>
<p>Parceria entre professor e ILS</p>	<p><i>É um ponto que temos muita dificuldade que começa lá na gestão, coordenação e professor. O professor planeja, mas o intérprete dificilmente tem acesso a esse planejamento. Às vezes, quando ele tem acesso, ou ainda, por trabalhar muito de forma intuitiva, o intérprete não busca ter o acesso ao planejamento do professor. Ele vê o conteúdo e ele mesmo se organiza. No presencial conseguimos inserir o intérprete no planejamento do professor, acompanhando as estratégias. No ensino remoto é uma dificuldade para o intérprete ter acesso ao planejamento. A orientação que fazemos é para que os professores façam resumos dos conteúdos que serão trabalhados para que os</i></p>

	<p><i>intérpretes tenham acesso. Nesse sentido, temos conseguido avanços significativos. E reconhecemos que as atribuições do professor cresceram, multiplicaram, muitas coisas, principalmente na pandemia se tornaram mais complexas do que já era. Dialogamos muito com o coordenador pedagógico para que o planejamento chegue até o intérprete para que ele possa se organizar. (Técnica de acompanhamento).</i></p>
<p>Como a SEMED faz o acompanhamento da prática do intérprete de libras?</p>	<p><i>Não é possível fazer o acompanhamento diário, em decorrência de outras atribuições: formações de professor, formação de intérprete, quando as escolas notificam que matriculou um estudante surdo, então a equipe técnica vai apelar, faz avaliação do aluno, orienta o professor enfim várias atribuições, mais fazemos esse acompanhamento com eles, às vezes semanal, quinzenal. Estamos sempre à disposição com intérpretes, com a gestão da escola, porque a inclusão perpassa pela gestão, pela SEMED. Inclusive a família é um segmento que gosto muito de trabalhar, nos ajuda muito se a gente tiver essa parceria, é um segmento que é pouco assistido, focamos muito no estudante e esquecemos da família, enfim procuramos envolver todos.</i></p> <p><i>Constantemente estamos na escola, conversando com gestores com a coordenação vendo quais são as dificuldades, às vezes é uma situação que o intérprete sinaliza. A Equipe técnica vai promovendo o diálogo entre os segmentos da escola para que todos possam trabalhar juntos, articulados em prol do estudante surdo. (Técnica de acompanhamento).</i></p>
<p>A SEMED realiza momentos de escuta com os intérpretes educacionais de Libras sobre a sua prática em sala de aula? De que forma acontece?</p>	<p><i>No final do ano de 2021, para fechar o ano letivo, fizemos um encontro, uma reunião. E foi um momento muito interessante, eu não tinha ideia. Geralmente conversava/orientava com os intérpretes no WhatsApp privado e tínhamos feito reuniões na escola. E nessas ocasiões, a pauta em si era muito focada no estudante surdo. Nesse encontro a proposta era para falar, analisar o trabalho e a prática do intérprete. Como estratégia levei um desenho de um tronco de árvore e o desenho de folhas nas cores verde e amarela. Os intérpretes tinham que escrever na folha amarela como foi em 2021, o que teve de ruim e que eles não ficaram satisfeitos. E na folha verde o que eles gostaram e que foi positivo no referido ano. Foi um encontro muito bom e eu jamais imaginaria que essa dinâmica fosse ser tão marcante. Foi um momento de escuta em que cada um pode dizer o que foi angustiante nesse processo. Teve intérprete que desenvolveu depressão, outro expressou que teve crise de ansiedade dentre outros depoimentos emocionantes. Assim, cada um isolado fica muito centrado nas dificuldades do estudante e seu processo de aprendizagem. A equipe técnica, os intérpretes, enquanto equipe estávamos sem se encontrar de forma presencial, então esse momento foi de perceber que psicologicamente, emocionalmente eles não estavam bem. (Técnica de acompanhamento).</i></p>

<p>Considerando o contexto pandêmico, ocasionado pelo COVID- 19, essa situação refletiu na prática da intérprete educacional de Libras?</p>	<p><i>O professor ministrava aulas no grupo de WhatsApp ou no Google Meet. As aulas via Google Meet, o professor disponibiliza o link e o intérprete acompanhava fazendo a mediação, interpretando para o estudante surdo, acompanhando diretamente o professor e o estudante surdo</i></p> <p><i>A maioria dos estudantes surdos só têm o celular com internet dos pais, outros realizavam as atividades a noite quando os pais chegavam de suas atividades laborais. Alguns tinham acesso à tarde, à noite, no matutino, os pais sabem dos horários das aulas então prioriza os filhos. Cada escola trabalhou várias metodologias para poder alcançar o estudante surdo, como grupo de WhatsApp em que foram disponibilizados vídeos, textos dentre outros materiais, atividades, aulas etc. A metodologia utilizada pelo intérprete funciona da seguinte forma: o intérprete combina com o estudante surdo um horário para fazer vídeo chamada, já de posse com os materiais, aula do professor, assim como o estudante surdo. Nesse contexto, o intérprete pode pesquisar vídeos interpretados ou desenvolver materiais e trabalhar com eles, fazer a leitura das atividades, tirar dúvidas e o estudante surdo vai responder a atividade. (Técnica de acompanhamento).</i></p>
<p>Na perspectiva da SEMED, qual (is) aspectos podem ser destacados diante dessa experiência no contexto do ensino remoto?</p>	<p><i>Tem intérprete que questiona, eu estou dando aula. Isso porque as aulas não são síncronas como acontece no Meet que tem a interpretação simultânea. O professor compartilha o texto no grupo de WhatsApp e o intérprete tem que pegar e fazer a tradução daquele texto para o estudante surdo, muitas vezes o ele tem que pesquisar materiais e se antes o intérprete já estudava, agora tem que estudar mais ainda para alcançar o estudante. (Técnica de acompanhamento).</i></p>
<p>Na prática do intérprete educacional, o que você considera como aspectos que representam as fragilidades e/ou dificuldades em sala de aula?</p>	<p><i>Percebendo historicamente o intérprete, muita coisa tem mudado na educação, principalmente com a pandemia, exigindo novas habilidades, novas competências, novas não, mas competências que antes não dávamos muita atenção, então agora foram necessárias. Há quinze anos atrás, quando precisávamos de um intérprete saímos perguntando se alguém conhecia algum e indicávamos para atuar nas escolas, ou fazíamos o curso de Libras para professores e comunidade para que fosse possível selecionar o professor que se destacasse para trabalhar como professor de surdo e intérprete. Hoje não é mais assim, a seleção é pelo concurso, os intérpretes têm um processo formativo bom, tem intérprete que é mestre, outros no processo de mestrado. O processo de formação está bem atualizado e por isso, às vezes eles têm um posicionamento rígido referente às práticas em sala de aula. Já avançamos muito quanto ao processo de formação e profissionalização. (Técnica de acompanhamento).</i></p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

As dificuldades que a técnica da SEMED relatou sobre o trabalho dos intérpretes em sua prática educacional, foi ainda mais acentuada no período da pandemia, de acordo com a entrevistada foi referente à comunicação, ao acesso às atividades, à aquisição da Libras pelo estudante surdo e suas respectivas famílias, o que deixa fragilizado o processo educacional. Nesse sentido, a escola bilíngue municipal tem essa finalidade na escolarização e ensino da Libras, tanto para o estudante quanto para a sua família.

Outro aspecto que ganhou destaque nessa realidade do ensino remoto foi as dificuldades para realizar o atendimento e/ou acompanhamento dos estudantes surdos nesse período como expressou a técnica de acompanhamento, expressando que “[...] para os nossos estudantes da rede pública, esse abismo aumentou, embora os profissionais tenham se desdobrado, inclusive adquirindo ansiedade por conta disso, porque às vezes ele se cobra para realizar um trabalho, se planeja, se organiza, faz aquisição de materiais.” Assim, entendendo o contexto das desigualdades que já existiam e ganharam visibilidade no período pandêmico cujo reflexo adentrou, assim como os demais espaços sociais, o contexto educacional, percebe-se que os estudantes que são público alvo da Educação Especial e Inclusiva

[...] Têm sido vítimas de outra forma de dominação, além do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado: o capacitismo. Trata-se da forma como a sociedade os discrimina, não lhes reconhecendo as suas necessidades especiais, não lhes facilitando acesso à mobilidade e às condições que lhes permitiriam desfrutar da sociedade como qualquer outra pessoa. De algum modo, as limitações que a sociedade lhes impõe fazem com que se sintam a viver em quarentena permanente. Como viverão a nova quarentena, sobretudo quando dependem de quem tem de violar a quarentena para lhes prestar alguma ajuda? [...] (SANTOS, 2020, p. 20)

O autor citado acima, pontua que as pessoas que tem algum tipo de deficiência, antes do momento pandêmico, já enfrentava barreiras em seu processo de inclusão na sociedade, dentre esses aspectos históricos como o capitalismo, colonialismo e do patriarcado.

Atualmente tem-se o capacitismo como uma forma de limitar as pessoas com deficiência, uma vez que se olha mais para as limitações do que para as potencialidades. Santos (2020) em seu estudo diz que a sociedade, por meio da inclusão que as vezes constitui apenas na inserção da pessoa com deficiência sem que sejam ofertadas as condições necessárias para a sua permanência nos diversos setores, representa as limitações atitudinais fazendo com que elas vivam em constante estado de quarentena. Desse modo, com as condições que foram impostas pela COVID-19 essa situação ficou mais acentuada e contribuiu significativamente para que convivessem com uma nova quarentena além da que vivenciavam anteriormente.

Outro aspecto que ganhou destaque na fala da entrevistada, foi quanto à atuação do intérprete na sala de aula e sua relação entre o ensino e a interpretação. A técnica ressaltou que nesse contexto o ILS atua como professor intérprete, uma vez que ele está inserido na sala de aula e tem formação em licenciatura, embora não seja o responsável pela sala de aula e pelos estudantes, mas sua atuação não pode ser alheia ao ensino. A situação socioeconômica das famílias são fatores que inviabilizaram a prática do ILS, visto que muitas sobrevivem com o Benefício de Prestação Continuada - BPC que o estudante recebe. As desigualdades entre as classes sociais ficaram expostas e isso impactou no processo de ensino e aprendizagem, já que o estudante ficou impossibilitado de participar das aulas por não ter os instrumentos necessários, como dispositivo e/ou acesso à internet para tal finalidade.

Outra categoria elencada para compor o rol de perguntas foi na perspectiva de entendermos as competências necessárias para o intérprete de Libras que está inserido no contexto escolar, tendo em vista que sua prática, como vem sendo apresentada no decorrer deste estudo, se diferencia da atuação desse profissional em outros espaços. Sendo assim, investigamos quais são as competências necessárias para o intérprete de Libras que está inserido no contexto escolar. As considerações da mesma foram: “[...] *vai depender do intérprete. A gente tem um conceito do que é intérprete de língua de sinais e um outro conceito do que é intérprete de língua de sinais educacional. Ainda tem um terceiro conceito quando temos o intérprete educacional da Educação Básica, cada um desses vai ter um papel e atribuições diferentes[...]*” (*Técnica de acompanhamento*).

O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. No entanto, as competências e responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas. Há vários problemas de ordem ética que acabam surgindo em função do tipo de intermediação que acaba acontecendo em sala de aula. Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor [...] vale ressaltar que se o intérprete está atuando na educação infantil ou fundamental, mais difícil torna-se a sua tarefa. As crianças mais novas têm mais dificuldades em entender que aquele que está passando a informação é apenas um intérprete, é apenas aquele que está intermediando a relação entre o professor e ela. (QUADROS, 2004, p. 60)

A autora chama atenção em seu estudo para a importância do perfil para a pessoa que pretende atuar como ILS, uma vez que irá mediar as relações entre os atores inseridos nesse contexto, professores e estudantes surdos e ouvintes. Nesse sentido, as observações da referida autora direcionam para a complexidade da atuação do intérprete na sala de aula e a dificuldade em definir as ações de uma forma estática, sem considerar a diversidade desse ambiente e as questões éticas direcionadas para a prática profissional.

Quando o intérprete atua na educação infantil é muito provável que o estudante não compreenda a presença do professor e do intérprete e o que corresponde a cada um, até mesmo o nível de maturidade dos estudantes. Isto devido ao distanciamento entre o professor regente ser ouvinte e não utilizar a Libras para se comunicar com o estudante e ter essa proximidade com o intérprete, visto que tem em comum com esse profissional a língua pela qual estabelece a comunicação. Sendo assim, é importante compreender que nesse cenário educativo,

O IE tem uma tarefa importante no espaço escolar, e seu papel e modos de atuação merecem ser mais bem compreendidos e refletidos. A inclusão do intérprete não soluciona todos os problemas educacionais dos surdos, sendo necessário pensar a educação inclusiva em qualquer grau de ensino de maneira ampla e consequente. (LACERDA, 2019, p. 38)

Diante dessa complexidade que envolve o processo de ensino e aprendizagem e sua organização que contém as metodologias, planejamento, delineamento dos objetivos para que o estudante alcance as habilidades nas áreas propostas pelo professor e compreendendo a importância da competência linguística, técnica, pedagógica na prática do IE sendo ele o colaborador desse processo e também considerado como um professor intérprete, perguntamos à entrevistada quais dificuldades que são identificadas referente à prática desse profissional na sala de aula. As considerações da entrevistada foram:

“[...] eu penso que a maior dificuldade do intérprete é compreender esse seu papel na sala de aula. Uns entendem porque é professor intérprete, o cargo na rede municipal e estadual também não nos impede de ensinar, educar, pelo contrário o intérprete tem essa permissão, essa licença. Só que alguns dizem: eu sou apenas o intérprete e se eximem de fazer algumas coisas que podem contribuir para esse processo educacional de surdo. [...]” (Técnica de acompanhamento).

Essa é uma discussão muito presente nas literaturas que versam sobre a prática do intérprete de Libras no contexto escolar, de acordo com a perspectiva de cada pesquisador. Nas considerações da entrevistada, o ILS é considerado como um professor/intérprete, uma vez que tem a formação inicial direcionado para a licenciatura o que habilita para o ensino, assim como para o entendimento do processo de ensino e aprendizagem.

Isso permite que ele tenha ciência de que sua atribuição não convém assumir o lugar do professor, mas colaborar com ele na organização do planejamento das estratégias específicas para o estudante surdo e que a sua prática inclusiva não o distancia dessa finalidade. Entretanto, para Ampessan, Guimarães e Luchi (2013, p, 26) pontuam que na

perspectiva da escola no que se refere ao ILS, percebe-se que “[...] há dificuldade em a escola aceitar que ali haja profissionais sem função pedagógica. Entretanto, os intérpretes de LIBRAS não possuem essa função, pois não preparam aulas, não dão nota aos alunos surdos nem aos demais, pois essas atividades são relacionadas ao ensino”. Nesse sentido, Lacerda (2019, p. 40), pontua que

[...] alguns autores trazem ainda a figura do professor/intérprete, função que se desenvolveu em algumas localidades do Brasil em função da necessidade da presença de ILS no ensino fundamental. Uma vez que esse profissional não existia na rede de ensino, professores que dominavam a língua de sinais foram convidados a ocupar o papel de intérpretes, constituindo-se como professor/intérprete.

Essa realidade apresentada pela autora citada acima, também ocorreu em São Luís, quando não havia concurso para contratação do intérprete para atuar nas escolas da rede pública. Para suprir a carência desse profissional e garantir o acesso do estudante surdo aos conteúdos ministrados, a SEMED ofertava cursos de LIBRAS à professores e para a comunidade. Assim era possível selecionar os educadores já inseridos na rede municipal para atuar como intérprete de Libras, como nos informou a entrevistada: *“Há quinze anos atrás, quando precisávamos de um intérprete saímos perguntando se alguém conhecia algum e indicávamos para atuar nas escolas, ou fazíamos o curso de Libras para professores e comunidade para que fosse possível selecionar o professor que se destacasse para trabalhar como professor de surdo e intérprete. Hoje não é mais assim, a seleção é pelo concurso, os intérpretes têm um processo formativo bom, tem intérprete que é mestre, outros estão no processo de mestrado”* (Técnica de acompanhamento).

Quando fazemos esse questionamento à entrevistada sobre a atuação do IE, a pretensão era compreender se esse profissional no contexto escolar é considerado um professor intérprete que corrobora com o professor regente no processo de ensino e aprendizagem do estudante surdo ou se era considerado como o mediador que seguindo as orientações da legislação, conselho de ética, assim como a literatura que defende uma atuação apenas técnica sem que tenha alguma interferência no processo educacional. O que observamos na fala da técnica de acompanhamento que representa o posicionamento da SEMED é que na rede municipal o intérprete é contratado como um professor intérprete o que divide a opinião dos próprios ILS referente à atuação em sala de aula, visto que há aqueles que defendem uma atuação técnica e outros intérpretes que assumem essa atribuição de ensino para favorecer o entendimento do estudante.

Nessa configuração de sala de aula na qual há dois atores presentes no processo de ensino e aprendizagem, tendo como fundamento a importância do trabalho colaborativo para que as ações da escola inclusiva seja uma realidade que oportuniza a aprendizagem do estudante surdo, perguntou-se à técnica de acompanhamento se havia essa parceria entre o professor regente e o intérprete de Libras. A entrevistada pontuou que o ILS raramente tem acesso ao planejamento do professor, como destaca a seguir:

“[...]O professor planeja, mas o intérprete dificilmente tem acesso a esse planejamento. Às vezes, quando ele tem acesso, ou ainda, por trabalhar muito de forma intuitiva, o intérprete não busca ter o acesso ao planejamento do professor. Ele vê o conteúdo e ele mesmo se organiza. No presencial conseguimos inserir o intérprete no planejamento do professor, acompanhando as estratégias. No ensino remoto é uma dificuldade para o intérprete ter acesso ao planejamento. A orientação que fazemos é para que os professores façam resumos dos conteúdos que serão trabalhados para que os intérpretes tenham acesso. Nesse sentido, temos conseguido avanços significativos” (Técnica de acompanhamento).

De acordo com a entrevistada, a parceria entre o professor e ILS para elaboração do planejamento ainda é um aspecto que não foi consolidado, pois ambos planejam separadamente as suas ações, o que se distancia do idealizado para a prática desses profissionais. O planejamento do professor é importante porque apresenta toda a organização para a concretização da aula e das estratégias que serão utilizadas. O intérprete, como é citado pela técnica de acompanhamento, por não ter acesso ao conteúdo realizava a interpretação de forma intuitiva, sem uma organização prévia. A parceria entre esses dois atores é importante porque de forma colaborativa, podem elaborar as estratégias para alcançar o estudante surdo, minimizando as barreiras desse processo. Nessa perspectiva, é importante entender que a função de e professor na escola tradicional, tendo em vista que

A sala de aula tradicionalmente se constituiu como um lugar no qual o professor ensina e a criança aprende. Com a entrada do ILS no espaço educacional, acrescenta-se estudante, estudante surdo se um terceiro elemento que estará lá não só para interpretar da Libras para o português e do português para a Libras, mas também para mediar os processos discursivos entre professor e aluno, almejando a aprendizagem do aluno. Essa nova configuração do espaço escolar certamente demandará ajustes do papel do ILS, do professor e do aluno. Além disso, trata-se de uma prática de interpretação com especificidades, já que se dá em um ambiente que propicia uma convivência contínua, certo grau de intimidade tanto com o professor quanto com os alunos surdos e ouvintes, que necessita ser abordada e trabalhada na formação desse profissional e em sua prática cotidiana. (LACERDA, 2019, p. 43).

Na concepção dessa autora, essa relação entre professor e intérprete no contexto da sala de aula é estabelecida por meio da convivência diária, uma vez que a configuração da

sala de aula se modifica com a presença desse profissional que está inserido nesse espaço para mediar as relações e promover o acesso do estudante aos conteúdos, possibilitando a sua participação nas discussões existentes nesse espaço e, nessa reorganização, os papéis se ajustando para atender a demanda educacional e as especificidades do estudante surdo. O intérprete educacional contribui para a organização do trabalho pedagógico ao pensar, com o professor, em estratégias que alcancem os alunos surdos; acompanham a progressão escolar desses alunos e indicam remanejamentos de conteúdos e ações, quando necessário. (SILVA; MESQUITA, 2021, p. 77)

Por fim, perguntamos à entrevistada se de acordo com as propostas formativas que a SEMED oferta aos ILS, de acordo com o cronograma, temáticas e orientações se havia algum momento destinado à escuta sobre a sua prática em sala de aula a partir da percepção do profissional que está inserido nesse contexto. A senhora J.T.S destacou uma formação realizada no final do ano de 2021, classificada por ela como um momento especial de conexão entre os profissionais, que superou as expectativas idealizadas quando a entrevistada esquematizou a dinâmica, momento esse que foi o ápice desse encontro formativo que constituiu um espaço para escutar o ILS, como expressa a seguir:

“Foi um momento de escuta em que cada um pode dizer o que foi angustiante nesse processo. Teve intérprete que desenvolveu depressão, outro expressou que teve crise de ansiedade dentre outros depoimentos emocionantes. Assim, cada um isolado fica muito centrado nas dificuldades do estudante e seu processo de aprendizagem. A equipe técnica, os intérpretes, enquanto equipe estávamos sem se encontrar de forma presencial, então esse momento foi de perceber que psicologicamente, emocionalmente eles não estavam bem” (Técnica de acompanhamento).

Percebe-se nos apontamentos da entrevistada que diante das atividades do cotidiano escolar e os desafios existentes nesse contexto, as atenções são direcionadas para o estudante surdo e seu processo de aprendizagem para que de forma concreta a inclusão seja uma realidade, de modo particular no contexto do ensino remoto. Por outro lado, proporcionar um momento exclusivamente para escutar o profissional em seus anseios e suas fragilidades diante elaboração da melhor estratégia para realizar a sua prática em sala de aula virtual torna-se primordial, já que essa situação deixou o intérprete sobrecarregado, muitas vezes frustrado, ansioso, dentre outros fatores.

Oportunizar a escuta é extremamente importante, uma vez que escutar é obviamente algo que vai além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a

abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. (FREIRE, 1996, p. 45).
Corroborando essa percepção, temos que

Uma escola sem pessoas seria um edifício sem vida. Quem a torna viva são as pessoas: os alunos, os professores, os funcionários e os pais que, não estando lá permanentemente, com ela interagem. As pessoas são o sentido da sua existência. Para elas existem os espaços, com elas se vive o tempo. As pessoas socializam-se no contexto que elas próprias criam e recriam. São o recurso sem o qual todos os outros recursos seriam desperdício. Têm o poder da palavra através da qual se exprimem, confrontam os seus pontos de vista, aprofundam os seus pensamentos, revelam os seus sentimentos, verbalizam iniciativas, assumem responsabilidades e organizam-se. [...] (ALARCÃO, 2001, p. 20).

A autora supracitada, destaca a importância do cuidado com os indivíduos que fazem parte da comunidade escolar, dizendo que as pessoas são o sentido da escola e sem elas o prédio não teria vida nessa dinâmica de criação e recriação dos valores, conceitos e aprendizagens, uma vez que tudo isso está em constante processo de transformação e essa é a razão pela qual há necessidade do diálogo e da escuta. Nessa configuração, é importante organizar momentos para valorizar o profissional, enquanto ser individual e coletivo, de forma a ouvi-los em suas queixas particulares que certamente irá contribuir para as transformações que envolve o processo educacional.

5 O INTÉRPRETE, O PROFESSOR E O ESTUDANTE SURDO: a tessitura dessa relação



Fonte: Silva, (2022)

As práticas inclusivas precisam convergir para a construção de significados e assim contribuir para o desenvolvimento das pessoas com e sem deficiência. Para o alcance deste intento, [...] a educação inclusiva e a educação especial devam ser parceiras essenciais, fundamentadas em políticas que não só reconheçam a diferença, mas também as valoriza como condição humana. (Quixaba 2015, p. 27)

Esta proposta de Produto Educacional intitulado *o intérprete, a escola, o professor e o estudante surdo: a tessitura dessa relação*, objetiva apresentar as práticas dos intérpretes e suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos na rede municipal de São Luís, sugerindo novas formas de diálogo nesse espaço de relações que é a escola.

Além disso, representa a contribuição da Universidade à educação básica, uma vez que a escola constitui o campo de pesquisa para as produções acadêmicas por meio da realidade vivenciada nesse espaço. A partir dessa percepção, o Mestrado Profissional em Educação orienta no Regimento Interno, documento aprovado por meio da Resolução nº 1393/2019 – CEPE/UEMA em 04 de dezembro de 2019 a elaboração de Produto Técnico-Tecnológico, ratificando assim o compromisso da academia com a sociedade.

O E-book contém temáticas pertinentes à profissão do intérprete de Libras, como: o Código de Ética, legislação e outros materiais que possam contribuir à profissão. Ele contribuirá com a prática ILS no contexto educacional, espaço de aprendizagem que muitas vezes transcende o ato de interpretar, corroborando para uma atividade profissional.

Nesse sentido, o e-book está organizado da seguinte forma:

- *Apresentação*, em que destinada à composição da proposta e do objetivo do e-book;
- O *primeiro capítulo* intitulado: Intérprete educacional de Libras educacional: quem é esse profissional?
- O *Segundo capítulo* terá como título: Competências do intérprete de Libras da Educação Básica;
- O *terceiro capítulo* terá como título: o professor, o intérprete e o aluno surdo no contexto da sala de aula, pontuando como essa relação é construída nesse espaço destinado à aprendizagem.
- O *quarto capítulo* terá como título: Práticas do intérprete educacional.
- No último capítulo, as *considerações reflexivas*.
- Referências

A intenção com esse produto é nortear as reflexões sobre as competências do intérprete educacional da educação básica quanto ao planejamento, conteúdo, objetivo e metodologia. Nesse sentido, trata de como o intérprete pode pensar a aula em parceria com o professor, a partir de estratégias metodológicas adequadas para ação do professor, em parceria com intérprete de Libras e de acordo com as necessidades pedagógicas do estudante surdo.

Nesse sentido, no E-book recomendamos aos professores a importância do planejamento colaborativo como um elemento fundante, que respeite as necessidades pedagógicas do estudante surdo, possibilitando o seu processo de aprendizagem.

As etapas que fizeram parte deste momento foram condizentes com a devolutiva dos questionários pelos respondentes, intérpretes de Libras e professores regentes, em conformidade com a realização das entrevistas e, posteriormente, análise e discussões dos dados. Dessa forma, o processo de análise e tratamento nasceu a partir das informações adquiridas e as contribuições dos estudiosos na área da Educação Especial e Inclusiva que contribuíram para as inferências referentes ao objetivo proposto neste estudo em relação ao intérprete de Libras.

Depois da análise dos dados, foi materializada a construção teórica do E-book com a apresentação das concepções sobre a profissão dos intérpretes de Libras que atuam no contexto educacional, constituindo assim o conteúdo pedagógico do e-book. Direcionamos o estudo para o intérprete de Libras, ator participativo do processo de aprendizagem que promove a comunicação e participação dos estudantes surdos no contexto educacional. Propomos uma reflexão para a inclusão nesse espaço por meio de um currículo inclusivo que vislumbre a interação do professor e intérprete na perspectiva colaborativa. Por meio deste produto educacional, almejamos contribuir para a compreensão das competências e particularidades desse profissional no espaço escolar, assim como contribuir para ampliar os debates da formação e atribuições dos intérpretes de Libras no cotidiano escolar.

5.1 A participação dos ILS e professores na elaboração do E- book- produto educacional

Essa etapa foi importante para o desenvolvimento do material em questão, uma vez que foi necessário voltar-se para a realidade vivenciada no espaço escolar e destacar os elementos que precisam ser ajustados na prática inclusiva. Nesse sentido, os 7 (sete) professores, 06 (seis) intérpretes e a técnica de acompanhamento dos ILS que participaram da pesquisa respondendo os questionários, foram convidados a destacar os aspectos que consideravam importante para conter no E-book, contribuindo assim para o desenvolvimento da prática profissional a partir de suas implicações subjetivas.

Dessa forma, entende-se que os professores são agentes diretos da Educação Inclusiva. Por isso, devem apropriar-se do conhecimento que irá ser concretizado por meio da utilização de metodologias que possibilitem a aprendizagem significativa dos estudantes com deficiência que são o público da Educação Especial. Nesse sentido Pimentel (2012. p.141) diz que “por não saber o que fazer e nem como atuar, alguns docentes, em sua impotência,

acabam por sugerir, através de palavras ou ações, que não conseguem lidar com a diferença e que, portanto, é mais produtiva a retirada dos estudantes daquele espaço escolar”. Diante dessa afirmativa, entende-se que não é suficiente garantir o acesso e permanência dos alunos com deficiência na escola regular, é necessário o apoio ao docente para que a inclusão aconteça com equidade e que possa ter significado na vida do educando.

Assim, pensar a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais na sala comum é pensar na formação do professor e em suas práticas metodológicas para que atendam os estudantes em suas especificidades. Essa formação deve ser pautada na perspectiva da educação inclusiva para que possa proporcionar um ensino de fato igualitário a todos os educandos.

Nessa perspectiva, não há como dissociar a inclusão escolar do estudante surdo sem mencionar a relação do professor e do intérprete de Libras no processo educacional, uma vez que as atribuições do docente, enquanto mediador no processo de aprendizagem do saber científico, é proporcionar um clima que propicia a comunicação do estudante com ele mesmo, enquanto ser individual, com os pares, enquanto coletividade e socialização. Nesse sentido, uma das atribuições do intérprete correspondem à promoção da comunicação nesse ambiente educacional para que seja possível ao estudante a concretização do aprendizado.

Dessa forma, almejamos que o produto técnico proposto possa contribuir para a atuação do intérprete de Libras da rede municipal de educação de São Luís, assim como o trabalho realizado com o professor seja realizado por meio da parceria e do trabalho colaborativo, pois as estratégias de ensino devem estar adequadas às características do estudante surdo e suas necessidades educacionais.

6 CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS

A investigação permitiu perceber certezas e dúvidas que foram constantes durante o percurso deste trabalho para responder à questão central da pesquisa: Quais as implicações da atuação do Intérprete Educacional de Libras a partir dos elementos que compõem sua identidade profissional e suas práticas inclusivas no apoio ao ensino do estudante surdo na escola comum?

Confirmamos algumas certezas e tiramos algumas dúvidas. A partir das análises e interpretações dos resultados e das discussões ao longo desta pesquisa, percebemos que a profissão do intérprete de Libras tem um lugar importante na consolidação de um trabalho que se iniciou com o reconhecimento da língua de sinais americana, com os estudos do pesquisador William Stokoe, linguista da Gallaudet College, após realizar pesquisas sobre a língua de sinais reconheceu-a como sistema linguístico legítimo, genuíno e natural da comunidade surda.

Esse novo momento em que os espaços se abriram para a comunidade surda, foi visto pelo Brasil a partir da década de 80, por meio do movimento de linguistas e comunidade surda, que iniciaram a luta pela legitimação da língua de sinais e da profissão dos intérpretes. O ápice para a demarcação potencializadora desse momento foi em 2002 quando foi sancionada a Lei nº 10.436/02 que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais-Libras, como língua oficial do País juntamente com a Língua Portuguesa, posteriormente regulamentada pelo decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

Entendemos que esse foi um passo importante para que em 2010 houvesse a regulamentação da profissão do intérprete de Libras, profissional que está diretamente conectada à pessoa com surdez promovendo a comunicação. A profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais-Libras foi regulamentada pela Lei Nº 12.319/2010.

Assim, entendemos que o objetivo deste trabalho foi atingido ao analisar as implicações da profissão e demonstrar acertos e erros no intuito de compreender na história da Educação Especial o lugar do intérprete de Libras para a compreensão da trajetória pedagógica desse profissional. Nesse sentido, identificamos a relação dialógica entre o professor regente da disciplina e o intérprete de Libras no contexto da sala de aula comum ao buscar identificar suas práticas no contexto educacional, diagnosticando dificuldades no espaço escolar.

Nesta perspectiva e de acordo com a análise e interpretação dos dados, os participantes envolvidos na pesquisa apresentaram as dificuldades identificadas em sua prática educacional, com destaque para o desconhecimento da Libras pela família dos estudantes surdos o que inviabiliza a comunicação e desenvolvimento das atividades assíncronas, a falta de preparo de ordem didático-pedagógica por parte do professor.

Constatamos com os achados da pesquisa que no ambiente escolar o intérprete está envolvido com as práticas de ensino e, geralmente, diante das fragilidades educacionais do estudante surdo, ele se sente corresponsável pelo ensino do estudante surdo contribuindo para uma atuação pedagógica o que o faz estar contado com as estratégias educacionais.

Da mesma forma em relação à parceria entre o professor regente e o intérprete de Libras, percebemos que o professor planeja as atividades e os objetivos para as aulas, mas o intérprete não tem acesso ao planejamento, que não há a parceria como ILS em uma perspectiva colaborativa e que as informações são compartilhadas antes de as aulas acontecerem, inviabilizando a organização subjetiva do intérprete quanto às estratégias de interpretação.

Outra conclusão a que chegamos diz respeito às competências necessárias para a prática do ILS. Os aspectos elencados por eles referem-se ao conhecimento da Libras e Língua Portuguesa e suas respectivas estruturas, o que possibilita uma escolha metodológica consistente e segura. Quanto às estratégias utilizadas pelo ILS para proporcionar o entendimento do estudante surdo, constatamos que utilizam os recursos apresentados pelos professores e, quando necessário, solicitam ao professor regente que explique novamente o conteúdo ministrado para que o estudante surdo possa ter acesso.

Em relação à atuação do intérprete no contexto educacional, houve a constatação de que ela está relacionada com o técnico e o pedagógico, uma vez que os estudantes apresentam lacunas em seu processo de escolarização e essa condição requer uma prática que perpassa as barreiras educacionais, elaborando estratégias para exercer a interpretação. Quanto às atribuições exercidas em sala de aula pelos ILS, constatamos que desenvolvem as atividades de acordo com o previsto nos documentos norteadores para o desenvolvimento de suas atribuições, não havendo desvio de suas atividades. Nessa direção, percebemos que os intérpretes orientam os professores quanto à escolha dos recursos mais apropriado à especificidade do estudante surdo possibilitando que o ensino seja alcançado por ele.

A análise e interpretação dos resultados constataram que a prática do ILS no período das aulas síncronas e assíncronas, os intérpretes ficaram sobrecarregados em virtude do quantitativo excessivo de atividades realizadas nesse período, muitas vezes até assumindo

o ensino dos estudantes em decorrência do distanciamento dos mesmos com o professor para realizar as atividades propostas e explicações dos conteúdos postado nos grupos de WhatsApp.

Nesse sentido, a sobrecarga de atividades é um dos aspectos destacados pelos ILS a partir do desenvolvimento da prática no contexto do ensino remoto, uma vez que no contexto remoto o estudante surdo precisou de um acompanhamento mais intensivo no que tange o acesso ao conteúdo e esclarecimentos das informações recebidas. Os depoimentos destacam que no período pandêmico, os estudantes da Educação Especial e Inclusiva foram mais uma vez excluídos do sistema educacional.

Constatamos que em relação à prática do ILS e aos aspectos que representam as fragilidades em sala de aula, a falta de acesso ao planejamento do professor referente às atividades realizadas inviabiliza o planejamento pessoal do intérprete quanto às escolhas das estratégias para interpretar os conteúdos.

Considerando a análise dos dados, inferimos que a prática desenvolvida pelo intérprete de Libras corresponde a uma prática técnica e pedagógica, visto que no contexto educacional a atuação do ILS, o seu conhecimento técnico irá sustentar as escolhas pedagógicas relativas às estratégias de ensino para que o estudante desenvolva as habilidades pretendidas.

Nessa configuração, percebemos que os intérpretes destacaram que para atuação em sala de aula o essencial é estar em constante processo de formação e conectado com a comunidade surda para que por meio dessa interação com a pessoa surda seja estabelecida a relação a fim de que o profissional se torne fluente na língua de sinais.

Nesse sentido, compreendemos que a gestão deve promover formações continuadas para os professores em uma perspectiva da Educação e Inclusiva, orientando-os para que se sintam inseridos no processo de inclusão e estejam conscientes de que são agentes ativos e relevantes no processo educacional, uma vez que eles irão contribuir diretamente para que os estudantes tenham uma aprendizagem significativa. Assim, é importante refletir sobre sua práxis na perspectiva da realização um trabalho mais eficaz que contemple os estudantes em sua especificidade, potencializando-os em suas habilidades e fortalecendo os aspectos que apresentam fragilidades.

Dessa forma, constatamos a importância do planejamento colaborativo com o ILS referente às metodologias e estratégias para o ensino e aprendizagem dos estudantes surdos desenvolvendo ações que atendam às necessidades educacionais dos respectivos estudantes de acordo com a sua especificidade. Portanto, percebemos que as escolas que têm estudantes

surdos inseridos apresentam iniciativas inclusivas, visto que procuram inserir os estudantes em suas atividades.

Concluimos finalmente que são muitas as implicações da atuação profissional para o ensino de estudantes surdos no contexto atual para proporcionar educação com equidade e uma aprendizagem significativa, conforme a resposta dada à questão problematizadora em todos os capítulos que verticalizem essas implicações. Dessa forma, sugerimos que outras pesquisas possam ampliar as discussões sobre a parceria entre professor e intérprete no contexto educacional para que as necessidades educacionais dos estudantes surdos sejam contempladas de acordo com as suas especificidades.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre. Editora Artmed. 2001.

ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres (ORG.). Libras em estudo: tradução/interpretação. In: **Funções do intérprete educacional. Afinal: intérprete de Língua de Sinais, intérprete educacional, professor - intérprete ou auxiliar? o trabalho de intérpretes na lógica inclusiva**. São Paulo. FENEIS, 2012.

ALBRES, Neiva de Aquino. NEVES, Sylvia Lia Grespan. (ORG.). Libras em estudo: formação de profissionais In: ALMEIDA, Elomena Barboza de. LODI, Ana Claudia Balieiro. **Formação de intérpretes de libras – língua portuguesa: Reflexões a partir de uma prática formativa**. São Paulo: FENEIS, 2014.

ALMIR, Cristiano. **Prolibras**. Disponível em <https://www.libras.com.br/libras-e-lingua-ou-linguagem>. Acesso em 12 de maio de 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo. Edição Nº 70, 2016.

BRASIL. Diretrizes Nacionais da Educação Especial Básica. Brasília. MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**. Brasília, 24 de abril de 1996.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 16 janeiro de 2022.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 16 janeiro 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Inclusão**: revista da Educação Especial. Brasília. CIBEC/MEC, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: janeiro 2022.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de orientação: programa de implantação de sala de recursos multifuncionais**. Brasília. MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais- Libras. Brasília, 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em abril de 2021.

BRIEGA, Diléia Aparecida Martins. **Você disse Libras?** O acesso do surdo à educação pelas mãos do intérprete de Libras. Araraquara Letraria, São Paulo, 2019.

BRITO, Rejane Cristina de Carvalho. **(D) o que falam essas mãos?** - o lugar outro do intérprete de língua de sinais na aula de língua inglesa. 2016. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas.

COSTA, Mairla Pereira Pires; ALBRES Neiva de Aquino. Atuação do(a) intérprete educacional: subjetividade e singularidade em questão. In: MOURA, Willian Henrique Cândido; CHRISTMANN, Fernanda (org.). **A tradução como espelho:** gestos, línguas e sentidos refletidos no fazer tradutório. Florianópolis: 2019. p. 28-42.

DIAS. Valquíria Pereira da Silva. **Travessias e resistência:** práticas de subjetivação do sujeito tradutor e intérprete de Libras /Língua Portuguesa nos documentos oficiais. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Maranhão- UFMA, 2018.

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto:** Curso Básico. 8ª edição- Rio de Janeiro, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GIRKE, César Augusto. **Atuação e papéis do intérprete educacional de Língua de Sinais.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Letra LIBRAS) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis- SC, 2018.

GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios- 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

JARDIM. Clementina Araujo; LEÃO, Jerceu Benedito Mendes de. O tradutor/ intérprete da língua brasileira de sinais (libras), é mais que uma estratégia para o aluno surdo na sala de aula. In: PINHEIRO, Moisanil Oliveira; PINHEIRO, José Willen Brasil; SILVA, Adriana de Moraes da (Orgs.). **Surdez e inclusão educacional:** diálogos acadêmicos acerca da educação de surdos. Porto Alegre, RS. Cap. 4. p. 89-114: Editora Fi, 2019. Disponível em: <http://www.editorafi.org> Acesso em: 02 de janeiro de 2021.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais:** formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. Cadernos de Educação, nº 36. Pelotas, p. 133 - 153, maio/agosto 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1604/1487>. Acesso em: 11 de dezembro de 2021.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre. Editora Mediação- 9º edição, 2019.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: E.P.U. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa; DESLANDES, Sueli Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: 2009.

MENDES, Maria Rita Araujo da Silva. **O Intérprete de Libras: Trajetória Profissionalização em São Luís do Maranhão São Luís / MA**. Trabalho de Conclusão de Curso. Santa Catarina, 2018.

MOURA, Willian Henrique Cândido. Christmann, Fernanda (ORG.). A tradução como espelho: gestos, línguas e sentidos refletidos no fazer tradutório. In: COSTA, Mairla Pereira Pires. ALBRES, Neiva de Aquino. **Atuação do(a) intérprete educacional: subjetividade e singularidade em questão**. Florianópolis: DLLE/PGET/UFSC, 2019.

NASCIMENTO, Marcus Vinicius Batista. **Tradutor interprete de Libras/Português: Formação política e política de formação**. In: Libras em estudo: tradução/interpretação ALBRES, Neiva de Aquino; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres (ORG.). São Paulo. FENEIS, 2012.

PIMENTEL: Susana Couto. **Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos**. In: O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador. EDUFBA. 2012.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Brasília: MEC; SEESP, 2004. <https://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 02/01/2021

QUIXABA, Maria Nilza Oliveira. **A inclusão na educação: humanizar para educar melhor**. São Paulo: Paulinas, 2015.

RIBEIRO, Luzimara Lelis. **O tradutor intérprete de Libras: análise da legislação vigente** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, 2020.

ROSA, Andréa da Silva. **Entre a visibilidade da tradução de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Editora: Arara Azul. Campinas, SP. 2005.

SANTOS, Janaína Teles Pereira. **O perfil profissional e formativo dos intérpretes educacionais de Libras-Português que atuam no Ensino Fundamental em São Luís- MA**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Letra LIBRAS) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Editora Almedina. Coimbra, 2020.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Intérpretes educacionais de Libras: orientações para a prática profissional / Org. João Paulo Ampessan, Juliana Sousa Pereira Guimarães e Marcos Luchi** - Florianópolis: DIOESC, 2013.

SILVA, Aleilde Tavares da; MESQUITA, Zanado Pavão Sousa. **O tradutor intérprete de Libras e suas contribuições no contexto educacional**. In: Perspectivas maranhenses nos estudos da tradução e interpretação de Libras (recurso eletrônico). São Luís EDUEMA, 2021.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP, 2014.

SCHEFER, Roseli Conceição de Almeida. **Considerações de uma Intérprete de Libras no Contexto Escolar**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Letra LIBRAS) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **O método materialista histórico e dialético para a Pesquisa em educação**. Rev. Simbio-Logias, Volume. 12, Nr. 17 – 2020.

VEIGA, Silvana Fátima. **Um olhar dos professores sobre o Intérprete Educacional**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Letra LIBRAS) - Universidade Federal de Santa Catarina. Joinville-SC, 2018.

VIEIRA, Maria Izaete Inácio. **A atuação do intérprete educacional da Libras nas escolas de ensino fundamental de Limoeiro do Norte- CE**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos e Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual do Ceará, 2017.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do estudo intitulado “IMPLICAÇÕES DA ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS: práticas inclusivas do ensino de estudantes surdos”, realizada na Secretaria Municipal de Educação- SEMED, cujo pesquisador responsável é a Sra. *Iris Maria Ribeiro Porto, prof.^a Dra. da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA*. O estudo se destina investigar as práticas inclusivas do intérprete educacional de Libras no apoio ao ensino do estudante surdo com intuito de construir um e-book. Para tanto faz-se necessário reconhecer na história da Educação Especial o lugar do intérprete de Libras no contexto educacional, de forma a proporcionar a compreensão da trajetória pedagógica desse profissional. É relevante, nesse aspecto, identificar a relação dialógica entre o professor regente da disciplina e o intérprete de Libras educacional no contexto da sala de aula no ensino comum, identificando as práticas do intérprete de Libras no contexto educacional, diagnosticando suas dificuldades no espaço escolar. Com a obtenção dos dados coletados, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, pretende-se elaborar um produto educacional em forma de E-book para contribuir com a prática profissional do intérprete de Libras no ambiente educacional.

A relevância do projeto direciona-se a 4 perspectivas: Profissional, pessoal, social e institucional, nesse sentido, direcionar o estudo para a profissão do intérprete de Libras implica contribuir para a qualidade do trabalho desenvolvido por este profissional no contexto educacional ampliando a compreensão de suas habilidades e atribuições para a inclusão do estudante com surdez na sala comum do ensino regular, assim como possibilitará o entendimento de suas atribuições em relação ao professor regente para o processo de ensino-aprendizagem. Entende-se que os desafios da inclusão no cotidiano escolar, diante das transformações ocorridas na sociedade, impulsionam a inserção de estudantes no processo educacional ao conhecer o profissional responsável pela interpretação em sala de aula.

As etapas da pesquisa incluem a aplicação do questionário com os intérpretes de Libras educacional, por meio do Google Forms (questionário online). Em seguida foi realizada análise e interpretação dos dados dialogada com os teóricos que estudam a temática. A pesquisa apresenta riscos, como eventuais constrangimentos decorrentes das perguntas propostas nos questionários, desistência de participantes e/ou fornecimento incompleto de informações. Por isso o (a) Sr. (a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa, total ou parcialmente, tendo antes o esclarecimento sobre o estudo em qualquer

aspecto que desejar. Até mesmo aceitando participar, poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, o que não acarretará qualquer penalidade ou prejuízo, de acordo com a Resolução n. 466/2012 e a Resolução n. 510/2016.

Além disso, os pesquisadores garantirão o anonimato dos participantes e as informações desta pesquisa se constituirão confidenciais, utilizando os dados obtidos somente para fins acadêmicos e científicos, tais como dissertação de mestrado, artigos acadêmicos e os capítulos de livros, apresentações em eventos acadêmicos com respaldo na ética. Para participar desta pesquisa, o (a) Sr. (a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira.

Os resultados da pesquisa estarão a sua disposição quando a mesma for finalizada. Alertamos ao participante da pesquisa sobre o seu direito a assistência em decorrência de qualquer malefício eventual que decorra da pesquisa e havendo qualquer dúvida, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Iris Maria Ribeiro Porto, via e-mail: porto.iris@gmail.com. E com a pesquisadora Michelle Santos Silva, e-mail: michellesat.silva@gmail.com

Os benefícios da pesquisa correspondem às reflexões sobre atuação do intérprete de Libras no contexto educacional e suas implicações, o que está posto na legislação e o que acontece no cotidiano escolar. Com a realização deste estudo almejamos delinear o perfil do intérprete de Libras que atua no contexto educacional. Os resultados poderão indicar caminhos que possibilitem a compreensão das competências e particularidades desse profissional no espaço escolar.

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas, dirija-se ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pertencente ao Centro de Estudos Superiores de Caxias. Rua Quininha Pires, nº 746, Centro. Anexo Saúde. Caxias-MA. Telefone: (99) 3521-3938.

São Luís- MA, 31 de março de 2021

Assinatura ou impressão datiloscópica do(a) Participante da pesquisa

Iris Maria Ribeiro Porto

Iris Maria Ribeiro Porto

Michelle Santos Silva

Michelle Santos Silva

APÊNDICE B- Formulário online
(intérprete de Libras)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

QUESTIONÁRIO PARA INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS

Nome _____ E-mail: _____

1- DADOS PESSOAIS

1.1 Gênero:

Feminino Masculino Mulher trans Homem trans Não-binário

1.2- Idade

18 a 23 anos

24 a 39 anos

30 a 35 anos

36 a 41 anos

42 a 47 anos

48 a 53 anos

54 a 59 anos

60 a 65 ou mais

1.3 Onde você aprendeu libras? (Você pode selecionar mais de uma alternativa).

Curso (SEMED, CAS dentre outros)

Associações de surdos

Filho de surdos sinalizantes

Amigos surdos

graduação (disciplina de Libras)

Graduação em Letras-Libras

Contexto Religioso

Outro _____.

1.4- Atua como intérprete educacional de Libras em qual escola(s) de Ensino Fundamental:

- UEB Luís Viana
- UEB Antônio Vieira
- UEB Maria Alice Coutinho
- UI Duque de Caxias
- UEB Gomes de Sousa
- Escola Municipal Bilíngue

Outro _____

1.5 Você atua como intérprete de Libras em outros espaços?

- Sim
- Não

Qual (quais): _____

2- FORMAÇÃO

2.1- Qual o nível de sua formação?

- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Outro _____

2.2- Qual é a sua graduação?

2.3- Se você possui alguma pós-graduação, especifica qual (ou quais).

2.4- Como ocorreu o seu processo de formação para atuar como tradutor/intérprete de Libras-Português /certificado de proficiência?

- Não tenho certificado de proficiência para interpretação.
- Tenho apenas curso de Libras
- Habilitação emitida pelo CAS
- ProLibras
- Graduação em Letras Libras Bacharelado, Tradução e Interpretação Libras-Português

Pós-Graduação - Especialização em Tradução e Interpretação Libras-Português

Cursos de Extensão Universitária

Outro

Qual: _____.

2.5 No processo de formação de intérprete, existe algum direcionamento para atuação em escola, mas especificamente em sala de aula?

Sim

Não

De que forma? _____

2.6- Quanto a sua formação continuada, você participa de alguma formação direcionada para intérpretes de Libras-Português?

Sim

Não

Qual: _____

3 EXPERIÊNCIA

3.1 Há quanto tempo você atua como intérprete educacional?

1 a 5 anos

6 a 10 anos

11 a 15 anos

Mais de 15

3.2 Qual nível de ensino você já atuou como intérprete (Você pode selecionar mais de uma alternativa)

Educação infantil

Anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos)

Anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos)

Ensino Médio

Outros

3.3- Em qual ambiente/contexto você iniciou a sua atuação como intérprete de Libras

3.4- Em sua concepção, quais são as competências necessárias para o intérprete de Libras que está inserido no contexto escolar?

3.5 Das competências exposta a seguir, quais delas você considera mais difícil de se adquirir ou desenvolver?

- Competência linguística
- Competência para transferência
- Competência metodológica
- Competência na área
- Competência bicultural
- Competência técnica

4 ATUAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

4.1 - Quanto tempo atua como intérprete educacional de Libras? _____

4.2 Você desenvolve sua prática em qual setor?

- Sala de aula
- Na sala de recursos multifuncionais (AEE)
- Na escola, em suas atividades diversas
- Outros

4.3 Você utiliza algum recurso na atuação em sala de aula?

- Não
- Sim

Qual? _____

4.4 As dificuldades que você enfrenta em sua prática estão direcionadas a: (é possível selecionar mais de uma opção):

- didática do professor
- Interpretação do conteúdo para a Libras
- Interpretação do conteúdo para a Língua Portuguesa
- A relação com o professor
- O acesso ao planejamento da aula
- Dificuldades dos estudantes surdos

4.5 Em sua prática, quais atividades realiza com frequência?

- Interpretar os conteúdos ministrados e as explicações do professor.
- Ensinar sinais novos aos estudantes surdos.
- Interpretar a comunicação entre os estudantes em sala.

Verificar se o estudante compreendeu a interpretação.

Outro: _____

4.6 Existe a parceria entre professor e intérprete?

sim

não

4.7 Você participa do planejamento escolar?

Sim

Não

4.7.1- 4.7.1- Você tem acesso ao planejamento das atividades escolares com antecedência?

Sim, realizamos as atividades por meio do planejamento colaborativo

Não, as atividades não são planejadas com antecedência

Sim, o repasse das atividades acontecem antes das aulas começarem

Sim, a organização das estratégias acontecem em tempo hábil para sua concretização.

outra forma _____

4.8 Você sugere estratégias, metodologias e/ou adaptações das atividades?

Sim

Não

Às vezes

Outro: _____

4.9 Quantos estudantes surdos você acompanha na sala de aula?

um

dois

três

Outro: _____

4.10 Como você percebe o entendimento dos estudantes surdos em relação a sua prática em sala de aula?

Compreendem e valorizam a sua atuação

Não compreendem a sua atuação

Confundem sua atuação com a do professor

São indiferentes com sua atuação

outra resposta _____

4.11 O que você faz quando percebe que o estudante surdo não está entendendo a aula, mesmo você interpretando?

- Utiliza informações visuais para proporcionar a aprendizagem
- Interpreta o conteúdo utilizando estratégias que fazem sentido para o estudante surdo
- Comunica ao professor que o estudante não compreendeu a explicação referente ao conteúdo
- outro

Qual _____

4.12- Se se respondeu no item 4.11 "outros": quais estratégias você utiliza? _____

4.13- Você considera a sua prática no contexto escolar como técnica ou pedagógica? Justifique seu posicionamento. _____

4.14 A gestão escolar realiza formação direcionada para o intérprete de Libras vislumbrando a sua prática no contexto educacional? De que forma? _____

4.15- A gestão escolar realiza momentos com o intérprete de Libras para dialogar sobre a sua prática em sala de aula? De que forma acontece? _____

4.16- Considerando o contexto pandêmico, ocasionado pelo COVID- 19, em que as aulas e o processo de ensino acontecem e/ou aconteceram de forma remota (com aulas síncronas e assíncronas), de que forma essa condição refletiu em sua prática enquanto intérprete educacional de Libras?

4.17 Quais aspectos podem ser destacados diante dessa experiência no contexto do ensino remoto? _____

4.18- Em sua prática, o que você considera como aspectos que representam as suas fragilidades e/ou dificuldades em sala de aula?

4.19 Em seu processo de formação, o que você destaca como elemento essencial para sua atuação em sala de aula? _____

APÊNDICE C Roteiro de Entrevista
(Técnica de acompanhamento dos intérpretes de Libras- SEMED)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DOS
ILS- SEMED**

Nome _____ E-mail: _____

1- DADOS PESSOAIS

1.1 Gênero:

() Feminino () Masculino () Mulher trans () Homem trans () Não- binário

1.2- Idade: _____

- Quantos estudantes surdos estão matriculados e o quantitativo de intérpretes acompanha na sala de aula?
- No processo de formação de intérprete, existe algum direcionamento para atuação em escola, mas especificamente em sala de aula?
- A SEMED oferece curso(s) de formação para os intérpretes de Libras-Português?
- Como acontece por parte da SEMED a orientação ou formação aos intérpretes vislumbrando a sua prática no contexto educacional? De que forma?
- Qual (is) são a (s) maior(es) dificuldades que o interprete educacional enfrenta na sua atuação?
- Em relação as competências, quais delas você considera mais difíceis de se adquirir ou desenvolver? quais são as competências necessárias para o intérprete de Libras que está inserido no contexto escolar?
- Você considera a prática do interprete educacional como técnica ou pedagógica? Justifique.
- Há algum acompanhamento, orientação em relação do interprete educacional em sala de aula com os professores referente ao planejamento, metodologia dentre outros?
- Como a SEMED orienta o interprete educacional para ser atuante na aprendizagem do estudante surdo sem interferir no processo?

- Como você avalia os objetivos do trabalho intérprete educacional dentro da sala de aula?
- A SEMED realiza momentos de escuta com os intérpretes educacionais de Libras sobre a sua prática em sala de aula? De que forma acontece?
- Considerando o contexto pandêmico, ocasionado pelo COVID- 19, em que as aulas e o processo de ensino acontecem e/ou aconteceram de forma remota (com aulas síncronas e assíncronas), de que forma essa condição refletiu na prática da intérprete educacional de Libras?
- Na perspectiva da SEMED, qual (is) aspectos podem ser destacados diante dessa experiência no contexto do ensino remoto?
- Em sua opinião, na prática do intérprete educacional, o que você considera como aspectos que representam as s fragilidades e/ou dificuldades em sala de aula?

APÊNDICE D- Questionário on-line (professores)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PPG)
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

Nome _____ E-mail: _____

1- DADOS PESSOAIS**1.1 Gênero:**

() Feminino () Masculino () Mulher trans () Homem trans () Não- binário

2.1- Qual a sua formação inicial?

2.2 Tempo de trabalho como professor:

2.3- Tempo de trabalho com o intérprete em sala de aula:

2.4- Disciplina que leciona.

3. No seu trabalho em sala de aula como você e o intérprete compartilham informações ou subsídios, planejam e organizam as atividades conjuntas junto?

() Não compartilhamos nem organizamos

() Compartilhamos apenas informações

() Compartilhamos e organizamos minutos antes da aula começar

() Compartilhamos e organizamos com bastante antecedência

() Outro: _____

3.2 - Como você considera o trabalho que o intérprete realiza junto de você?

3.3- As metodologias utilizadas pelo intérprete atingem a demanda da sua tarefa?

() são apropriadas aos objetivos da tarefa

() são falhas, mas não prejudicam diretamente o trabalho

() não favorecem a execução do seu trabalho

() Outro: _____

4- De que maneira você acredita que a formação acadêmica do intérprete interfere na sua tarefa dentro de sala de aula?

ajuda muito

ajuda, mas necessita de aperfeiçoamento teórico

ajuda, mas necessita de aperfeiçoamento prático

Outro: _____

4.1 Existem momentos nos quais o intérprete desempenha um papel de professor na disciplina?

sim, mas não interfere no trabalho

sim, mas interfere positivamente no trabalho

sim, mas interfere negativamente no trabalho

não

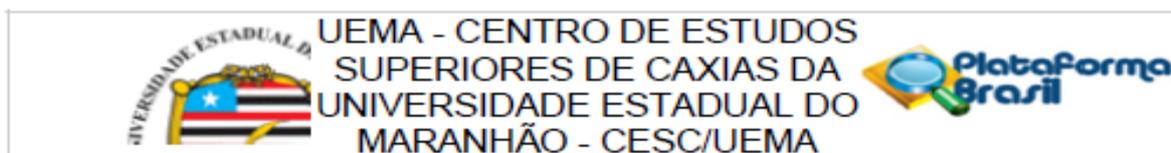
4.2- Além da função de intérprete que papéis ele também desempenha em sala de aula?

4.3- Outras informações a serem acrescentadas sobre o trabalho do intérprete em sala:

5- Quais aspectos você considera importante nessa relação professor e intérprete de Libras para conter em um e-book que você considera importante para sua prática inclusiva?

ANEXOS

ANEXO A- Parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL: quem é esse profissional? Um professor inclusivo ou apenas mediador na arte de transferir conteúdo?

Pesquisador: MICHELLE SANTOS SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 42553221.4.0000.5554

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.683.454

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa cujo título INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL: quem é esse profissional? Um professor inclusivo ou apenas mediador na arte de transferir conteúdo?, nº de CAAE 42553221.4.0000.5554 e Pesquisador(a) responsável MICHELLE SANTOS SILVA. Trata-se de um estudo que utilizará o método histórico dialético abordagem abordagem qualitativa dos dados.

O cenário da realização desse estudo será a Secretaria Municipal de Educação de São Luís, na Superintendência de Educação Especial- SAEE, uma vez que tem em seus dados os nomes e quantitativos dos intérpretes de Libras que atuam no contexto educacional, inseridos na rede pública de ensino.

Os participantes desta pesquisa serão Serão os intérpretes de Libras que atuam no contexto educacional na rede pública de ensino.

Os critérios de inclusão da pesquisa são: ser intérprete de Libras, atuar no contexto educacional e está inserido na rede pública de ensino.

Não foram descritos os critérios de exclusão.

Endereço: Rua Quinhilha Pires, 743

Bairro: Centro

CEP: 70.255-010

UF: MA

Município: CAXIAS

Telefone: (99)3251-3938

Fax: (99)3251-3938

E-mail: cepe@oesc.uema.br



Continuação do Parecer: 4.683.454

Para esta investigação será utilizada a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. No tocante a coleta de dados, entrará questionário via Google Forms e, quanto a análise de dados se fará uso da Análise de Conteúdo.

Objetivo da Pesquisa:

GERAL:

Avaliar se o profissional intérprete de Libras educacional escolar é um professor inclusivo ou apenas um mediador na arte de transferir conteúdo na sala de aula.

ESPECÍFICOS:

Reconhecer na história da Educação Especial o lugar do intérprete de Libras educacional para a compreensão da trajetória pedagógica desse profissional;

Identificar a relação dialógica entre o professor regente da disciplina e o intérprete de Libras educacional no contexto da sala de aula comum;

Identificar as atribuições do intérprete de Libras educacional na sala comum do ensino regular, diagnosticando suas dificuldades no contexto escolar.

Elaborar um produto educacional em forma de E-book para auxílio do profissional intérprete de Libras.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos para os participantes da pesquisa aparecem tanto no projeto de pesquisa como no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, ainda de maneira genérica como: eventuais constrangimentos decorrentes das perguntas propostas nos questionários, desistência de participantes e/ou fornecimento incompleto de informações.

A minimização dos desconfortos esperados e as garantias de preservação da saúde dos Quanto a minimização dos riscos da pesquisa foram tratados de maneira genérica. Entre as medidas, pode-



Continuação do Parecer: 4.683.454

se citar: garantia do anonimato dos participantes e as informações desta pesquisa se constituirão confidenciais, utilizando os dados obtidos somente para fins acadêmicos e científicos, tais como dissertação de mestrado, artigos acadêmicos e os capítulos de livros, apresentações em eventos acadêmicos com respaldo na ética.

Quanto aos Benefícios da Pesquisa pode-se citar: reflexões sobre atuação do intérprete de Libras no contexto educacional e suas implicações, o que está posto na legislação e o que acontece no cotidiano escolar, delineamento do perfil do intérprete de Libras que atua no contexto educacional, uma vez que os resultados poderão indicar caminhos que possibilitem a compreensão das competências e particularidades desse profissional no espaço escolar, assim como poderá contribuir para ampliar os debates, favorecendo informações que permitam desencadear uma nova postura acerca da formação e atribuições de professores na perspectiva da inclusão no cotidiano escolar, não só para os sujeitos envolvidos no estudo, mas para toda academia, o que significa dizer educadores e sociedade em geral.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante e apresenta interesse público. Além disso, o protocolo de pesquisa não apresenta conflitos éticos estabelecidos na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de Apresentação obrigatória tais como Termos de Consentimento, Ofício de Encaminhamento ao CEP, Autorização Institucional, Utilização de Dados, bem como os Riscos e Benefícios da pesquisa estão expostos e coerentes com a natureza e formato da pesquisa em questão.



UEMA - CENTRO DE ESTUDOS
SUPERIORES DE CAXIAS DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
MARANHÃO - CESC/UEMA



Continuação do Parecer: 4.683.454

Situação do Parecer:

Aprovado

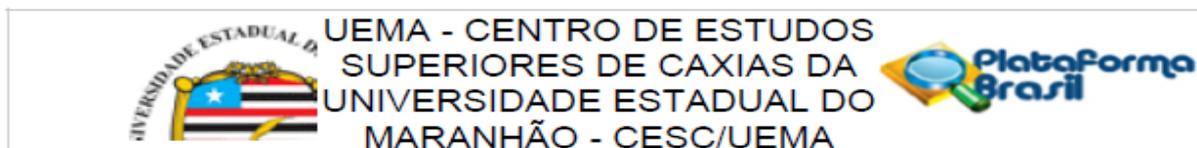
Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAXIAS, 30 de Abril de 2021

Assinado por:

FRANCIDALMA SOARES SOUSA CARVALHO FILHA
(Coordenador(a))



Continuação do Parecer: 4.683.454

Recomendações:

Em protocolos anteriores foi colocado da importância da descrição tanto dos critérios de exclusão como da necessidade da definição da amostra a ser investigada.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está APROVADO e pronto para iniciar a coleta de dados e todas as suas demais etapas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1686353.pdf	31/03/2021 22:45:14		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado_Brochura_Investigador.pdf	31/03/2021 22:43:37	MICHELLE SANTOS SILVA	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_de_Utilizacao_de_dados_TECUD.pdf	31/03/2021 22:33:12	MICHELLE SANTOS SILVA	Aceito
Outros	Questionario_de_Pesquisa.pdf	31/03/2021 22:31:07	MICHELLE SANTOS SILVA	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Declaracao_Assinada_pelo_Pesquisador_Responsavel.pdf	31/03/2021 22:29:40	MICHELLE SANTOS SILVA	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_de_Concordancia.pdf	31/03/2021 22:28:02	MICHELLE SANTOS SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Termos_de_Assentimentos_Justificativa_de_Ausencia.pdf	31/03/2021 22:26:27	MICHELLE SANTOS SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_de_Pesquisadores.pdf	31/03/2021 22:24:07	MICHELLE SANTOS SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_e_Instituicao_e_Infraestrutura.pdf	31/03/2021 22:21:55	MICHELLE SANTOS SILVA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	20/01/2021 23:42:57	MICHELLE SANTOS SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	20/01/2021 23:13:39	MICHELLE SANTOS SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	20/01/2021 23:08:15	MICHELLE SANTOS SILVA	Aceito

ANEXO B- Ofício de apresentação da pesquisadora



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

PPGE
Programa de
Pós-Graduação em Educação

Ofício Nº 02/2021 - PPGE/UEMA

São Luís - MA, 03 de março de 2021

Ilma. Sra. Esmênia Miranda
Secretária de Ensino da Rede Municipal de Educação de São Luís (MA)

Senhora Secretária,

Tendo em vista as atividades que integram o Programa de Pós-Graduação em Educação da Educação, da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA) e a consequente necessidade dos alunos deste Programa cumprirem com a integralização e conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Educação, servimo-nos do presente para solicitar de V.S.^a autorização para que a mestranda MICHELLE SANTOS SILVA, matrícula 20201001411, realize junto a Superintendência da Área de Educação Especial (SAEE) uma pesquisa, com fins de coleta de dados para elaboração da Dissertação intitulada: INTÉRPRETE DE LIBRAS EDUCACIONAL: quem é esse profissional? Um professor inclusivo ou apenas mediador na arte de transferir conteúdo? sob supervisão e orientação da Profa. Dra. Iris Maria Ribeiro Porto.

Certo de contar com a colaboração de V.S.^a para com o exposto, usamos da ocasião para apresentar-lhes nossos protestos de elevada estima. Atenciosamente,

Prof. Dra. Nadja Fosséca da Silva

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UEMA
Matricula: 86613800-01

ANEXO C- DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO – SAE
NÚCLEO DE ESTÁGIO E PESQUISA-NEP

CARTA DE ANUÊNCIA PARA PESQUISA DE CAMPO

A Secretaria Municipal de Educação – SEMED, através do Núcleo de Estágio e Pesquisa – NEP, autoriza a realização da pesquisa de campo, a partir das informações apresentadas no Projeto de Pesquisa da (tese/dissertação/monografia) intitulada Intérprete de Libras Educacional: quem é esse profissional? um professor inclusivo ou apenas mediador..., sob a responsabilidade do(a) Pesquisador(a) Michelle Santos Silva

Coordenada pelo(a) Prof^{o(a)} Dra. Lus Maria Ribeiro Porto da IES Universidade Estadual do Maranhão

A pesquisa será realizada na UEB Superintendência da Área de Educação Especial, no turno mat/vesp., no período de 31/03/2021 à 31/07/2021.

O(A) Pesquisador(a) e a Instituição de Ensino Superior, se corresponsabilizam de forma ética no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados e das informações obtidas nesse processo, sendo assegurada a confiabilidade dos dados.

O descumprimento das condicionantes assegura à SEMED o direito de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa.

Para efeito de publicização dos resultados, a SEMED deverá em tempo, ser informada, considerando sua coparticipação no trabalho científico.

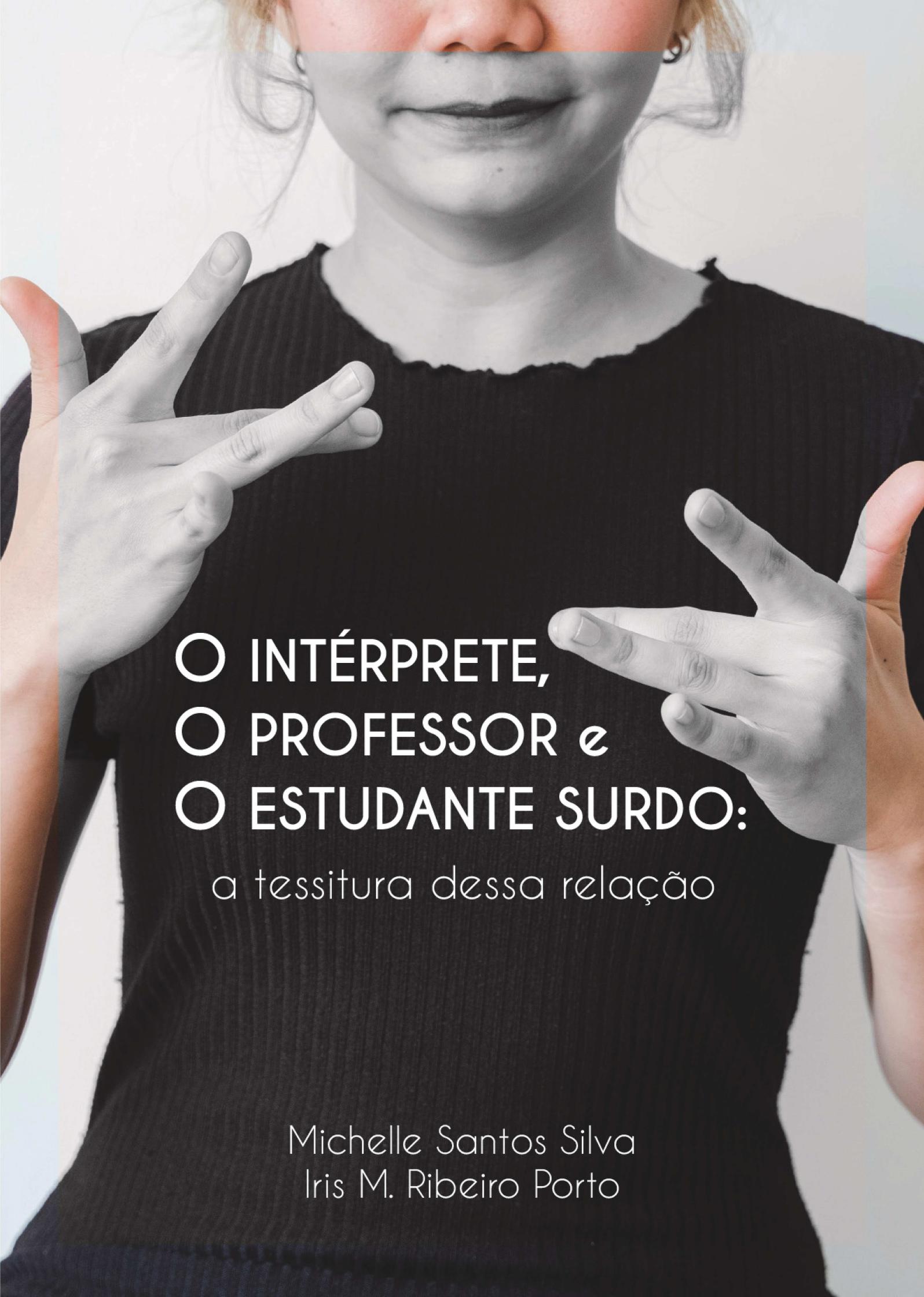
Ednan Baldez dos Santos
Secretário Adjunto de Ensino
Matrícula nº 420909-2
SAE / SEMED

Secretário Adjunto de Ensino

São Luís, 31 de março de 2021.

Lida Santos
Núcleo de Estágio e Pesquisa - NEP

Avenida Marechal Castelo Branco, Quadra 14, Lote 14, nº 250, CEP: 65076-090
Edifício Trade Center, Bairro São Francisco, São Luís - MA

A person with a grey face and black clothing, using hand gestures. The person's face is covered in a greyish-white substance, and they are wearing a black, ribbed, short-sleeved top. Their hands are raised, with fingers spread, as if communicating through sign language. The background is a plain, light-colored wall.

○ INTÉRPRETE,
○ PROFESSOR *e*
○ ESTUDANTE SURDO:

a tessitura dessa relação

Michelle Santos Silva
Iris M. Ribeiro Porto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Silva, Michelle Santos.

A escola, o intérprete, o professor e o estudante surdo: a tessitura dessa relação [recurso eletrônico] / Michelle Santos Silva. – São Luís: [s.n.], 2022.
25 p.

A obra em formato digital constitui-se produto educacional do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Maranhão.

1.Sala de aula. 2.Professor. 3.Estudante surdo. 4.Intérprete de libras.
I Título.

CDU: 376-056.263

SUMÁRIO

- 4 Apresentação
- 6 INTÉRPRETE DE LIBRAS: QUEM É ESSE PROFISSIONAL?**
- 8 INTÉRPRETE DE LIBRAS NO COTIDIANO ESCOLAR**
- 14 O ESTUDANTE SURDO E AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS**
- 16 PRÁTICAS DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL**
- 19 Considerações reflexivas
- 20 Referências

APRESENTAÇÃO

A elaboração deste Produto Educacional, em formato E-book, resulta da pesquisa sobre as implicações da atuação do intérprete educacional de Libras, realizada no Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Maranhão. Este material foi elaborado com a finalidade de apresentar como se configura a relação entre a escola, o professor e o intérprete de Libras na perspectiva do processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos. Esperamos contribuir com orientações referentes às competências do intérprete de Libras e sua atuação no contexto escolar, assim como apresentar a importância da parceria com o professor regente na perspectiva da atuação colaborativa.

A motivação para discorrer sobre a atuação do intérprete de Libras no contexto escolar está fundamentada em três perspectivas: pessoal, uma vez que tem a finalidade de responder a questões da pesquisadora sobre esse profissional apresentando aspectos não clarificados da relação intérprete, professor regente e estudantes surdos.

Quanto à relevância social, atenta para os desafios da inclusão no cotidiano escolar diante das transformações ocorridas na sociedade impulsionando a inserção de estudantes surdos no processo educacional ao conhecer o profissional responsável pela interpretação em sala de aula. A perspectiva acadêmica, possibilita olhar para a prática do intérprete de Libras e suas particularidades no contexto educacional por meio de estudos, pesquisas e discussões sobre a Educação Especial e Inclusiva de estudantes surdos, planejamento realizado de forma colaborativa atendendo às necessidades educacionais do estudante surdo e atuação no ambiente escolar.

É importante compreendermos que a presença do intérprete na sala de aula transforma a realidade escolar e ocasiona benefícios ao estudante surdo, pois ao fazer a interpretação ele não contribui somente com o conteúdo ministrado pelo professor da sala de aula, mas por meio dos comentários dos estudantes ouvintes, proporcionando-lhe um ambiente escolar acessível à sua especificidade.

Assim, o processo de ensino-aprendizagem em uma escola inclusiva que tem estudantes surdos matriculados precisa ser pensado e realizado para atender as necessidades desse público, dentre essas especificidades está o uso da Libras, primeira língua da comunidade surda, para que o mesmo possa de fato interagir com os seus pares, com os ouvintes quer sejam alunos, professores e demais pessoas que compõem a comunidade escolar o qual o aluno está inserido.

O trabalho de mediação do conhecimento realizado pelo intérprete de Língua de Sinais é muito complexo porque envolve habilidades físicas e mentais e requer do profissional conhecimento da Libras e do processo de aprendizagem do

seu público alvo. Quando o estudante não conhece a língua de sinais ou a aquisição acontece de forma tardia por fatores diversos que inviabilizam o conhecimento da Libras, o trabalho do intérprete em sala de aula fica comprometido, uma vez que o estudante terá dificuldade em compreender os sinais correspondentes ao conteúdo ministrado pelo professor

O E-book contém temáticas pertinentes à profissão do intérprete de Libras, como: o Código de Ética, legislação, e outros materiais que possam contribuir à profissão. Ele contribuirá com a prática ILS no contexto educacional, espaço de aprendizagem que muitas vezes vai além do ato de interpretar, corroborando para uma atividade profissional. Nesse sentido, o e-book está organizado inicialmente com a apresentação contendo a composição da proposta e do objetivo do produto educacional. Na seção inicial *intérprete de Libras: quem é esse profissional?* Apresentamos o percurso histórico do intérprete e seu processo de construção da identidade profissional no contexto educacional.

A segunda seção, *intérprete de Libras no cotidiano escolar*, apresenta as orientações contidas na Legislação vigente sobre a atuação do intérprete no ambiente educacional, assim como destaca a atuação do professor e intérprete de forma colaborativa. *O aluno surdo e aquisição da língua de sinais*, a seção apresenta a relevância do estudante surdo ter acesso a Libras ainda na infância e como a ausência desse conhecimento compromete o seu processo de ensino e aprendizagem e conseqüentemente a atuação do intérprete de Libras na mediação em sala de aula.

A penúltima seção traz algumas pontuações referente a pesquisa aplicada com os intérpretes de Libras que atuam em escolas públicas municipais em São Luís em que refletem sobre suas *práticas do intérprete educacional*. Posteriormente temos as considerações reflexivas e em seguida as referências.



INTÉRPRETE DE LIBRAS: QUEM É ESSE PROFISSIONAL?

6

Capítulo 1

A profissão do intérprete de Libras foi legitimada no século XX com o reconhecimento da língua de sinais americana, tendo em vista o percurso histórico referente a comunicação da pessoa surda, fundamentado nos estudos do pesquisador William Stokoe, linguista da Gallaudet College, reconheceu a língua de sinais como sistema linguístico legítimo, genuíno e natural da comunidade surda. O percurso histórico do intérprete foi caracterizado por eventos importantes que contribuíram para a construção da sua identidade profissional, como destacamos seguir:

- Em 1988, tem-se o registro referente ao I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS;
- No ano de 1989, na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu o primeiro curso de Libras
- A Conferência Mundial ocorrida em 1994 na cidade de Salamanca, na Espanha, elaborou a resolução das Nações Unidas que versava sobre os princípios, política e prática em Educação Especial.
- A Convenção de Guatemala, que aconteceu em 1999, promoveu discussões referente a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência
- Em 2001 houve a instituição das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- A Lei nº 10.436 de 2002 foi sancionada e conhecida como a Lei da Libras, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais- Libras
- Decreto 5.626 de 02 de dezembro de 2005 regulamentou a Lei da Libras.
- A profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais- Libras, regulamentada pela Lei Nº 12.319/2010

Por meio desses registros é perceptível como a profissão do intérprete de Libras a nível mundial foi sendo solidificada nos espaços sociais a partir da necessidade da pessoa com surdez nesses ambientes. A partir de suas reivindicações para acessibilidade as organizações foram se ajustando de forma a oferecer um atendimento qualificado, por meio do treinamento dos intérpretes.



INTÉRPRETE DE LIBRAS NO COTIDIANO ESCOLAR

De acordo com a legislação nº 12.319/10 que traz as diretrizes referente a atuação do intérprete de Libras, temos no Artigo 6º as orientações relativas às suas atribuições quanto ao exercício de suas competências, como podemos observar nos incisos I e II

I - Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; (BRASIL, 2010)

Dentre as atribuições do intérprete de Libras, destacamos a promoção da comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, por meio da Libras para Língua Portuguesa reciprocamente. O inciso II, destaca a interpretação em Libras- Língua Portuguesa para oportunizar a participação dos estudantes durante a realização das atividades desenvolvidas nas instituições de ensino da educação básica ao ensino superior, oportunizando aos estudantes o acesso aos conteúdos curriculares.

De acordo com as orientações contidas na Lei nº 12.319/10 que versa sobre a atuação do intérprete de Libras, Veiga (2018), destaca que para fazer esse trajeto da Libras, primeira língua configurando a língua fonte, para a língua Portuguesa, segunda língua da comunidade surda que corresponde à língua alvo o ILS deve ser fluente em Libras atrelado a formação na área da Educação Especial e Inclusiva.

O intérprete educacional é o profissional que fará o repasse da língua alvo-português para a língua fonte-Libras, ou da língua fonte-Libras para a língua alvo-português, deve ter fluência em libras e formação na área, será ele que transmitira a fala dos professores aos surdos e colegas ouvintes, ou a libras dos surdos para os colegas ouvintes e professores. (VEIGA, 2018. p.21)

Em concordância com essa afirmativa, entende-se que a “[...] Língua fonte -É a língua que o intérprete ouve ou vê para, a partir dela, fazer a tradução e interpretação para a outra língua (a língua alvo). Língua alvo -É a língua na qual será feita a tradução ou interpretação”. (Quadros, 2004, p.9). Sendo assim, Veiga (2018), destaca que na sala de aula, o intérprete é o profissional que irá transmitir a fala dos professores aos estudantes surdos, interpretar a comunicação em Libras dos surdos para os professores e colegas não surdos. Dessa forma, ratificando a relevância desse profissional e sua atuação no contexto educacional, entende-se que o intérprete deve ser um canal

O intérprete educacional de Libras deve ser o canal comunicativo entre o aluno surdo, o professor, colegas e equipe escolar. Seu papel em sala de aula

é servir como mediador entre pessoas que compartilham línguas e culturas diferentes. Essa atividade exige estratégias mentais na arte de transferir o conteúdo das explicações, questionamentos e dúvidas, viabilizando a participação do aluno em todos os contextos da aula e fora dela, nos espaços escolares. (VEIGA, 2018. p.21)

Em conformidade com as orientações contidas na legislação 12.319/10, o intérprete de Libras no contexto educacional representa um canal de comunicação contribuindo para que o estudante surdo participe ativamente das discussões existentes no espaço educacional. No desenvolvimento de suas atividades profissionais em sala de aula, ele é o mediador entre as pessoas que interagem em línguas e culturas diferentes. Em vista disso, o intérprete de Libras deve ter suas estratégias bem definidas no que se refere a sua organização mental quando for transferir, repassar o conteúdo ministrado, questionamentos, dúvidas para que seja possível promover a participação plena dos estudantes. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência- LBI também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, destaca que

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

IV - Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

IX - Adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - Formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - Os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem,

no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II - Os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (BRASIL, 2015).

Nessa perspectiva, Girke (2018. p. 24), corrobora dizendo que “a função do intérprete educacional de Língua de Sinais em sala de aula não é o de ensinar o conteúdo das disciplinas, contudo, das escolhas dele depende o bom andamento e aprendizado do estudante surdo”. É importante refletir que o ensino e aprendizagem do estudante com surdez não está diretamente relacionado às competências do ILS, sendo responsabilizado por esse processo.

Essa é uma atribuição do professor regente da sala de aula, que no ambiente escolar assume o compromisso pelo processo de ensino aprendizagem de todos os estudantes, surdos e não surdos, uma vez que “desenvolver sua função é indispensável, contudo, não se pode deixar de saber qual sua real função para que possa assim atuar de maneira que o estudante surdo não seja prejudicado, por isso a importância do trabalho colaborativo entre intérprete e professor”. (SCHEFER, 2018. pág. 24).

Nesse sentido, as contribuições do ILS para um planejamento acessível que atenda as especificidades do estudante com surdez, realizado de forma colaborativa com o professor na perspectiva do alinhamento das atividades, pode ser considerado como uma ação relevante para o processo inclusivo que perpassa a inserção do estudante no ambiente escolar. A vista disso, é pertinente considerar que há uma parceria entre intérprete e professor regente:

No contexto escolar, em alguns casos, o intérprete atua como professor, esclarecendo questionamentos, porque se fizer uma interpretação no estrito sentido das palavras, esta poderá não ter sentido compreensível pelo aluno surdo. Entretanto, o professor regente de classe não pode passar suas responsabilidades ao intérprete, porque ele está lá para exercer sua função de intérprete. (SCHEFER, 2018. pág. 24)

Percebe-se que em casos pontuais em que há necessidade de uma explicação do conteúdo pelo intérprete, na perspectiva de promover o entendimento referente a um determinado sinal, sendo compreendido de forma significativa pelo estudante surdo. O ILS poderá utilizar esse elemento em sua atuação. No entanto, diante dessas situações pontuais, o professor regente não deve direcionar a responsabilidade do ensino e aprendizagem do

estudante com surdez ao intérprete, uma vez que nesse contexto a sua competência corresponde ao ato de promover a comunicação por meio da interpretação dos códigos linguísticos, dessa forma:

Os intérpretes educacionais de Libras são profissionais que estão dentro do contexto escolar inclusivo do surdo, sendo assim, além interpretar de uma língua para a outra os conteúdos escolares; deve também interpretar eventos que aconteçam dentro e fora da escola desde que seja em seu horário de trabalho; estudar e estar sempre se atualizando; trocar informações com o professor, relativas às dúvidas do aluno, possibilitando ao professor regente a escolha de estratégias de ensino e aprendizagem; estudar o conteúdo a ser trabalhado pelo professor regente, para facilitar a tradução das aulas; o intérprete deverá cumprir a carga horária, na escola como qualquer outro profissional contratado naquela instituição. (VEIGA, 2018. p.22).

Percebemos que há pontos relevantes destacados quanto à atuação profissional do ILS e sua jornada de trabalho. Um dos elementos apresentado por Veiga (2018) refere-se a presença do intérprete no espaço inclusivo do estudante surdo no que se refere a interpretação dos conteúdos e/ou eventos que aconteçam fora do contexto escolar, mas a autora ressalta que deve ser dentro do horário de trabalho do ILS, sendo que este profissional deve ter sua carga horária respeitada assim como os demais profissionais pertencentes à escola. A formação continuada também ganha destaque nas pontuações referenciadas acima, assim como o diálogo com os professores regentes para que estes elaborem estratégias que alcancem o processo de aprendizagem do estudante com surdez.

O planejamento inclusivo é o acesso do intérprete de Libras ao conteúdo que será ministrado pelo professor regente da sala, tendo em vista que dessa forma poderá realizar de forma segura a interpretação durante a exposição das aulas. Em conformidade com as considerações de Veiga (2018), referente a elaboração do planejamento de forma colaborativa em que o intérprete e professores dialogam sobre as adaptações relevantes a prática inclusiva, é importante considerar “portanto, entre o tradutor intérprete de Libras e o professor regente de classe deve haver cooperação e participação no planejamento das aulas, nas avaliações e demais ações docentes das quais sejam pertinentes, para que as estratégias pedagógicas atendam às necessidades do aluno surdo”. (SCHEFER, 2018. pág. 24)

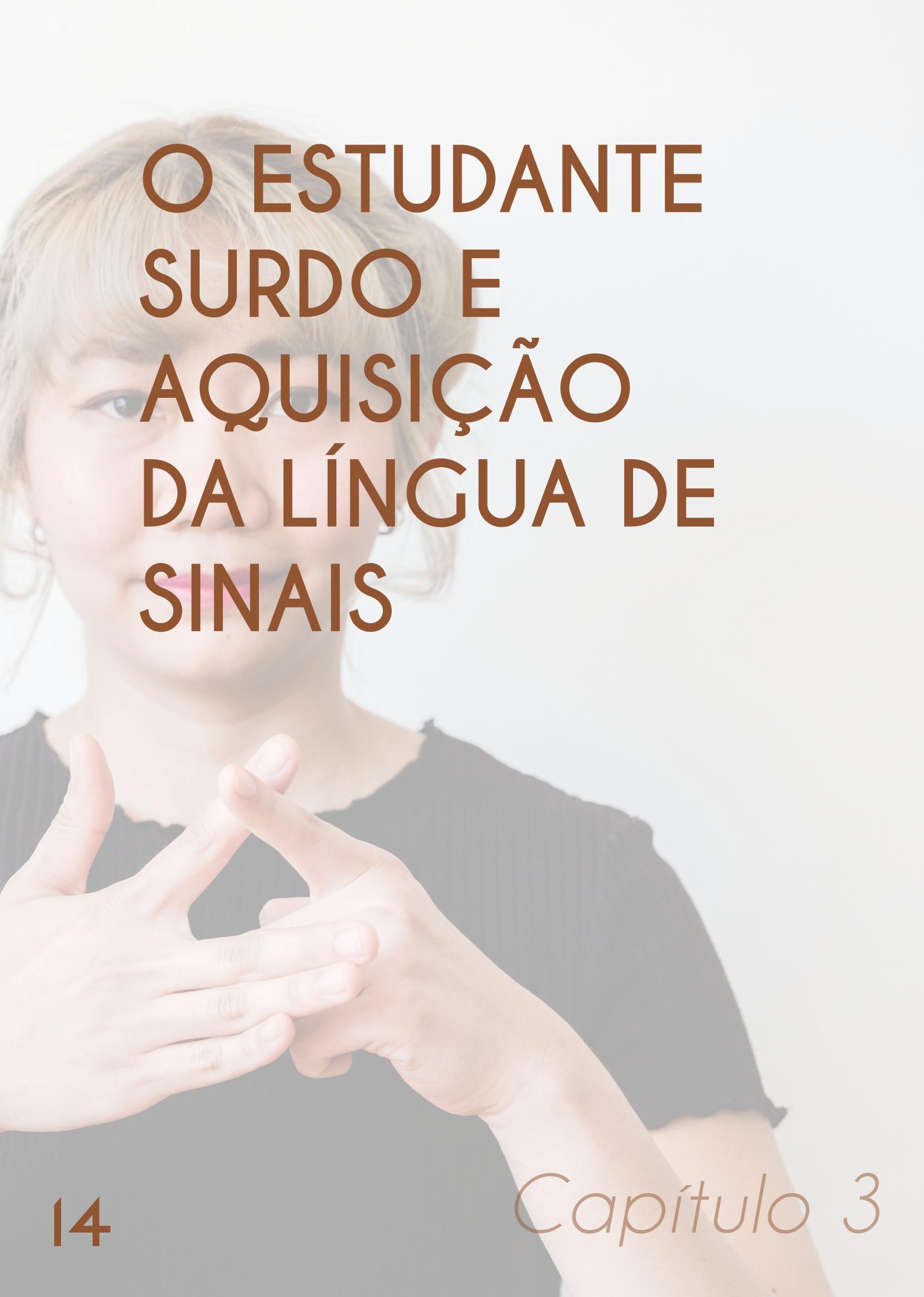
Diante dessas considerações, é perceptível a importância das palavras *cooperação e participação* que caracterizam a atuação do ILS na sala comum do ensino regular, sendo realizadas em parceria com os professores regentes. Ressalta que esse aspecto não constitui uma obrigatoriedade, mas de acordo com a necessidade e solicitação dos professores em realizar o planejamento de forma colaborativa na perspectiva de contemplar no planejamento metodologias, atividades e avaliações de forma inclusiva atendendo às especificidades do estudante surdo sem prejudicá-lo em

decorrência de suas particularidades. A partir desta circunstância, direcionando as concepções diante da escola que temos e a escola que almejamos, percebe-se que é um investimento na qualidade da inclusão.

[...] uma escola assim concebida pensa-se no presente para se projetar no futuro. Não ignorando os problemas atuais, resolve-os por referência a uma visão que se direcione para a melhoria da educação praticada e para o desenvolvimento da organização. Envolvendo no processo todos os seus membros, reconhece o valor da aprendizagem que para eles daí resulta. (ALARCÃO, 2001. p. 25)

Partindo do princípio de que a instituição é conhecedora de sua realidade, nessa perspectiva, após identificar as suas fragilidades deve-se projetar as estratégias objetivando potencializar os aspectos vulneráveis, delineando assim o seu futuro. Para alcançar essa finalidade, a autora referenciada, destaca que todas as pessoas envolvidas no processo educacional devem estar envolvidas, uma vez que todos são atores importantes e membros ativos nesse percurso.

Dessa forma, a partir da concepção da escola reflexiva, intérpretes e professores conhecendo a realidade da sala de aula poderão realizar o planejamento de forma colaborativa, compartilhando a responsabilidade referente ao ensino do estudante surdo, contemplando assim todos os estudantes, surdos e ouvintes, inseridos no ambiente escolar.



O ESTUDANTE SURDO E AQUISIÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS

A história da educação das pessoas com surdez foi caracterizada por períodos de segregação, discriminação e exclusão, elas eram ignoradas e até mesmo impedidas de ter acesso à escola, ao trabalho e ao convívio social. Na antiguidade a formação do homem era destinada para a defesa e conquistas de terras, sendo condição necessária para essa atividade habilidades físicas e mentais para defender-se nas batalhas que geralmente eram travadas entre os povos.

Outro princípio existente era a transferência de posse dos bens e dos títulos de nobreza que acontecia por meio da hereditariedade, com isso as pessoas que tinham alguma deficiência eram excluídas do âmbito social e eram vistas como pessoas incapazes para tal função. Eram consideradas incapazes de aprender, por isso não frequentavam escolas, eram privadas de exercer seus direitos básicos e dessa forma ficavam com a própria sobrevivência comprometida. Para viverem na sociedade, as pessoas surdas tinham que se adaptar, se adequar e até mesmo se ajustar às regras que lhes eram impostas pelos grupos sociais dominantes que, na tentativa de homogeneizar a sociedade, desrespeitavam as diferenças, desconsiderando a diversidade social, dessa forma as pessoas surdas foram obrigadas a falar/ oralizar. Essa fase foi caracterizada por três modalidades de ensino: oralismo, comunicação total até chegarmos nas discussões de uma educação bilíngue.

Reitera-se assim que a defesa pela normalização do sujeito surdo, de modo a enquadrá-lo ao uso da LP falada, fez com que se disseminasse uma visão deturpada da língua sinalizada, como se ela não pudesse ser considerada uma língua. (BRIEGA, 2019. p. 20). A escola inclusiva é aquela que deve proporcionar ao estudante surdo condições reais de aprendizagem se distanciando de situações que caracteriza a pseudoinclusão e negligencia a formação do estudante.

Essa lacuna caracterizada pelo processo histórico da pessoa surda atrelada ao desconhecimento da família da língua sinalizada e da necessidade de realizar a intervenção precoce ocasiona, muitas vezes, o acesso tardio do estudante surdo a Libras, quer seja pela resistência da equipe médica em orientar a família ou da própria família em entender a surdez e sua consequência linguística. Por esse motivo, por muitos anos não era comum encontrar escolas com práticas pedagógicas mediadas pela Libras.

No decorrer dos anos, a língua de sinais vem adquirindo notoriedade e superando o estereótipo que lhe fora concedido, isso porque a escrita responde a uma demanda comunicativa alfabética, enquanto a língua de sinais atende a uma demanda específica visual e espacial. Enquanto isso, na língua oral (tanto para a fala quanto para a escrita), há a emissão de um som/palavra após o outro (linearidade); na língua sinalizada, a simultaneidade é característica recorrente devido ao uso, concomitante, da expressão, da configuração de mão e de outros itens lexicais. (BRIEGA, 2019. p. 21)

PRÁTICAS DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL



O intérprete de Libras que está inserido no contexto escolar desenvolve sua prática com características que se diferenciam dos demais intérpretes que atuam em outros espaços sociais. Isso ocorre em virtude da organização, objetivo e função social da escola que é ensinar, nesse sentido o intérprete está mais próximo do público alvo e das questões que envolvem o ensino e aprendizagem do estudante surdo.

Dessa forma almejamos contribuir com a prática do intérprete de Libras no âmbito educacional no processo de ensino e aprendizagem do estudante surdo na perspectiva do planejamento colaborativo com o professor regente, assim como parceria e recursos utilizados em sala de aula foram destaque nos apontamentos dos intérpretes e professores na pesquisa desenvolvida no mestrado profissional em Educação na UEMA que representam as fragilidades existente no processo de inclusão do estudante surdo e seu processo de ensino e aprendizagem.

Planejamento colaborativo



Em sala de aula, no desenvolvimento da prática, o que foi observado quanto a parceria entre professor e intérprete é que não há parceria para elaboração do planejamento das atividades que atendam o estudante surdo em sua especificidade linguística. O intérprete tem acesso às atividades escolares minutos antes do início das aulas, o que inviabiliza a organização pessoal desse profissional referente ao necessário para realização das escolhas interpretativas a serem utilizadas.



Estratégia de ensino

Para promover a aprendizagem de estudantes surdos, é recomendável aos professores utilizar metodologias diferenciadas voltada para o campo espaço-visual de forma a atender às suas necessidades educacionais, uma vez que não podemos idealizar que somente com a presença da intérprete a inclusão está estabelecida e os estudantes estão aptos a aprender os conteúdos apresentados.

Dessa maneira, para promover o ensino ao estudante surdo os intérpretes utilizam como estratégias as informações visuais para proporcionar a aprendizagem como os classificadores na Libras, imagens, vídeos por meio do celular, cards, livros, recursos utilizados pelos professores, a repetição da explicação e na ausência de recursos os intérpretes comunicam ao professor que o estudante não compreendeu a explicação referente ao conteúdo.

Competência técnica e pedagógica

A prática do intérprete de Libras no contexto escolar de acordo com os participantes da pesquisa, é majoritariamente técnico e pedagógica, uma vez que o intérprete educacional é também um educador, desempenha sua atividade utilizando estratégias pedagógicas para oportunizar a aprendizagem do estudante surdo, não confundindo ou assumindo o papel professor titular. Isso porque, geralmente o surdo não é alfabetizado em nenhuma língua, então o intérprete às vezes, utiliza técnicas de alfabetização com o aluno para que ele compreenda minimamente o conteúdo, atentos às peculiaridades do contexto educacional. Nesse cenário, é fundamental a parceria com o professor para que o trabalho seja desenvolvido da melhor forma e contemple todos os estudantes.

Considerações reflexivas

A finalidade deste E-book é contribuir com a prática do intérprete de Libras no processo de ensino do estudante surdo direcionando as reflexões para a parceria com o professor regente, por meio do planejamento colaborativo e das intervenções necessárias para atender as necessidades educacionais do estudante.

Destacamos as fragilidades vivenciadas em sala de aula que interferem na atuação desse profissional. Nessa direção, inferimos que no contexto educacional o intérprete necessita pensar didaticamente a sua atuação, compreendendo as competências linguísticas e como esses elementos se articulam em sala de aula.

Esperamos ter contribuído com a prática do intérprete de Libras por meio das reflexões realizadas no ambiente escolar. Almejamos que a partir deste estudo, outras pesquisas possam ser realizadas proporcionando novos olhares para atuação do intérprete de forma a ressignificar a prática nesse ambiente.



Referências

ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre. Editora Artmed. 2001.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais- Libras**. Brasília, 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em abril de 2021.

BRIEGA, Diléia Aparecida Martins. **Você disse Libras?** O acesso do surdo à educação pelas mãos. do intérprete de Libras. Araraquara Letraria, São Paulo, 2019.

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto: Curso Básico**. 8ª edição- Rio de Janeiro, 2007.

GIRKE, César Augusto. **Atuação e papéis do intérprete educacional de Língua de Sinais**. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Graduação Bacharelado em Letra LIBRAS. Florianópolis- SC. 2018.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**- 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos**. Cadernos de Educação, nº 36. Pelotas, p. 133 - 153, maio/agosto 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1604/1487>. Acesso em: 11 de dezembro de 2021.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre. Editora Mediação- 9ª edição, 2019.

SCHEFER, Roseli Conceição de Almeida. **Considerações de uma Intérprete de Libras no Contexto Escolar**. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Graduação Bacharelado em Letra LIBRAS, 2018

VEIGA, Silvana Fátima. **Um olhar dos professores sobre o Intérprete Educacional**. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Graduação Bacharelado em Letra LIBRAS. Joinville-SC. 2018

○ INTÉRPRETE, ○ PROFESSOR e ○ ESTUDANTE SURDO: a tessitura dessa relação

Sobre as autoras



Michelle Santos Silva é mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Linha de pesquisa: Formação de Professores e Práticas Educativas. Pedagoga, Psicopedagoga e Especialista em Atendimento Educacional Especializado (AEE). Pesquisadora da área de Educação Especial e Inclusiva. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação de Professor, Saberes e Práticas de Ensino (GEPS/UEMA); grupo Pesquisa Questões Educacionais: desigualdade, inclusão e diversidade nas perspectivas socioeconômica, étnico-racial e de gênero (GEDDIN/UEMA) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial na Educação Básica (GEPEESP/UFMA). Atualmente é professora da rede municipal de São Luís (MA).



Iris Maria Ribeiro Porto é professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Educação pela Universidade Gama Filho. Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e em Psicologia pela Universidade CEUMA. Desenvolve pesquisa com ênfase em Formação de professor, Metodologias Ativas, Educação Geográfica, Métodos e Técnicas de Ensino, Interdisciplinaridade, Neuropsicologia, Neuroeducação e Aprendizagens. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professor, saberes e práticas de Ensino (GEPS). Coordenadora do Laboratório de Ensino do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. Professora do quadro permanente do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Maranhão.